

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

LUCIANA MARTINS AMORIM

MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: REFLEXOS DA
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA – o caso das maricultoras associadas à
Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS

2005

LUCIANA MARTINS AMORIM

**MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: REFLEXOS DA
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA – o caso das maricultoras associadas à
Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração no Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Área de concentração em Política e Gestão Institucional.

Orientadora: Valeska Nahas Guimarães, Dra.

Co-orientadora: Suzana da Rosa Tolfo, Dra.

FLORIANÓPOLIS

2005

Luciana Martins Amorim

**MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: REFLEXOS DA
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA – o caso das maricultoras associadas à
Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Administração (Área de Concentração: Política e Gestão Institucional) e aprovada, na sua forma final, pelo Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina em 23 de fevereiro de 2005.

Prof. Dr. José Nilson Reinert
Coordenador do Programa

Apresentada à Comissão Examinadora integrada pelos professores

Orientadora: Profa. Dra. Valeska Nahas Guimarães
Presidente – Universidade Federal de Santa Catarina

Co-orientadora: Profa. Dra. Suzana da Rosa Tolfó
Membro - Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Rosana Duarte Carvalho Zimmermann
Membro – Faculdade Energia de Administração e Negócios - FEAN

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos, que de alguma forma, me incentivaram e me motivaram a seguir em frente, dividindo angústias e contemplações.

Aos meus pais, João José e Lenir;

À professora e amiga Valeska;

Às professoras Suzana, Rosana e Terezinha;

Ao Marcelo;

Aos amigos inigualáveis Clésar, Daniela, Luciane e Ângela;

Maria José, Fany;

Às mulheres incríveis que conheci durante a pesquisa;

À Graça e todos da FAMASC;

Ao Ricardo Pedro;

Aos amigos do NINEIT.

Muito obrigada.

“Glória a Deus que veio essa maricultura, porque senão os pescadores todos estavam passando fome. Porque tu pode ver, não tem mais peixe, mais camarão. Acabou tudo. Se não fosse a maricultura estavam todos passando fome” – Entrevistada 04 – Penha.

“Sou uma pessoa realizada no que eu faço. Nem se me pagassem mil reais eu não trabalharia no centro da cidade. Não saio daqui nunca. Ir pro centro, pegar ônibus, viver estressada...” - Entrevistada 05 - Florianópolis.

“Quando eu deito na cama, quando eu vou dormir que eu lembro que o dia foi bem produtivo, que é um progresso pra gente, que é o futuro que a gente está plantando, aquilo me satisfaz e eu digo Graças a Deus. E amanhã será um outro dia melhor ou igual a esse” - Entrevistada 01- Penha.

“Eu gosto também porque estou em casa, e estou vendo os meus filhos, dou banho neles, dou lanche na hora certa. Então estou sempre em conjunto, casa e trabalho. Acho que se eu trabalhasse em outro lugar seria diferente” - Entrevistada 01- Penha.

RESUMO

AMORIM, Luciana Martins. **Mulheres na economia solidária**: reflexos da reestruturação produtiva – o caso das maricultoras associadas à Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina. 2005. 191 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

Orientadora: Valeska Nahas Guimarães, Dra.

Defesa: 23/02/2005

O presente estudo teve como objetivo investigar as características sócio-econômicas das mulheres envolvidas com a maricultura, participantes da Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina (FAMASC) e a expressão das relações de gênero no trabalho, nos municípios de Florianópolis, São Francisco do Sul, Penha, Governador Celso Ramos e Palhoça. Trata-se de um estudo com grande relevância social, por ser pioneiro a estudar as mulheres em um setor cujo crescimento é expressivo em Santa Catarina - a maricultura - e por tentar contribuir para o processo de reflexão das mulheres envolvidas com a maricultura no que diz respeito às suas condições de vida e de trabalho. Este trabalho caracteriza-se por apresentar uma orientação de análise crítica, diferente dos estudos a-críticos e gerencialistas, pois leva a um processo de reflexão, tanto do mundo do trabalho como estudo de gênero, focando a Economia Solidária. A pesquisa de caráter exploratório e descritivo recebeu uma abordagem qualitativa optando-se pelo procedimento metodológico de estudo multi-casos, realizados nos cinco municípios em que a FAMASC possui entidades filiadas. As informações foram obtidas através de observação pessoal, diário de campo e entrevistas semi-estruturadas. Os dados primários receberam tratamento por meio de análise de conteúdo e os dados secundários por meio da análise documental. As conclusões obtidas indicam a forte presença da questão de gênero no trabalho da maricultura, em questões ligadas à participação nas Associações e no que diz respeito à tomada de decisão em reuniões e assembléias. Foi constatada uma contradição com os princípios de igualdade propostos pela Economia Solidária.

Palavras-chave: gênero, economia solidária, maricultura.

ABSTRACT

AMORIM, Luciana Martins. **Women's performance in Solidary Economy**: reflections of a productive structural rearrangement – the case of the mariculture women associated to Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina. 2005. 191 s. Dissertation (Mastership in Administration) – Post-graduation program in administration, Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

Oriented by: Valeska Nahas Guimarães, Dra.
In: 23/02/2005

This study had for object the investigation about the solidary economic characteristics of the women working in mariculture, the participant of Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina (FAMASC) and the expression of their relationship through their work in the cities os Florianópolis, São Francisco do Sul, Penha, Governador Celso Ramos e Palhoça. The great social relevancy of this research is because it is a pioneer study on women who work in a field that holds an expressive development in Santa Catarina nowadays – mariculture – also for contributing for women's reflection process about their work in reference to their lives and professional conditions. This study's major characteristic is the introduction of a critical oriented analysis, differing from other non-critical ones, leading to a process of reflection about the performance of the gender in this work field, focusing solidary economy. The explorative and descriptive character of this research was increased with a qualitative approach when a methodological procedure in the study of the so-called "multi-casos" was chosen and effected in the five cities where FAMASC has affiliated entities at work. The research data was obtained through personal direct observation, registry analysis and semi-estrutured interwies. The primary data were collected via the content analysis and the secondary data via documental analysis. The conclusion points to the strong presence of the gender in mariculture especially to their affiliation to the associated FAMASC entities and to their power of decision in assemblys. A contradiction on the principles of equality proposed by the solidary economy was verified at this point.

Key words: gender, solidary economy, mariculture

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Categorias de análise	120
Quadro 02 - Números da maricultura em Santa Catarina e em Florianópolis.....	125
Quadro 03 - Produção de Ostras e Mexilhões em Santa Catarina 1991/2003.....	125
Quadro 04 - Experiência profissional das mulheres envolvidas com maricultura nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça.....	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Idade das mulheres envolvidas com a maricultura nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça	133
Tabela 02 - Estado civil das mulheres envolvidas com a maricultura nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça	134
Tabela 03 – Número de filhos das mulheres envolvidas com a maricultura nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça	136
Tabela 04 – Escolaridade das mulheres envolvidas com a maricultura nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça	137
Tabela 05 – Atividade profissional das mulheres envolvidas com a maricultura nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça	139
Tabela 06 – Renda mensal individual das mulheres envolvidas com a maricultura nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça	141
Tabela 07 - Renda mensal familiar das mulheres envolvidas com a maricultura nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça	143

Tabela 08 – Atividade no cultivo referente aos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça149

Tabela 09 – Tempo de filiação nas Associações de maricultores nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça152

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Idade das mulheres envolvidas com a maricultura	134
Gráfico 02 – Estado civil das mulheres envolvidas com a maricultura	135
Gráfico 03 – Número de filhos das mulheres envolvidas com a maricultura	136
Gráfico 04 – Escolaridade das mulheres envolvidas com a maricultura	137
Gráfico 05 – Atividade profissional das mulheres envolvidas com a maricultura	140
Gráfico 06 – Renda mensal individual das mulheres envolvidas com a maricultura	142
Gráfico 07 – Renda mensal familiar das mulheres envolvidas com a maricultura	143
Gráfico 08 – Atividade no cultivo referente aos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça	150
Gráfico 09 – Tempo de filiação nas Associações de maricultores nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça	152

LISTA DE SIGLAS

AABC- Associação de Aqüicultores de Balneário do Capri
AAGOCER – Associação de Aqüicultores de Governador Celso Ramos
ACARPESC – Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina
ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
AMAB – Associação de Maricultores da Babitonga
AMACOP – Associação dos Maricultores Comunitários do Paulas
AMANI – Associação de Maricultores do Norte da Ilha
AMAP – Associação de Maricultores da Penha
AMARIPE – Associação de Maricultores do Iperoba
AMAPRI – Associação de Maricultores do Capri
AMARIS – Associação de Maricultores do Trabalho Familiar do Município de Palhoça
AMASI – Associação de Maricultores do Sul da Ilha
ASA – Ação Social Arquidiocesana
CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
EPAGRI – Empresa de Pesquisa e Extensão Rural do Estado
FAMASC – Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina
FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
LCMM – Laboratório de Cultivo de Moluscos Marinhos
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
NINEIT – Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PR – Presidência da República
SEAP – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNIVALI – Universidade do vale do Itajaí

SUMÁRIO

RESUMO	006
ABSTRACT	007
LISTA DE QUADROS	008
LISTA DE TABELAS	009
LISTA DE GRÁFICOS	011
LISTA DE SIGLAS	012
SUMÁRIO	013
1 INTRODUÇÃO	016
1.1 Tema-problema	020
1.2 Objetivos	021
<i>1.2.1 Objetivo geral</i>	021
<i>1.2.2 Objetivos específicos</i>	022
1.3 Justificativa e relevância do estudo	022
2 REVISITANDO A LITERATURA	026
2.1 TRABALHO	026
<i>2.1.1 O trabalho no modo de produção capitalista</i>	031
<i>2.1.2 A divisão sexual do trabalho</i>	038
2.2 OS PARADIGMAS DE PRODUÇÃO	046
<i>2.2.1 Os paradigmas de produção Taylorista e Fordista</i>	046
<i>2.2.2 Reestruturação produtiva: o surgimento do paradigma de produção flexível...</i>	053

2.2.3 <i>O mundo do trabalho em crise</i>	061
2.3 GÊNERO	071
2.3.1 <i>Conceituando gênero</i>	071
2.3.2 <i>O trabalho da mulher</i>	078
2.3.3 <i>A reestruturação produtiva e o trabalho da mulher</i>	087
2.3.4 <i>A mulher e o setor informal</i>	092
2.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA	096
2.4.1 <i>As origens e interpretações da economia solidária</i>	096
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	110
3.1 Caracterização da pesquisa	110
3.2 Participantes da pesquisa	112
3.3 Coleta de dados	114
3.4 Análise e interpretação dos dados	115
3.5 Questões de pesquisa	116
3.6 Interpretação do termos	117
3.7 Categorias de análise	120
3.8 Limitações da pesquisa	120
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	122
4.1 A maricultura em Santa Catarina	122
4.2 A Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina	128
4.3 Características sócio-econômicas e relações de gênero expressas no trabalho das mulheres envolvidas com a maricultura	132

<i>4.3.1 Caracterização sócio-econômica das mulheres envolvidas com a maricultura participantes das Associações</i>	133
<i>4.3.2 Relações de gênero expressas no trabalho das mulheres na maricultura</i>	145
<i>4.3.3 O trabalho das mulheres na maricultura</i>	157
5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
6 REFERÊNCIAS	172
ANEXOS	184

1 INTRODUÇÃO

Durante séculos a mulher trabalhou limitada ao espaço privado do lar, trabalhos estes, considerados improdutivos frente ao modo capitalista de produção. Com o início do sistema capitalista, o conceito de trabalho mudou, sendo que somente atividades remuneradas caracterizavam-se como trabalho.

Decorrente da crise que sofre a sociedade do trabalho, constata-se que as mulheres estão cada vez mais incorporando-se ao mercado de trabalho também em função da imposição do sistema capitalista, onde o então ‘chefe da casa’ não tem mais condições de sustentar o lar sem a ajuda de sua esposa, que se submete a trabalhos assalariados¹. Sem muitas perspectivas, a maioria das mulheres se vê obrigada a trabalhar de forma precarizada, em atividades quase escravizantes, onde sua força de trabalho corresponde a simples mercadoria. De acordo com Bruschini (1985), o trabalho feminino passa, então, a ser entendido como parte integrante e indispensável das estratégias familiares de sobrevivência, manutenção ou ascensão social.

O crescimento do número de mulheres trabalhadoras é inegável. Motivo também decorrente da emancipação feminina durante os anos 60 e do movimento feminista, quando as mulheres procuravam se libertar da condição de submissão de pais e/ou maridos. Apesar disso, no mercado de trabalho, o trabalho feminino está longe de mostrar os mesmos níveis ocupacionais ou salariais e a regularidade com que se apresenta o trabalho masculino.

Os estereótipos culturais consideram a mulher como objeto sexual passivo, mãe devotada e esposa obediente (ROSALDO e LAMPHERE, 1979). A mulher é vista, de modo geral, como excluída de certas atividades econômicas e políticas decisivas; seus

¹ Cria-se uma força de trabalho feminina definida como fonte de mão-de-obra barata e adequada apenas para certos tipos de trabalho. (Ver: DUBY, Georges. PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente**. v. 4, séc. XIX. São Paulo: EBRADIL, 1991).

papéis como esposas e mães são associados a poderes e prerrogativas inferiores aos dos homens. Pode-se dizer, então, que de alguma forma, há o domínio masculino, e embora em grau e expressão a subordinação feminina varie muito, a desigualdade dos sexos permanece fato universal na vida social (ibid., 1979).

Em qualquer análise sobre o trabalho da mulher, um aspecto crucial, segundo Bruschini (1985), é o da sua posição na divisão social e sexual do trabalho, prioritariamente definida a partir de suas funções biológicas, o que a condiciona, de um lado, à execução de uma série de afazeres indispensáveis para a casa e a família, e de outro, a ocupar, principalmente, posições subalternas na hierarquia produtiva.

No século XIX, com o desenvolvimento tecnológico e a introdução cada vez mais significativa da maquinaria, observa-se uma intensificação do contingente de mão-de-obra operária feminina transferida para as fábricas, onde as operárias começaram a sofrer uma superexploração advinda das diferenças salariais e da precarização das condições de trabalho, além de atribuir-lhes as execuções de trabalhos mais repetitivas e monótonas, totalmente desprovidas de conteúdo.

Durante a industrialização, mulheres e crianças eram clara e brutalmente exploradas por seus capatazes. Por serem consideradas mais submissas e obedientes do que os homens eram a mão-de-obra mais barata e preferida dos empregadores.

Já no século XX, com as profundas metamorfoses do mundo do trabalho, dentre as quais inclui-se a flexibilidade como um dos fatores-chave, o trabalho profissional da mulher se concentrou no setor de prestação de serviços, havendo uma demarcação de funções, correspondendo a uma desvalorização de tarefas.

Para Ichikawa e Santos (2000), o discurso sobre a igualdade de condições entre homens e mulheres tem tomado cada vez mais vulto, entretanto, são numerosos os estudos e pesquisas que demonstram a situação de inferioridade da mulher perante os homens no

mercado de trabalho. Souza (2000) mostra que, em uma indústria de compressores no Estado de Santa Catarina, as mulheres, apesar de possuírem escolaridade igual ou superior a dos homens, continuam ocupando funções monótonas e repetitivas, sem perspectivas de progressão funcional.

A divisão social do trabalho sempre existiu, sendo uma característica de todas as sociedades complexas e não apenas um traço peculiar das sociedades industrializadas. Contudo, foi devido à divisão do trabalho do tipo capitalista que a tarefa do trabalhador se tornou extremamente parcelizada e especializada.

Existe uma visão preconcebida no decorrer dos séculos que discrimina a mulher como sendo inferior ao homem, considerando que determinadas carreiras seriam próprias à mulher na medida em que se encaixariam à sua natureza.

Durante séculos, nesse contexto de apropriação do saber do trabalhador, às mulheres foram destinadas as tarefas que culturalmente a sociedade identificava com o trabalho feminino ou “mais apropriadas à sua natureza”, tais como: delicadeza, paciência, repetitividade. Na maioria das vezes, pela discriminação ao trabalho da mulher, somente associado às atividades domésticas, coube às trabalhadoras funções e atividades menos qualificadas. Com o surgimento do novo paradigma de produção, a acumulação flexível, no qual pretendia uma maior cooperação entre as equipes de trabalho, às mulheres destinaram-se as tarefas mais repetitivas e desqualificadas, diferenciando-se das tarefas destinadas aos homens, consideradas como “nobres”.

Segundo Simão (2000), as mudanças no mundo do trabalho ressaltam uma questão social emergente: o crescente número de desempregados. No fim do século XX, a questão do desemprego, para a autora, está sendo abordada sob o enfoque da mudança nas relações de trabalho e como resultado da reestruturação produtiva.

Decorrente da inserção das máquinas, capazes de superproduzir a riqueza com menos trabalhadores, começam a surgir conflitos. Para Santos e Rodríguez (2002), múltiplas alternativas têm sido formuladas e praticadas por todo o mundo, representando formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente. As práticas e teorias que desafiam o capitalismo, na falta de um termo melhor, são qualificadas como “alternativas”. Neste sentido, fala-se de um desenvolvimento alternativo, de economias alternativas.

O crescente desemprego, as transformações no mercado de trabalho e as transformações na própria organização econômica no Brasil e no mundo desencadeiam um forte processo de expansão de novas formas de organização do trabalho e da produção. Um grande número de experiências coletivas de trabalho e produção se disseminam em todo o Brasil, caracterizando-se por diversas formas de cooperativas de produção, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários e diversas organizações populares, no campo e na cidade, que conformam em seu conjunto a chamada Economia Solidária (MAGALHÃES e TODESCHINI, 2003). Surge, então, o resgate à economia solidária, que conforme Singer (2002a), foi inventada por operários durante os primórdios do capitalismo industrial, como alternativa à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas, no começo do século XIX.

Nesse sentido, essa pesquisa concentrou seus esforços nas implicações da reestruturação produtiva sobre o trabalho da mulher, focando a sua atuação na economia solidária, que (res)surge como uma possibilidade de geração de trabalho e renda para um contingente expressivo de desempregados e excluídos sociais, dentre os quais, incluem-se as mulheres. Foram investigadas características sócio-econômicas das mulheres envolvidas com a maricultura e as relações de gênero expressas no trabalho nos municípios de São

Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça que possuem entidades filiadas à Federação das Associações de Maricultores de Santa Catarina (FAMASC).

Tratou-se de um estudo exploratório com perspectiva crítica. Este estudo possui grande relevância social, por ser pioneiro a estudar as mulheres em um setor cujo crescimento é expressivo em Santa Catarina - a maricultura - e por tentar contribuir para o processo de reflexão das mulheres envolvidas com a maricultura no que diz respeito às suas condições de vida e de trabalho.

1.1 Tema-problema

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho ao longo dos séculos caracterizadas pelo desenvolvimento da ciência, da tecnologia e de novas formas organizacionais afetaram diretamente o trabalhador e o seu modo de ser. O crescente desemprego, a precarização do trabalho, a redução do poder aquisitivo em função dos baixos salários e a perda de direitos antes adquiridos pelos trabalhadores aumentam cada vez mais os índices do trabalho informal no mundo.

É neste contexto que a Economia Solidária (re)surge como uma alternativa de emprego e renda dos então excluídos pelo sistema capitalista. Sua proposta baseia-se em inclusão igual a todos, tanto homens como mulheres.

Autores como Singer (2000) e Lisboa (2003) defendem que nos empreendimentos de economia solidária há a construção de uma economia mais humana e a presença de novos relacionamentos entre homens e mulheres fundados numa outra divisão do trabalho.

Caracterizando-se por sua crescente expansão no litoral catarinense, a maricultura já se constitui em importante fonte de renda de muitas famílias de comunidades litorâneas. Segundo Lisboa (2003), é grande o potencial associativo destas comunidades.

Com a missão de promover e defender os interesses dos maricultores na luta por melhores condições de vida e trabalho, na construção de um desenvolvimento sustentável e solidário para a maricultura catarinense foi criada a Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina (FAMASC) que conta com entidades filiadas nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Governador Celso Ramos e Palhoça.

Desta forma, esta pesquisa objetiva responder a seguinte questão:

Quais são as características sócio-econômicas das mulheres envolvidas com a maricultura, participantes da Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina (FAMASC) e as relações de gênero que se expressam no trabalho, nos municípios de Florianópolis, São Francisco do Sul, Penha, Governador Celso Ramos e Palhoça?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Investigar as características sócio-econômicas das mulheres envolvidas com a maricultura, participantes da Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina (FAMASC) e a expressão das relações de gênero no trabalho, nos

municípios de Florianópolis, São Francisco do Sul, Penha, Governador Celso Ramos e Palhoça.

1.2.2 Objetivos específicos

- Levantar o grau de escolaridade (formal e cursos de formação) e a experiência profissional das mulheres participantes das Associações;
- Verificar a renda mensal, individual e familiar, das mulheres associadas e a estrutura e organização familiar dessas mulheres;
- Verificar se as mulheres envolvidas com a maricultura participam de algum movimento social, outras associações ou se possuem participação política;
- Examinar o tipo e a natureza do trabalho realizado pelas mulheres envolvidas com a maricultura;
- Investigar a divisão e a organização do trabalho nas Associações de maricultores;
- Analisar as condições de trabalho das mulheres envolvidas com a maricultura, participantes da FAMASC, nos cinco municípios citados.

1.3 Justificativa e relevância do estudo

Com o debate cada vez mais crescente das implicações da reestruturação produtiva nas relações de trabalho e diante do contexto em que se encontra a atual sociedade do trabalho, verifica-se a necessidade de ampliar a reflexão sobre o trabalho feminino.

Tempos atrás, o Brasil não dispunha de estudos específicos sobre a problemática feminina. Saffioti (1981), relembra que nos anos 60 foram elaborados alguns trabalhos acadêmicos sobre o assunto e o país iniciou os anos 70 exibindo ainda uma insipiente

produção quantitativa e qualitativa em relação à análise desta temática. Porém, surgimento de um novo feminismo na Europa e nos Estados Unidos em meados da década de 60 e o patrocínio dado pela ONU no Ano Internacional da Mulher, em 1975, contribuíram largamente para despertar nas brasileiras o interesse pelo tema (ibid., 1981).

Bruschini (1998) também enfatiza que a comemoração do Ano Internacional da Mulher constituiu um marco, a partir do qual a produção sobre o trabalho da mulher ganhou fôlego. Mas, para a autora, foi a emergência do feminismo como movimento social que criou as condições necessárias para a legitimação da condição feminina como objeto de estudo.

Assim, nos últimos anos, cresceu enormemente o número de pesquisadores que passaram a estudar o assunto. Essas investigações têm revelado novas faces do problema, suscitando indagações e gerando grande inquietação. A maioria dos trabalhos produzidos sobre o tema se concentra nos ramos têxteis e de confecções, setores que, apresentam tradicionalmente, grande contingente de mulheres (SAFFIOTI, 1981).

Muito embora a produção acadêmica sobre esta temática tenha aumentado significativamente em anos recentes, constata-se que faltam estudos teórico-empíricos de natureza qualitativa, que trabalhem efetivamente com fontes primárias de investigação, envolvendo uma perspectiva crítica e, sobretudo, que ousem pensar em alternativas para as tendências atuais do mundo do trabalho, especificamente sobre o trabalho da mulher (GUIMARÃES e KOROSUE, 2000).

Desde o início dos anos 80, núcleos de estudos da mulher e de gênero foram criados em muitas universidades brasileiras. Na Universidade Federal de Santa Catarina, a professora Joana Pedro² merece destaque no estudo de gênero. Para a pesquisadora, os estudos referentes a gênero ocorrem num primeiro momento entre pesquisadores das

² Professora do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Organizadora do evento internacional “Tecendo Gênero”.

Ciências Humanas (antropologia, filosofia, história, psicologia, sociologia) e de Letras e, posteriormente, ampliam-se gradativamente a pesquisadores de outras áreas (PEDRO, 1998).

Nos últimos anos, produziu-se no Brasil um pequeno conjunto de relatórios de pesquisa, ensaios, artigos e teses cuja preocupação central é a análise do trabalho da mulher em vários de seus aspectos. No entanto, há uma lacuna de publicações a respeito das implicações da reestruturação produtiva sobre a força de trabalho feminina. Particularmente, são raros os estudos que enfocam a economia solidária, onde as relações de trabalho devem ser mais democráticas.

Dessa forma, é importante ressaltar a relevância do estudo por ser pioneiro, e enfatizar a inserção do trabalho da mulher na “outra economia”, denominada de Economia Solidária (SINGER, 2000), pois, em seu contexto de reestruturação produtiva, na economia formal tem-se observado que a precarização e a exploração do trabalho atingem mais diretamente as mulheres. Na economia solidária, teoricamente, as condições seriam mais favoráveis, em termos de relações e condições de trabalho.³

Este trabalho se caracteriza por apresentar uma orientação de análise crítica⁴, diferente dos estudos a-críticos e gerencialistas, pois leva a um processo de reflexão, tanto do mundo do trabalho como estudo de gênero, focando a Economia Solidária.

³ Autoras como Souza (2000) e Gelinski, Ramos (2003), pesquisadoras do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho – NINEIT – desenvolveram pesquisas relacionadas ao trabalho da mulher, no entanto, as autoras não focaram a participação das mulheres na Economia Solidária.

⁴ Orientação de análise crítica diz respeito à análise cuja característica consiste em oferecer perspectivas diferentes das precedentes (positivistas) e que correspondem a um interesse na mudança, na transformação da realidade existente mais do que na simples manutenção. (Ver: THIOLLENT, Michel. Problemas de metodologia. In: FLEURY, Afonso. VARGAS, Nilton. **Organização do trabalho**: uma abordagem interdisciplinar: sete casos brasileiros para estudo. São Paulo: Atlas, 1983).

Outros fatores que motivaram o desenvolvimento deste estudo foram a possibilidade de dar continuidade a diversos estudos realizados pelo NINEIT - Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho, especificamente tratando-se das implicações da reestruturação produtiva sobre o trabalho e a parceria com a Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina (FAMASC), que no decorrer de sua jornada vem defendendo os interesses dos maricultores ao longo do litoral catarinense.

2 REVISITANDO A LITERATURA

Este capítulo apresenta os principais conceitos do quadro teórico, permitindo ao pesquisador a familiarização com o assunto que lhe interessa (TRIVIÑOS, 1987). Dessa forma, discorre-se inicialmente sobre o trabalho, sua origem e concepções, o trabalho no modo de produção capitalista e a divisão sexual do trabalho. A seguir, discute-se sobre os paradigmas de produção – taylorista e fordista – e a reestruturação produtiva, trazendo à tona a crise no mundo do trabalho. Faz-se uma revisão na literatura sobre gênero, sobre o trabalho exercido pela mulher e suas concepções frente à reestruturação produtiva. Finalmente, discorre-se sobre a Economia Solidária, suas concepções e formas de ressurgimento.

2.1 TRABALHO

*“Trabalhem, trabalhem, proletários,
para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais,
trabalhem, trabalhem para que, ficando mais pobres,
tenham mais razões para trabalhar e tornarem-se miseráveis.
Essa é a lei inexorável da produção capitalista”.*
Paul Lafargue

Este tópico propõe-se a discutir as principais origens da palavra trabalho, revisitando a literatura quanto a suas concepções, conceitos e conotações; o trabalho no modo de produção capitalista, tornando-se fonte de alienação humana; e, finalmente, a divisão sexual do trabalho.

As tradições clássicas da sociologia burguesa e da sociologia marxista, segundo Offe (1989), compartilham a visão de que o trabalho constitui o fato sociológico fundamental, na qual constroem a sociedade moderna e sua dinâmica central como uma sociedade do trabalho.

A palavra trabalho remete a vários significados. Se por um lado o trabalho é considerado como expressão da atividade que transforma o homem e a realidade, por outro também implica em dor, sofrimento, tortura, alienação e exclusão (TRIGO, 1999).

Marx conceitua o trabalho como:

um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano como sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX 1987, p. 202).

De acordo com Braverman (1987), o trabalho é visto como exclusivamente exercido pelos homens, caracterizando-se por ser consciente e proposital, pois, o homem não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, constituindo a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.

No trabalho humano o mecanismo regulador é o poder do pensamento conceptual. Não é nas mãos ou na postura erecta que reside a principal vantagem do ser humano; sua vantagem encontra-se no cérebro (BRAVERMAN, 1987).

Por sua vez, Sandroni (2002, p. 609) conceitua trabalho como sendo “um dos fatores de produção, é toda atividade humana voltada para a transformação da natureza, com o objetivo de satisfazer uma necessidade (...) é uma condição específica do homem”.

Na linha de Sandroni, analisando o trabalho no capitalismo, Antunes (1998) destaca o trabalho como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e de manter a vida humana. Para o autor, o trabalho se mostra como um “momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto

de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem” (ANTUNES, 1998, p. 123).

Segundo Cattani (1996), o trabalho pode ser tanto fonte de satisfação, por permitir participar da obra produtiva geral, como fonte de verdadeiro prazer, por possibilitar a realização de objetos ou tarefas úteis para a sociedade. Conforme o autor,

o ser humano trabalha e pensa. No seu pensamento, ele sonha com uma liberdade sem limites, na qual o trabalho é uma das formas de mobilização da inteligência criativa, de auto-realização, de definição do destino e do sentido da sua vida (CATTANI, 1996, p. 143).

O trabalho, conforme Kaufmann (2002), não é apenas um modo de produzir bens de subsistência; é também um modo de reconhecimento mútuo. Neste sentido, constitui-se num ingrediente essencial do cimento social, tratando-se de atividades, raramente executadas em completo isolamento, que preenchem a função de integração social, atividades realizadas em cooperação, em uma relação face à natureza.

Bausbaum (1985, p. 22) conceitua trabalho como “uma atividade humana que produz algo exterior a si mesmo: é uma atividade exteriorizada e objetivada”. Assim, o autor não considera trabalho a produção de bens necessários à própria subsistência, dizendo ainda que “não obstante sua atividade não poderia ser considerada como trabalho, pois que produzia para si mesmo e não para um mercado” (ibid., 1985, p. 22). O trabalho então, referindo-se ao modo capitalista de produção, reforçando a colocação de Marx, seria definido como “uma atividade humana que produz valor de troca” (BAUSBAUM 1985, p. 23).

O trabalho remete também à sua etimologia. A associação da atividade laboral ao instrumento de tortura dos romanos (*tripalium*) revela a dimensão do trabalho como algo penoso, como fonte de sofrimento e forma de aprisionamento (CATTANI, 1996).

Segundo Chauí (1999), a idéia do trabalho como desonra e degradação não é exclusiva da tradição judaico-cristã, onde “ao ócio feliz do paraíso segue-se o sofrimento do trabalho como pena imposta pela justiça divina e por isso os filhos de Adão e Eva, [isto é, a humanidade inteira], pecarão novamente se não se submeterem à obrigação de trabalhar” (CHAUÍ, 1999, p. 9).

Uma outra visão é fornecida pela concepção do trabalho na Grécia antiga, conforme Kaufmann (2002), na qual Aristóteles articulou as grandes linhas. Em sua ótica, o trabalho, enquanto atividade de produção de meios de subsistência, é uma atividade desprezada e desvalorizada, considerada degradante e penosa. Como instância do âmbito da necessidade, é reservada aos escravos. A atividade verdadeiramente valorizada entre os gregos é aquela que é livre da necessidade.

Essa idéia aparece em quase todos os mitos que narram a origem das sociedades humanas. A necessidade de trabalhar para viver é compreendida como punição de um crime. Ela também aparece nas sociedades escravistas antigas, como a grega e a romana, onde, poetas e filósofos não se cansavam de proclamar o ócio um valor indispensável para a vida livre e feliz, para o exercício da nobre atividade da política, para o cultivo do espírito e para o cuidado com o vigor e a beleza do corpo, considerando o trabalho como pena, destinado aos escravos e desonra que cai sobre os homens livres pobres (CHAUÍ, 1999, p. 11).

Conforme Chauí (1999), é significativo que nas línguas dessas duas sociedades não exista a palavra trabalho. As palavras *ergon* (em grego) e *opus* (em latim) referem-se às obras produzidas e não à atividade de produzi-las. Além disso, as atividades laboriosas, socialmente desprezadas como algo vil e mesquinho, são descritas como rotineiras, repetitivas, obedientes a um conjunto de regras fixas. Enfim,

não é demais lembrar que a palavra latina que dá origem ao nosso vocábulo “trabalho” é *tripalium*, instrumento de tortura para empalar escravos rebeldes e deriva de *palus*, estaca, poste onde se empalam os condenados. E *labor* (em latim) significa esforço penoso, dobrar-se sob o peso de uma carga, dor, sofrimento, pena e fadiga (...) Assim como muitas línguas derivadas do latim recuperam a maldição divina lançada contra Eva usando a expressão “trabalho de parto” (CHAUÍ, 1999, p. 12).

Na maioria das línguas européias, o termo trabalho se relaciona originalmente apenas à atividade de uma “pessoa menor”, do dependente, do servo ou do escravo. No latim, *laborare* significava algo como o cambalear do corpo sob uma carga pesada e em geral é usado para designar o sofrimento e o mau trato do escravo. Já as palavras latinas *travail*, *trabajo*, derivam-se de *tripalium*, uma espécie de jugo utilizado para a tortura e o castigo de escravos (GRUPO KRISIS⁵, 2003).

Outra concepção de trabalho é trazida por Weber (1987). Para o autor, o trabalho é visto como uma vocação, como cumprimento de um dever divino, a fim de satisfazer a Deus. A ética protestante identificava o homem honesto como trabalhador. Inicialmente considerado como castigo divino, o trabalho tornou-se virtude e chamamento (ou vocação) divino. Contra as dúvidas religiosas e a inescrupulosa tortura moral, e contra todas as tentações da carne, prescreve-se o trabalho. É através dele que o homem alcança o seu estado de graça. Conforme o autor,

ser cristão virtuoso é seguir um conjunto de normas de conduta nas quais o trabalho surge não apenas como obrigação moral, mas como poderoso racionalizador da atividade econômica geradora de lucro. Aquele que faz seu trabalho render dinheiro e, em lugar de gastá-lo, o investe em mais trabalho para gerar mais dinheiro e mais lucro, vivendo frugalmente e honestamente é um homem virtuoso. Trabalhar é ganhar para poupar e investir para que se possa trabalhar mais e investir mais (WEBER, 1987, p. 14).

⁵ Grupo alemão formado em torno da Revista Krisis (www.krisis.org) que discute desde o final dos anos 1970 pontos fundamentais para uma crítica radical da moderna sociedade produtora de mercadorias.

Já o Grupo Krisis (2003), em seu *Manifesto Contra o Trabalho*, traz o questionamento se o trabalho é realmente a condição natural para a existência humana. O grupo considera o trabalho uma atividade social historicamente determinada e um conceito específico da modernidade. Para os autores, o trabalho possui um poder totalitário, determinando o pensar e o agir. Os autores enfatizam também a discriminação presente na frase “quem não trabalha não come”, onde um ser humano sem trabalho não é um ser humano. Nessa concepção, o trabalho liberta e a ociosidade deve ser afastada.

Decorrente do que foi exposto a respeito do trabalho, pode-se dizer que o trabalho tanto é considerado como uma virtude, vista pelo puritanismo, como um destino social infeliz. É a atividade daqueles que perderam sua liberdade.

2.1.1 O Trabalho no Modo de Produção Capitalista

Para Marx (1980) e Lafargue (2000), o trabalho, em si mesmo, é uma das dimensões da vida humana que revela a humanidade, pois é por ele que as forças da natureza são dominadas e é por ele que são satisfeitas as necessidades vitais básicas e é nele que exterioriza-se a capacidade inventiva e criadora – o trabalho exterioriza numa obra a interioridade do criador (CHAUÍ, 1999). O trabalho, considerado como a produção e a circulação de mercadorias, é geralmente considerado como a base da economia política e, portanto, de toda a civilização.

Como um grande estudioso do trabalho, Marx (1980) o interpreta com um lado de positividade, onde o homem só se faz homem através do trabalho. Este lado de positividade se caracteriza pelo trabalho não assalariado, onde o homem não perde sua autonomia nem a sua capacidade de criação e sua conotação de humanidade. Porém, ao se tornar submetido ao interesse do capital, a idéia de trabalho mudou. O trabalho, no modo

de produção capitalista se converte em salário. É no capitalismo, onde o que o homem produz é trocado por salário. O homem não mais possui sua capacidade criadora, ele se submete ao interesse do capital.

De acordo com Kaufmann (2002), é durante os séculos XVIII e XIX que se fixa a atual concepção do trabalho e que aparece o trabalho assalariado. Somente após duzentos anos é que o trabalho associado a um emprego assalariado e remunerado constitui a forma dominante do trabalho. Ele é identificado como fator estruturante da existência dos indivíduos. Não apenas determina o ganha-pão, o estatuto social e a estima de si, mas também as relações sociais animadas pelas lutas em nome de condições de existência que são condições de trabalho. Para o autor,

a aparição da forma de produção assalariada, comportando, relativamente ao modo de produção artesanal, uma nova norma, segundo a qual aquele que fornece os instrumentos de produção (o capital), e que é diferente daquele que fornece a força de trabalho, tem direito de propriedade sobre o produto, retorna um salário ao trabalhador e apropria-se do resto do lucro da venda ou da troca do produto (ibid., 2002, p. 35).

Segundo Sandroni (2002), o trabalho associa-se a certo nível de desenvolvimento dos instrumentos de trabalho e da divisão da atividade produtiva entre os diversos membros do agrupamento social. Assim, “o trabalho assumiu formas particulares nos diversos modos de produção que surgiram ao longo da história da humanidade” (ibid., 2002, p. 609).

Na comunidade primitiva, o trabalho teve caráter solidário, coletivo, ao passo que nas sociedades de classes (escravista, feudal e capitalista), se tornou alienado. O trabalho assalariado é típico do modo de produção capitalista, no qual o trabalhador, visando sua sobrevivência, vende ao empresário sua força de trabalho em troca de um salário (ibid. 2002).

Reforçando as idéias de Marx, no capitalismo, segundo Sàvtchenko (1987), os meios de produção que pertencem ao capitalista opõem-se ao homem como uma força estranha e o trabalho assume a forma de trabalho assalariado. Na sociedade capitalista o homem se vê obrigado a vender sua força e capacidade de trabalho ao capitalista, então possuidor dos meios de produção e tecnologia, utilizadas para explorar o assalariado.

Marx assim se expressa

o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho. Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador (MARX 1987, p. 209).

Segundo a concepção marxista, sob o capitalismo, o processo de trabalho – responsável pela atribuição de valor de uso a uma mercadoria – serve apenas como suporte do processo de valorização, no decorrer do qual será criado um valor superior à soma dos valores investidos no seu início. A partir daí, para o capitalista, o objetivo do processo de trabalho será a valorização do seu capital mediante a obtenção de mais-valia, assim, a extração dessa mais-valia do trabalho do operário pelo capitalista, constitui a exploração capitalista do trabalho assalariado, fundamento da acumulação da sociedade capitalista.

Para Guimarães (1995, p. 32),

o trabalho no modo de produção capitalista torna-se trabalho assalariado, vindo a ser uma imposição, apenas um meio que o trabalhador encontrou de ganhar dinheiro e de garantir a sua subsistência, nada justificando a sua idealização, enquanto um fim em si mesmo, visando à libertação e à auto-realização humana.

Na sociedade capitalista, conforme Antunes (1998), o trabalho é degradado, o processo de trabalho se converte em meio de subsistência, e a força de trabalho transforma-

se em mercadoria. Desse modo, o trabalho estranhado converte-se num forte obstáculo à busca da plenitude do ser. Marx (2002, p. 110) enfatiza que “o trabalhador desce até o nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria”. Para Lafargue (2000, p. 64), nesta sociedade, “o trabalho é a causa de toda degeneração intelectual, de toda deformação orgânica”. Para este autor, uma estranha loucura apodera-se das classes operárias das nações onde impera a civilização capitalista. Esta loucura tem como conseqüências as misérias individuais e sociais, que, há dois séculos, torturam a triste humanidade. “Esta loucura é o *amos* pelo trabalho, levada ao esgotamento das forças vitais do indivíduo e sua prole” (ibid., 2000, p. 63).

Liedke (2002) destaca que, de acordo com Marx, o trabalho contido na mercadoria contém duplo caráter: trabalho concreto e trabalho abstrato. Sobre essa classificação a autora acrescenta que o trabalho concreto “corresponde à utilidade da mercadoria (valor de uso), à dimensão qualitativa dos diversos trabalhos úteis” (ibid., 2002, p. 341). E o trabalho abstrato

corresponde ao valor de troca da mercadoria, independentemente das variações das características particulares dos diversos ofícios. O conceito de trabalho abstrato alude ao dispêndio de energia humana, sem considerar as múltiplas formas em que é empregada. É nessa qualidade de trabalho humano abstrato que o trabalho cria o valor das mercadorias (ibid., 2002, p. 341).

Também interpretando Marx, Sàvtchenko (1987) entende que o trabalho, como a energia humana gasta e materializada na mercadoria (sob a condição de ela criar bens necessários a outras pessoas) denomina-se trabalho abstrato. “O trabalho abstrato está na base do valor da mercadoria, ou seja, vai determinar a quantidade de dinheiro ou de outras mercadorias, que por ela, se pode obter no mercado”. No entanto, “todo o trabalho é concreto, isto é, transmite propriedades às mercadorias úteis e necessárias aos homens, ou seja, o seu valor de uso” (ibid., 1987, p. 31).

Marx também analisou o trabalho produtivo e improdutivo. Aqui, mais uma vez, Marx parte do trabalho que produz um objeto para o mercado, sendo fonte de mais-valia. O trabalho produtivo, então, tem a característica essencial de ser fonte de mais-valia, seja ele manual ou intelectual. “O decisivo na caracterização do trabalho produtivo é que ele contribua para a realização do capital, que seja, portanto, fonte de mais-valia” (SANDRONI, 2002, p. 609). Já o trabalho improdutivo não produz valor de troca, mesmo que dê origem a um objeto material.

Nas condições do capitalismo, para Sàvtchenko (1987), a divisão do trabalho em produtivo e improdutivo assenta no duplo caráter do trabalho. Por um lado, o trabalho cria o valor de uso da mercadoria e, por isso, é produtivo e o valor de uso corresponde às exigências da procura. Por outro lado, o trabalho cria, no capitalismo, o valor da mercadoria e o seu acréscimo, isto é, a mais-valia. Se o trabalhador trazer a mais-valia ao proprietário dos meios de produção e o transformar em capitalista, do ponto de vista do proprietário o trabalho é produtivo. Portanto, no capitalismo, o mesmo tipo de trabalho pode ser produtivo e improdutivo, conforme criar ou não a mais-valia ao capitalista⁶.

Conforme Trigo (1999), foi assim que foi constituído o trabalho, na vida moderna, como trabalho assalariado, reconhecido não pelo seu valor de uso (trabalho concreto), mas por seu valor de troca (trabalho abstrato), subjugando os homens à alienação de si mesmos ao homologar seu valor como homens ao valor de seu trabalho e ao limitar as apropriações dos homens dentro das possibilidades relativas às funções que lhe correspondem na divisão social do trabalho.

De acordo com Offe (1989, p. 7),

⁶ O trabalho, como uma atividade necessária para a reprodução da vida, é configurado na sociedade contemporânea como divisão social do trabalho em forma de emprego (TRIGO, 1999).

separado das famílias e das formas tradicionais de associação, e privado de proteção política, o trabalho assalariado foi vinculado à organização e à divisão capitalista do trabalho, assim como aos processos de pauperização, alienação, racionalização e a formas organizadas e desorganizadas de resistência intrínseca a estes processos.

Na esfera social, Trigo (1999) expõe que o trabalho se distingue como elemento organizador da vida social e como um dos pilares da modernidade. Assim, “o trabalho se realiza no sistema que herdamos e que ainda hoje se encontra vigente com novas faces, o modo de produção capitalista, modo no qual o trabalho se transforma num meio para adquirir dinheiro” (ibid., 1999, p. 29).

O moderno sistema produtor de mercadorias criou, com seu fim em si mesmo da transformação incessante de energia humana em dinheiro, uma esfera particular, “dissociada” de todas as outras relações e abstraída de qualquer conteúdo, a esfera do assim chamado trabalho. Nessa esfera que é separada da vida, o tempo deixa de ser tempo vivo e vivenciado; torna-se simples matéria-prima que precisa ser otimizada: “tempo é dinheiro”. Cada segundo é calculado, cada ida ao banheiro se torna um transtorno, cada conversa é um crime contra o fim autonomizado da produção. A vida se realiza em outro lugar, ou não se realiza, porque o ritmo do tempo de trabalho reina sobre tudo (GRUPO KRISIS, 2003).

Assim, no capitalismo, o trabalho vira uma imposição, onde há uma busca somente por dinheiro. Como princípio imperial, o trabalho domina não só a esfera da economia, mas permeia toda a existência social. A sombra do trabalho se projeta sobre o indivíduo moderno.

Segundo Cattani (1996), o trabalhador coloca sua identidade, sua saúde e boa parte da sua vida no trabalho, mas, face às imposições da relação assalariada, seu empenho, sua iniciativa e sua responsabilidade são alienados. O processo de trabalho, regido por

imposições arbitrárias e por regulamentos restritivos, bloqueia a inteligência, dilapida a saúde e se transforma em sofrimento psíquico.

No modo de produção capitalista, conforme Antunes (1998), o trabalho não é mais uma forma de realização humana; há a desrealização do ser social. Sob o capitalismo, o trabalhador repudia o trabalho, não se satisfaz, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega. Nessas condições o trabalho se torna uma maldição para o homem, que segundo Bausbaum (1985, p. 26), “esse trabalho maldito é obra do capital”.

Para Marx (2002-2003), o trabalhador torna-se cada vez mais pobre à medida que produz cada vez mais riqueza. “O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria” (ibid., p. 457). Ainda de acordo com Marx (2002), com a valorização do mundo das coisas é aumentada em proporção direta à desvalorização do mundo dos homens.

No capitalismo, onde o que o homem produz é trocado por salário, é que o trabalho, segundo Bausbaum (1985, p. 23), “revela sua verdadeira essência alienante: uma atividade humana que produz valor de troca para outro”. É nesse momento que o próprio homem é convertido em mercadoria, passando a ter seu valor no mercado. O autor destaca ainda que “de sujeito que era, passa a ser objeto daquele para quem trabalha” (ibid., p. 23).

A alienação do trabalho consiste,

em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si (MARX, 2002, p. 114).

Tal fato implica apenas que, segundo Marx (2002), o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, opõe-se a ele como ser estranho, como um poder independente do

produtor, onde o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como a um objeto estranho.

Assim, para fins deste trabalho, adota-se a concepção marxista de trabalho, na qual no modo de produção capitalista, o trabalho é degradado e o processo de trabalho se converte em meio de subsistência. Ao trabalhador, resta-lhe a condição de “miserabilíssima mercadoria” (MARX, 2002, p. 110).

2.1.2 A divisão sexual do trabalho

As mulheres, conforme Rabelo (1997), por muito tempo ficaram enclausuradas no interior de seus lares, cabendo a elas somente a guarda dos filhos e as tarefas rotineiras. Suas atividades eram limitadas ao espaço “privado”; já os homens, ao contrário, desenvolviam suas atividades no espaço “público”, fora do lar. Essa distinção entre os tipos de participação dos sexos caracterizada na separação das esferas reprodutivas - onde é inserido o trabalho doméstico - e produtivas – trabalho assalariado -, se constitui na divisão sexual do trabalho (ibid., 1997).

A divisão sexual do trabalho, segundo Holzmann (2002, p. 82) “é a separação e distribuição das atividades de produção e reprodução social, de acordo com o sexo dos indivíduos”. Ainda para a mesma autora, qualquer sociedade possui definidas, com mais ou menos rigidez e exclusividade, esferas de atividades que comportam trabalhos e tarefas considerados apropriados para um ou outro sexo.

Assim para a autora,

a divisão sexual do trabalho é um dos aspectos das relações sociais de sexo. Assim, a existência de trabalho de homens e trabalho de mulheres expressa não as possibilidades e capacidades naturais de quem deve executá-los, mas a assimetria nas relações entre os sexos, definidoras da

submissão das mulheres aos homens e da opressão que estes exercem sobre elas (HOLZMANN, 2002, p. 83).

Segundo Dürkheim (1977), o trabalho sexual sofreu cada vez mais divisões. Em um primeiro momento, limitado apenas às funções sexuais, estendeu-se pouco a pouco a muitas outras. Em diversos momentos a mulher se retirou dos assuntos públicos e a sua vida se concentrou por completo no interior da família. A mulher, até os dias atuais, na maioria das sociedades, ainda leva uma existência completamente diferente da do homem. Isso se deve, conforme Venosa (1994), ao fato de que o mundo do trabalho foi socialmente construído como masculino.

De acordo com Carola (2002), ao partir do princípio da divisão sexual do trabalho sustentada em pressupostos biológicos, parece que a raiz dos principais conflitos e inquietações de ambos os gêneros gira em torno da rígida definição dos papéis, baseada no discurso naturalista e, portanto, absolutamente imutável.

Para esse autor,

isto explica, por exemplo, o porquê da dupla jornada de trabalho das mulheres, pois ficando ou não no espaço doméstico, o cuidado da casa e dos filhos lhes era atribuído como um “destino natural”. Mesmo quando trabalhavam fora deste espaço, os afazeres domésticos e cuidados da família continuavam sendo de sua exclusiva responsabilidade (ibid., 2002, p. 182).

A divisão sexual está inscrita na divisão das atividades produtivas que são associadas à idéia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico, que atribui aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação (BOURDIEU, 2003).

Na moderna concepção de sociedade, conforme Arendt (2003), a distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas. Surge, então, uma

esfera separada da do trabalho, que de certa forma, é considerada como seu avesso, ou seja, a esfera privada doméstica, da família e da intimidade.

Nessa esfera definida como feminina

restam as atividades numerosas e recorrentes da vida cotidiana que não podem ser, com algumas exceções, transformadas em dinheiro: da faxina à cozinha, passando pela educação das crianças e a assistência aos idosos até o trabalho da dona de casa típica ideal, que reconstrói o marido trabalhador esgotado e que lhe permite abastecer os seus sentimentos. A esfera da intimidade, como avesso do trabalho (GRUPO KRISIS, 2003, p. 41).

Na sociedade industrial, conforme Holzmann (2002), o espaço de trabalho foi separado do espaço doméstico e foi mantida a concepção de que o lugar natural da mulher seria a casa, e sua função primordial a de ter filhos e cuidar deles, concepção paradoxal, a medida em que grandes contingentes de mulheres, e também, de crianças foram se integrando na produção social, particularmente após a introdução da maquinaria.

O fato de que a manutenção individual fosse a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie fosse a tarefa da mulher era considerado como óbvio; e ambas estas funções, como naturais: o labor do homem no suprimento de alimentos e o labor da mulher no parto eram sujeitas à mesma premência da vida (ARENDDT, 2003).

De acordo com Souza (2000), continua vigente um padrão de desigualdade na distribuição das responsabilidades familiares entre os sexos, o que repercute no trabalho remunerado. Para a autora, mesmo com as múltiplas conquistas das mulheres nas últimas décadas, ainda permanece a idéia de que a mulher não possui condições de conciliar perfeitamente o trabalho e a vida familiar.

Dürkheim (1977, p. 75), em sua época, defendia a idéia que “as duas grandes funções da vida psíquica como que se dissociaram, que um dos sexos monopolizou as funções afetivas e o outro as funções intelectuais”. Isso ainda pode ser visto na atual

sociedade, onde às mulheres destinam-se trabalhos considerados próprios para a natureza feminina, como o cuidado com as crianças. À mulher é dado o dom da intuição, do afeto. Ao homem, o dom da razão. Nesse sentido, Rabelo (1997) destaca que a divisão sexual do trabalho nomeou prioritariamente o sexo feminino para a reprodução e o masculino para a produção.

De acordo com a interpretação de Dürkheim, à mulher foi designado o trabalho emocional, que conforme Venosa (1994), pode ser caracterizado como a responsabilidade, na esfera privada, pelo cuidado com os filhos, com os idosos, com os deficientes, bem como pela manutenção das relações entre o casal. Assim como existe um tempo e um espaço masculinos e outros femininos, existe também um trabalho social construído como mais provável para homens e um outro para as mulheres (ibid., 1994).

Estereótipos sexuais foram generalizados no decorrer do desenvolvimento do sistema produtor de mercadorias. Não é por acaso que se fortaleceu o preconceito em massa da imagem da mulher em uma esfera separada do trabalho, ao lado da imagem do homem trabalhador, produtor de cultura, racional e auto-controlado (GRUPO KRISIS, 2003).

Nessa mesma linha crítica, de acordo com Scott *apud* Carola (2002, p. 172), foram designados destinos diferentes a homens e mulheres, sendo que “aos homens o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão; às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos”. Esse tipo de discurso, segundo Carola (2002), concentra as mulheres em alguns empregos e não em outros, colocando-as sempre na base de qualquer hierarquia ocupacional e estabelecendo os seus salários abaixo do nível básico de subsistência.

De modo geral, segundo Holzmann (2002), a esfera feminina está situada no mundo doméstico privado, da produção de valores de uso para consumo do grupo familiar, para a

reprodução da espécie e do cuidado das crianças, dos velhos e dos incapazes, enquanto que as atividades de produção social e de direção da sociedade, desempenhadas no espaço público, são atribuições tipicamente masculinas.

Esta distinção entre trabalho de homens e trabalho de mulheres já foi considerada como expressão e capacidades inatas aos indivíduos, diferentes em homens e em mulheres, nos quais argumentos de ordem biológica serviram como justificativa da divisão sexual do trabalho, legitimando-a como um processo natural (HOLZMANN, 2002). Estudos comparativos das sociedades culturalmente distintas demonstraram a impropriedade desses argumentos ao revelarem que os supostos “dons naturais” atribuídos aos homens e às mulheres não são similares em contextos culturais diferentes (ibid., 2002), pois,

os estereótipos do “ser homem” e “ser mulher”, que sustentam e legitimam a divisão sexual do trabalho, são construções culturais particulares e de conteúdos específicos, concretos e simbólicos, muito diversificados, comportando uma grande variabilidade de arranjos na determinação das funções, tarefas e trabalhos que devam ser desempenhados por homens ou por mulheres (HOLZMANN, 2002, p. 82).

Venosa (1994) enfatiza que mesmo sem negar o avanço conseguido pelas mulheres no ambiente de trabalho, elas ainda não conseguiram paridade econômica com os homens, onde o salário das mulheres permanece baixo em função da discriminação, da falta de treinamento e da ausência de promoções. Ao tentar minimizar as diferenças de gênero, ainda conforme o mesmo autor, o contingente feminino geralmente aceita tarefas ancilares, pois, em um mundo masculino, ser mulher e vencer, na maioria das vezes, significa trabalhar o triplo (ibid., 1994).

Para Galeazzi (2002), as mulheres se inserem na atividade econômica em clara desvantagem à força de trabalho masculina, onde são mais expostas ao risco do desemprego e permanecem por mais tempo na procura por trabalho. A autora aponta ainda

que quando ocupadas, a desigualdade ainda se expressa, principalmente pela segregação ocupacional e pela remuneração inferior. Às mulheres cabem ocupações de mais baixo status, com menores oportunidades de desenvolvimento e ascensão ocupacional e seus rendimentos do trabalho são significativamente mais baixos do que dos homens (ibid., 2002).

Não só no Brasil há desigualdade entre homens e mulheres. Países considerados como de “Primeiro Mundo” também registram casos de discriminação. Assim como acontece no Brasil, de acordo com Ribas (1999, p. 74), no Japão “a força de trabalho feminina possui um papel rigorosamente suplementar e subalterno”. Onde não são dadas às mulheres as mesmas oportunidades profissionais e a diferença salarial em relação aos homens é a maior do mundo. Ainda considerando o panorama japonês, Shiroma *apud* Ribas (1999) enfatiza que mesmo praticando a mesma atividade profissional, a mulher recebe 64% menos do que o homem, ou seja, 1/3 do salário masculino.

Para Venosa (1994), é verificada a participação desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho, onde existe uma forte concentração de mulheres nos níveis mais baixos de serviços manuais e/ou administrativos, somada a uma relativa ausência de mulheres nos níveis gerenciais mais altos. O autor coloca ainda que embora a inclusão feminina na força de trabalho venha crescendo e apesar da abertura de mercado para as mulheres com maior escolaridade, verifica-se a continuidade da discriminação, já que raramente as mulheres assumem postos de comando (ibid., 1994).

Segundo pesquisa do Dieese (2003), a participação das mulheres no mercado de trabalho cresceu de 35,5% da população economicamente ativa em 1990, para 41,9% em 2001. Conforme Cardoso (2002), a taxa de ocupação das mulheres aumentou em todo o mundo nos últimos anos, passando de 38% em 1970 a 52% em 1990.

Ao analisar a força de trabalho feminina no Brasil nas últimas décadas, destaca-se o acentuado crescimento do trabalho feminino, que tem sido denominado, conforme Nogueira (2004), como “a feminização do trabalho” (p. 67).

Segundo Posthuma (1998), presencia-se, nas últimas décadas, um aumento significativo da participação feminina na população economicamente ativa em quase todos os países do mundo. No entanto, comprova-se grandes desigualdades ainda existentes entre os sexos no mundo do trabalho. Para a autora,

a atividade econômica feminina continua sendo caracterizada por segregação ocupacional, em setores de baixo status, com remuneração menor que os homens, mesmo quando elas exercem a mesma carga horária e têm níveis equivalentes de escolaridade (ibid., 1998, p. 21).

As mulheres, segundo Gelinski e Ramos (2003), conquistam o mercado de trabalho, recusando a identidade de donas-de-casa imposta pela revolução industrial. Mesmo as mais bem qualificadas se constituem em mão-de-obra relativamente barata, se comparadas aos homens.

Conforme Moser (1985, p. 35),

o trabalho produtivo da mulher assume características de complementaridade, e a população feminina transforma-se no principal reservatório de força de trabalho, que passou a ser fundamental no mecanismo de acumulação de capital, já que a taxa de emprego não pode ser separada da correlata taxa de desemprego.

Nesse sentido, para Souza (2000), a inserção das mulheres no mercado de trabalho é decorrente da situação em que se encontram seus maridos – ou estão desempregados, ou fazem “bicos” ou também trabalham na indústria. Decorrente desse quadro, o emprego das mulheres se faz necessário, seja pelo fato de ser uma fonte segura de renda para a família ou pela complementaridade de seu salário, também necessário à renda familiar.

Ao corroborar Souza (2000), Venosa (1994) enfatiza que as mulheres adentram no mercado de trabalho em virtude da queda dos rendimentos familiares. Antunes (1995) expõe que, as mulheres, com seus maridos desempregados, se vêm frente ao mercado de trabalho⁷.

Os efeitos da precarização do mercado de trabalho, conforme Gelinski e Ramos (2003), recaem de forma especial sobre a força de trabalho feminina, ampliando sua participação no contingente de trabalhadores desempregados ao mesmo tempo em que são inseridas em ocupações a descoberto dos padrões vigentes de proteção legal e previdenciária.

Blass (2000) coloca que é visível o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, desempenhando, em sua maioria, atividades em tempo parcial no setor de serviços, situação esta que lhes permite conciliar os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos com o trabalho assalariado fora de casa. Gelinski e Ramos (2003) corroboram esta colocação enfatizando que as ocupações se concentram em quase 50% dos casos no setor de serviços.

Blass (2000) reforça essa informação, destacando que pesquisas sobre o Mercado Comum Europeu mostram que 70% dos novos postos de trabalho criados entre 1985 e 1992 se encontravam no setor de serviços e que na Inglaterra, em 1990, 22% do total dos novos postos de trabalho eram constituídos por mulheres, contratadas em tempo parcial.

⁷ Por outro lado, o trabalho da mulher traz a satisfação de ter o seu próprio dinheiro, contribuindo para a afirmação de sua individualidade, ainda que o rendimento seja aplicado também em gastos necessários com filhos e com a casa. Ao realizarem seus trabalhos, as mulheres movem-se por outros interesses que não somente a renda, ou seja, o trabalho não tem um valor apenas monetário, mas o reconhecimento social da comunidade é fundamental: são consideradas trabalhadoras bem-sucedidas.

2.2 OS PARADIGMAS DE PRODUÇÃO

“Aquilo que foi conseguido durante um século de lutas, a proteção ao trabalho, retrocede ao tempo das fábricas satânicas”.

Bernadete Aued

Este tópico discute os paradigmas de produção taylorista e fordista, bem como o surgimento do novo paradigma de produção, esperando a substituição dos paradigmas anteriores. Com a busca na literatura, discute-se ainda a crise do mundo do trabalho decorrente desse novo paradigma de produção.

2.2.1 Os paradigmas de produção Taylorista e Fordista

Conforme Lara (2002), o taylorismo teve início na virada do século XIX para o século XX, a partir dos estudos iniciais de Frederic W. Taylor na *Midvale Steel Works* que lhe possibilitaram a publicação em 1903 do livro *Shop Management* que traz sua preocupação com a racionalização do trabalho. O paradigma taylorista se caracteriza por uma lógica mecanicista, que se aplica a qualquer trabalhador coletivo, seja sua produção predominantemente manufatureira, ou seja, mecanizada (SOUZA, 2000).

Heloani *apud* Souza (2000) expõe que Taylor, em seu ideário, fornece as indicações precisas de como estruturar o seu discurso de poder, onde primeiramente estabelece uma relação “formal” de reciprocidade entre dois sujeitos histórica e politicamente desiguais: o capital e o trabalho. Essa reciprocidade se faz possível através da prosperidade, que traz vantagens para ambos pela associação de interesses.

O discurso taylorista, de acordo com Souza (2000), conduz a um pensamento que, sob os interesses diferentes, localiza dois sujeitos, próprios e definidos, induzindo a pensar que capital e trabalho se fortalecem com a prosperidade e a cooperação. O discurso da

prosperidade se desdobra em produção. Já a cooperação é convertida em eficiência e aperfeiçoamento pessoal.

Conforme a mesma autora, muitos dos mecanismos da administração que devem estar a serviço dos princípios fundamentais da gerência científica, considerados por Taylor, para a obtenção de êxito, ainda podem se destacar quanto à larga utilização em muitas empresas atuais, tais como (SOUZA, 2000):

- ✓ o estudo de tempos e movimentos, determinando o método a ser seguido pelo trabalhador;
- ✓ a padronização de ferramentas, materiais, métodos e de todo e qualquer procedimento, instituindo-se uma rotina na fabricação de bens e serviços;
- ✓ a supervisão funcional, constituindo-se um sistema de heterogestão em substituição ao contra-mestre único da organização manufatureira.

Os princípios do taylorismo, ou os princípios da administração científica, conforme Braverman (1987), enfatizam que a gerência deve reunir todo o conhecimento tradicional que foi produzido e possuído pelos trabalhadores, classificando-os, tabulando-os e reduzindo esses conhecimentos a regras, leis e fórmulas (1º Princípio); o trabalho de pensar deve ser retirado das oficinas e centrado na administração – no departamento de planejamento ou projeto (2º Princípio); o trabalho dos operários deverá ser inteira e criteriosamente planejado pela gerência que deve, ainda, controlar cada fase do processo e modo de execução desse trabalho (3º Princípio). Há ainda um 4º Princípio, que se refere à cooperação que deve existir entre os trabalhadores e a gerência.

Os princípios da Administração Científica de Taylor descrevem como a produtividade do trabalho pode ser radicalmente aumentada através da decomposição de

cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento (HARVEY, 1993). Uma das características do taylorismo, conforme o autor, é a separação entre gerência, concepção, controle e execução.

Para Souza (2000), Taylor eleva o conceito de controle a um plano inteiramente novo, quando impôs ao trabalhador uma maneira rigorosa na qual o trabalho deve ser executado. A gerência científica se apropria do saber do trabalhador em benefício único e exclusivo do capital.

Braverman (1987) enfatiza que o taylorismo trouxe conseqüências para o trabalhador, dentre as quais, a separação do trabalho mental do trabalho manual; a perda do conhecimento adquirido durante anos, decorrente da simplificação das tarefas, propiciando um efeito degradante sobre a capacidade técnica do trabalhador; a desqualificação dos trabalhadores que executam tarefas simples e rotineiras, sem a necessidade de possuírem conhecimentos elevados; a intensificação do trabalho a limites sobre-humanos decorrentes das altas taxas de produtividade; a máquina passa a controlar ritmos e movimentos do trabalhador.

Para Viegas (2002), no que diz respeito à força de trabalho, a exploração era centrada nas habilidades manuais dos trabalhadores. Para essa forma de produção que implica extrema fragmentação e desabilitação, o operário ideal, caracterizado por Taylor ao se referir ao trabalho realizado por carregadores de barras de ferro, era do tipo “bovino”, que era tão estúpido quanto incapaz de realizar a maior parte dos trabalhos pessoais. O operário de chão de fábrica quanto menos pensasse era melhor, pois as atividades mecânicas que ele executava poderiam ser perturbadas pelo pensamento.

Braverman (1987, p. 22) destaca que,

o sistema de Taylor, como todo processo capitalista, de acordo com Lênin, é uma combinação da refinada brutalidade da exploração burguesa com uma quantidade dos maiores feitos científicos no campo da análise dos movimentos mecânicos durante o trabalho, da eliminação dos movimentos supérfluos e lentos, da elaboração dos métodos corretos de trabalho, a introdução do menor sistema de contabilidade e controle.

O desenvolvimento do trabalho parcelar e seu enquadramento pelas normas tayloristas é uma das etapas mais empobrecedoras da atividade humana (CATTANI, 1996).

Lara (2002) expõe que, por volta de 1913, Henry Ford aperfeiçoou o sistema proposto por Taylor, introduzindo a esteira transportadora em sua fábrica de automóveis em *Highland Park*, possibilitando a linha de montagem em fluxo contínuo.

De acordo com Viegas (2002, p. 29),

um acréscimo fundamental do fordismo com relação ao taylorismo é que o primeiro inaugurou uma preocupação mais ampla com a conexão entre a forma de produção e a organização geral da sociedade. Ford tinha a clara percepção de que a produção em massa estava inexoravelmente ligada ao consumo de massa, o que implicava não apenas um modo diferente de produzir, mas um modo diferente de se relacionar com as pessoas e com as coisas, um modo de viver a vida.

O paradigma fordista se caracteriza pela produção em massa, porém, em muitos aspectos, as inovações tecnológicas e organizacionais de Ford não passavam de mera extensão de tendências bem estabelecidas, como o taylorismo (HARVEY, 1993). Ford fez pouco mais do que racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho preexistente.

Segundo Antunes (2002a), tornava-se imprescindível racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o desperdício na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração.

Souza (2000) enfatiza que as características básicas do fordismo são as seguintes: desenvolvimento da mecanização através de equipamentos altamente especializados; produção em massa de bens padronizados; salários relativamente elevados e crescentes que incorporam ganhos de produtividade, para compensar o tipo de processo de trabalho predominante.

Segundo Lara (2002), com o aperfeiçoamento da correia transportadora proposta por Ford, o sistema de produção taylorista passou a ser conhecido como taylorista/fordista, apresentando características, tais como: produção em massa, principalmente de bens com baixa diferenciação; divisão das tarefas; especialização do trabalhador; separação entre execução e produção (a execução restrita a cargos dos níveis hierárquicos mais elevados e a produção a cargo do chão de fábrica); aumento do controle a fim de se verificar se os trabalhadores executam as tarefas de acordo com os padrões pré-estabelecidos; ritmo e movimento do trabalho controlados pela máquina e pela organização racional do trabalho; trabalho rotineiro, com pequeno grau de envolvimento dos operários; produção estimulada por incentivos financeiros.

Para Harvey (1993, p. 121),

o que havia de especial em Ford era sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

O fordismo, segundo Antunes (2002), estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, na qual reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades, cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos.

Assim como o taylorismo, o fordismo também possui seus princípios básicos, tais como: a padronização rigorosa dos gestos operários, e concomitantemente; a rigorosa separação entre projeto e oficina, entre a concepção e a execução manual (SOUZA, 2000).

Souza (2000) cita autores como Lipietz e Leborgne enfatizando que,

o fordismo propriamente se distingue aqui do taylorismo no fato de que as normas mencionadas estão incorporadas no dispositivo automático das máquinas. É, pois, o movimento das máquinas (o típico caso das linhas de montagem) o que determina a operação requerida e o tempo necessário para sua realização (ibid., 2000, p. 24).

Segundo Antunes (2002a), uma linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos e tecia vínculos entre as ações individuais, das quais a esteira fazia as interligações, dando o ritmo e o tempo então necessários para a realização das tarefas. “Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre a elaboração e execução” (ibid., 2002a, p. 37).

De encontro com autores como Antunes (2002a) e Souza (2000), os quais argumentam que o fordismo caracteriza-se como um desenvolvimento do taylorismo, Coriat *apud* Souza (2000), expõe que Ford através da introdução da cadeia de montagem, leva a cabo um desenvolvimento criador do taylorismo que o leva – do ponto de vista do capital – a uma espécie de perfeição. A autora cita ainda Aglietta dizendo que “o fordismo abraça os princípios do taylorismo e os coloca mais efetivamente em prática, para obter uma intensificação ainda maior do trabalho (AGLIETTA *apud* SOUZA 2000, p. 24).

A organização do trabalho fordista permite economizar despesas improdutivas de força de trabalho e aumentar os produtos obtidos pela intensificação da produtividade do trabalho social (CORIAT *apud* SOUZA, 2000).

Contudo, o fordismo, assim como o taylorismo entra em crise. Para Harvey (1993), essa crise pode ser traduzida em uma palavra: rigidez. Conforme o autor, existiam problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo instáveis (ibid., 1993).

Lara (2002) destaca que, decorrente do acirramento da concorrência, numa situação de forte instabilidade econômica e de estratégias empresariais adotadas visando enfrentar essa concorrência, passou-se a exigir das empresas uma atuação suficientemente ágil para enfrentar as novas competitividades, agilidade essa que não estava sendo possível através do paradigma baseado no modelo de produção fordista.

O processo de reorganização da economia, de acordo com o mesmo autor, abriu perspectivas para um intenso processo de reestruturação produtiva e do trabalho, com o intuito de retornar a rentabilidade do capital produtivo aos níveis anteriores (ibid., 2002).

A fim de que se sejam compreendidas as conseqüências advindas para o trabalhador através do fordismo, Moraes Neto *apud* Lara (2002) faz uma analogia entre o fordismo e a manufatura estudada por Marx em O Capital, chamando o fordismo de manufatura do capitalismo monopolista. Através dessa analogia, de acordo com Lara (2002), pode-se dizer que as conseqüências para o trabalhador fordista são as mesmas do trabalhador na manufatura, porém, em níveis exacerbados.

As conseqüências para o trabalhador podem ser vistas através: do parcelamento das tarefas; da intensificação do trabalho mediante aumento do ritmo de produção e as doenças de cunho mental, advindas pela fadiga; do aumento do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo; da desqualificação do trabalhador em razão de executar somente tarefas parcelizadas.

Conforme Antunes (2002a), o binômio taylorismo/fordismo vigorou na grande indústria, praticamente ao longo de todo século XX e baseava-se na produção em massa de mercadorias, na qual se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada.

Foi a introdução da organização científica taylorista do trabalho na indústria automobilística e sua fusão com o fordismo que representaram a forma mais avançada da racionalização capitalista do processo de trabalho ao longo de várias décadas do século XX, sendo somente entre o final dos anos 60 e início dos anos 70 que esse padrão produtivo, estruturalmente comprometido, começou a dar sinal de esgotamento (ANTUNES, 2002a).

2.2.2 Reestruturação produtiva: o surgimento do paradigma de produção flexível

A crise do fordismo exprime, em seu significado mais profundo, de acordo com Antunes (2002a), uma crise estrutural do capital. Como resposta à sua própria crise, se iniciou um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal.

A partir dos anos 70, quando o então quadro crítico, expresso de modo contingente como crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, que surge o toyotismo e a era da acumulação flexível (ANTUNES, 2002a).

A difusão de novas tecnologias de produção e organização industrial foi apontada como sendo a base de um novo paradigma de produção industrial (ABREU, 1994). Os pressupostos da produção em massa, baseados no modelo fordista de produção, foram

transformados radicalmente pela inserção de novas tecnologias baseadas na microeletrônica e em novos sistemas de organização do trabalho.

Segundo Kovács (2001), os padrões de produção e de organização, sobretudo nos últimos 20 anos, sofreram uma grande transformação. Para a autora,

não há consenso acerca da natureza dessas transformações. Para uns, está a emergir uma nova era pós-taylorista-fordista com um novo tipo de economia caracterizável, sobretudo, pela flexibilidade e baseado no conhecimento e na utilização de tecnologias avançadas. A grande empresa, orientada para a produção em grande série de produtos estandardizados num contexto organizacional hierarquizado e rígido, dá lugar a empresas com dimensões mais reduzidas, orientadas para a produção diversificada e realizada num contexto organizacional flexível (KOVÁCS, 2001, p. 43).

De acordo com Viegas (2002), o termo reestruturação produtiva abrange, de um lado, o conjunto das modificações surgidas na produção, que na atualidade têm como aspecto central a disseminação de tecnologias de produção inauguradas no Japão, o chamado toyotismo, aliadas às tecnologias de informação mais recentes; e por outro, as formas de interação entre a produção e a organização geral da mesma, através das articulações entre empresas e dessas com o Estado.

Segundo Lara (2002, p. 21),

a decisão pela reorganização passou por um momento de transição em busca de um novo modelo de produção que permitisse superar os problemas do modelo de produção taylorista-fordista, implicando estratégias relacionadas a uma nova configuração da produção, novas relações de trabalho, nova estratégia de mercado e de diversificação da produção, com a introdução de novas tecnologias.

Surge uma nova forma de organização industrial e de relacionamento entre o capital e o trabalho, mais favorável quando comparada ao taylorismo/fordismo, uma vez que possibilita o advento de um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, dotado de “maior realização no espaço do trabalho” (ANTUNES, 2002a).

Para Blass (2000), os paradigmas produtivos, baseados na rígida proposta fordista estariam sendo modificados com a introdução de novas formas de gestão do trabalho e da produção mais flexíveis e descentralizadas, objetivando atender de uma melhor forma as demandas de mercado e reduzir custos, eliminando os excessos de força de trabalho e de matéria-prima, implantando a “produção enxuta”. Segundo Rifkin (1995, p. 103), o princípio básico da produção enxuta “é combinar novas técnicas gerenciais com máquinas cada vez mais sofisticadas para produzir mais com menos recursos e menos mão-de-obra”.

Oliveira (2002) enfatiza que diante de todas as transformações ocorridas mundialmente nas últimas décadas, as empresas buscaram se reestruturar através de novas formas de organização da produção, dando ênfase à flexibilização. Para a autora, a flexibilização pode se apresentar de diversas formas, tais como: flexibilização da produção, flexibilização do trabalho, flexibilização do produto/processo com o intuito de tornar as empresas mais competitivas.

Para Bresciani (1997), dentre os vários aspectos que acompanham a chamada reestruturação produtiva, a flexibilidade ocupa posição destacada. Segundo Ianni (1994), a flexibilização dos processos de trabalho e de produção implica numa acentuada e generalizada potenciação da capacidade produtiva de trabalho, onde as mesmas condições organizatórias e técnicas da produção flexibilizada vêm a permitir a dinamização quantitativa e qualitativa da força produtiva do trabalho.

Gitahy citando Piore e Sabel (1994), diz que a descentralização das atividades produtivas, apoiada no uso de tecnologias que garantem maior flexibilidade, surge, para as empresas, como uma possibilidade de recuperação frente à crise.

De acordo com Salerno *apud* Oliveira (2002), a reestruturação produtiva na atual conjuntura se relaciona à mudança nas estruturas da sociedade. Suas causas seriam muitas, desde a liberação seletiva de alguns mercados até a instabilidade financeira internacional,

onde “as empresas reagem ao padrão da concorrência, mudando as necessidades de flexibilidade e de integração dos sistemas de produção mais dinâmicos” (ibid., 2002, p. 20).

De acordo com Oliveira (2002), a reestruturação produtiva emerge o sentido de uma empresa idealizada, como a empresa flexível, que se constitui por um núcleo estável e reduzido de gestores, de profissionais e empregados mais qualificados, os quais possuem a característica da polivalência, composta por diversos grupos de trabalhadores flexíveis, tais como, trabalhadores em tempo parcial, temporários, contratados a prazo, entre outros.

Dentro dessa perspectiva, Salerno *apud* Oliveira (2002), enfatiza os seguintes aspectos da reestruturação produtiva: o foco na atividade principal de maior valor, acrescentando a externalização e deslocamento simultâneo de outras atividades; a simplificação e a descentralização de todas as estruturas empresariais; a ligação de um grande número de empresas (de dimensão reduzida) e trabalhadores por conta própria; a promoção de autonomia, criatividade e participação por parte dos trabalhadores; contratos de trabalho temporários; o princípio de mercado como um mecanismo de orientação da atividade em lugar do princípio da organização.

Para Viegas (2002), uma das características da reestruturação produtiva é quanto ao mercado de trabalho, no qual os critérios de competitividade exigem que as empresas se adaptem rapidamente às mudanças necessárias, o que implica a possibilidade de demitir e contratar pessoas sem que isso resulte em grandes custos. Isso, aliado à introdução de novas tecnologias, tem modificado o mercado de trabalho, de forma a criar uma estratificação composta de trabalhadores contratados com jornada integral, que predominavam anteriormente, ao lado de subcontratados, contratos temporários e trabalho parcial.

Nos últimos anos, a estrutura da classe trabalhadora mudou. A antes chamada classe trabalhadora industrial agora assume novos empregos no lugar dos antigos. Para Braverman (1987, p. 15),

dá-se ênfase a que o trabalho moderno, como consequência da revolução científico-tecnológica e da automação, exige níveis cada vez mais elevados de instrução, adestramento, emprego maior de inteligência e do esforço mental em geral. Ao mesmo tempo, uma crescente insatisfação com as condições de trabalho industrial. O trabalho tornou-se cada vez mais subdividido em operações mínimas, incapazes de suscitar o interesse ou empenhar as capacidades de pessoas que possuam níveis normais de instrução e adestramento; e que a moderna tendência do trabalho, por sua dispensa de cérebro e pela burocratização, está alienando setores cada vez mais amplos da população trabalhadora.

A reestruturação produtiva da era da acumulação flexível é uma das respostas à crise experimentada pelo capital. Ela acarretou, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho (ANTUNES, 2002b). Dentre elas, pode-se destacar o desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas.

Para Antunes (2002b), novos processos de trabalho emergem e a produção em série é substituída pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade e novas formas de adequação da produção decorrente da lógica de mercado.

A inserção das novas tecnologias com base em microeletrônica permitiu a produção de bens especializados, abrindo espaço para um novo modelo de produção (ABREU, 1994). Diante disso, surge no Japão o toyotismo, como forma de organização do trabalho e que, muito rapidamente, propaga-se para as grandes companhias do país. Ele se diferencia do fordismo basicamente nos seguintes traços, conforme Antunes (2002a):

- ✓ é uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, diferenciando-se da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo. Sua produção é variada e bastante heterogênea, ao contrário da homogeneidade fordista;
- ✓ fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções, rompendo o caráter parcelar típico do fordismo;
- ✓ a produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas, alterando-se a relação do homem/máquina na qual se baseava o taylorismo/fordismo.

Para Wood (1993), o toyotismo caracteriza-se não apenas com base na eliminação de estoques de reserva e em procedimentos *just in time*, mas também por causa do elemento de “relações humanas” que fornece a base para o controle da qualidade total e o envolvimento dos trabalhadores na racionalização.

Piore e Sabel *apud* Abreu (1994) caracterizaram este novo modelo como ‘especialização flexível’, o qual desloca a competição dos preços para a da especificação do produto, tendo como base a produção de bens não padronizados com máquinas universais programáveis operadas por trabalhadores qualificados e polivalentes. As inovações organizacionais e tecnológicas definiriam um modelo baseado na flexibilidade de produção e de utilização da força de trabalho, tendo como corolário o trabalhador qualificado e polivalente.

Conforme Gitahy (1994, p. 150),

a instabilidade econômica do país e a retração do mercado interno se associam à intensificação da concorrência internacional, tem induzido as empresas a se reestruturar, mediante a introdução de um conjunto de inovações de produto e de processo e de relações entre clientes e fornecedores, inspiradas no modelo japonês.

Ainda para a autora, “as inovações organizacionais implicam a mudança de um modelo baseado no uso extensivo de mão-de-obra semi-qualificada para um outro baseado no uso intensivo de mão-de-obra qualificada, polivalente e cooperativa” (GITAHY, 1994, p. 145).

As empresas do complexo produtivo toyotista possuem uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção. A fábrica toyotista prioriza o que é central em sua especialidade no processo produtivo e transfere a terceiros grande parte do que antes era produzido dentro de seu espaço produtivo (ANTUNES, 2002a).

Salerno (1993) expõe de uma forma bastante geral um quadro sintético acerca do terreno onde se desenvolvem os “modelos japoneses” no Brasil:

- ✓ relativa flexibilização do trabalho, via:
 - facilidade no ajuste do volume de trabalho (facilidade de demissões);
 - facilidade no recurso às horas extras;
 - possibilidade de transferência de trabalhadores entre seções/setores/linhas conforme a flutuação da produção;
 - adaptação dos ritmos de trabalho de forma a recuperar atrasos na produção.
- ✓ relativa rigidez na oferta de bens intermediários para a indústria:
 - estrutura industrial concentrada (oligopolizada);
 - desenvolvimento de formas de verticalização dentro de uma mesma empresa.
- ✓ mercado de trabalho relativo ao operariado fabril revelando:

- mobilidade regional (migrações internas);
- grande oferta de mão-de-obra não-qualificada, mas que se submete à disciplina fabril;
- operariado formado na tradição taylorista/fordista de organização do trabalho.

O modelo japonês de produção industrial, conforme Lara (2002), possui como principal característica a flexibilização da produção com a finalidade de atingir um maior patamar de diversificação dos produtos como resposta às transformações do mercado e reduzir custos associados, isso tudo, dentro de um padrão de qualidade elevada. Para o autor,

as mudanças organizacionais, novas formas de organização da produção e do processo de trabalho são uma decorrência da introdução da reestruturação produtiva baseada no novo processo de produção capitalista, dito flexível, pelas organizações empresariais (ibid., 2002, p. 55).

O primeiro processo de reestruturação adotado pelas grandes corporações consistia na desverticalização produtiva e reorganização das plantas centradas na incorporação de novos equipamentos informatizados, já o segundo processo diz respeito a um novo movimento de racionalização da produção facilitado pela recuperação da economia internacional consistindo em combinar decisões de automação mais limitadas com a adoção de novas formas de organizar o processo de trabalho (LARA, 2002). Essas novas formas exigem do trabalhador a cooperação e a participação dos trabalhadores.

Segundo Viegas (2002, p. 40),

em graus variados, a pura mecanização, a ausência quase completa das necessidade de habilidades intelectuais, dá lugar à possibilidades de

iniciativa, à criatividade dos trabalhadores e, o que é mais importante para os capitalistas, à alternativas inéditas de aumento da produtividade.

O processo de reestruturação produtiva por que passa o Brasil nos dias atuais irrompe de maneira efetiva a partir do começo dos anos 90. De acordo com Leite (1994), o processo iniciou-se alavancado ao mesmo tempo pelos novos padrões de competitividade internacional e por um conjunto de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram simultaneamente no país. Dentre eles, destacam-se: a abertura de um processo recessivo que se abate duramente sobre a economia brasileira, o processo de democratização política e a crise do padrão de relações industriais vigente durante o período do milagre econômico.

O toyotismo, a partir dos anos 70, teve grandes implicações no mundo ocidental, quando se mostrou para os países avançados como uma opção possível para a superação capitalista da crise, onde a produção é flexível, isto é, fabricam-se muitos modelos, porém em pequenas quantidades. A reposição do produto ocorre à medida que ele vai sendo consumido, ou seja, a produção só acontece se estiver ocorrendo o consumo.

2.2.3 O mundo do trabalho em crise

No que concerne ao trabalho, resultam situações de crise, o mundo do trabalho sendo submetido a profundas mutações.

Segundo Kaufmann (2002), três fatores hoje afetam principalmente o trabalho assalariado, a concepção herdada do trabalho e o sentido que nele podemos reconhecer, lembrando que para muitos indivíduos, o trabalho assalariado estável torna-se, de mais a mais, raro. Os três fatores são os seguintes: a tecnologização progressiva do processo de

produção; a configuração da pirâmide populacional e a globalização dos mercados e a mundialização política hesitante (ibid., 2002, p. 37).

No decorrer das mutações em curso, existem alguns processos deliberados e localizados e outros condicionados por fatores tecnológicos ou por razões estratégicas que não são determinados ao nível dos capitalistas particulares. Entre os mais importantes destacam-se, de acordo com Cattani (1996):

- ✓ a transformação dos ramos que antes constituíam “fortalezas operárias”, como no caso da siderurgia, dos grandes estaleiros navais, das minas e, como será em breve, da indústria automobilística, caracterizados por apresentarem grandes concentrações operárias que, em muitos casos, constituíam a espinha dorsal do movimento sindical. Alguns foram sucateados, outros transferidos para os países do Terceiro Mundo, com substancial redução dos efetivos;
- ✓ as privatizações de indústrias e serviços estratégicos controlados pelo Estado. Sua passagem para a iniciativa privada resultou em fragmentação das unidades, redução drástica dos efetivos e precarização dos contratos de trabalho, com o conseqüente desengajamento sindical;
- ✓ subcontratação da produção - produtos que antes eram elaborados integralmente numa usina, hoje podem ser fabricados em dezenas de empresas, montados, embalados e distribuídos por dezenas de outras, sem que haja vínculos orgânicos;
- ✓ flexibilização - para conquistar o mercado, as empresas adotam sistemas menos rígidos de produção e equipamentos polivalentes que exigem uma mão-de-obra igualmente flexível em termos de qualificação, tarefas,

horários, etc. Como decorrência desses princípios, adota-se a individualização das carreiras e dos salários, que amplia as frentes concorrenciais entre os trabalhadores.;

- ✓ desmaterialização da produção - a associação do telefone com a informática, o teletrabalho e a expansão ilimitada da ciência e da tecnologia no setor de serviços reduzem a importância das operações e dos componentes propriamente materiais;
- ✓ globalização - a divisão internacional do trabalho, baseada nas vantagens comparativas e no imperialismo, foi completamente alterada. As realocações se tornaram mais frequentes e ágeis e a integração dos mercados aguçou a concorrência e a internacionalização dos capitais e, por conseguinte, a sua mobilidade.

O mundo do trabalho tem sido atingido por radicais mudanças estruturais, decorrentes do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e de novas formas organizacionais. O contexto dessas transformações é demarcado pela sofisticação da informática, a fluidez das comunicações, a transnacionalização dos capitais e a flexibilização dos postos de trabalho que, configurados de uma forma global, constituem grandes desafios para a humanidade (TRIGO, 1999). Para a autora,

outros eram os tempos em que o trabalhador tinha consigo como bem de sua propriedade sua força de trabalho. As reestruturações do mundo do trabalho e suas articulações impactaram as relações sociais e políticas do mundo do homem que vive do trabalho e, na atualidade, isto se reflete em suas vidas, nas incertezas, na ambigüidade de seus discursos, nos altos índices de desemprego e na noção que o trabalho tem com suas implicações como categoria em crise (ibid., 1999, p. 33).

No decorrer dos anos, a classe que vive do trabalho sofreu uma aguda crise, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo, afetando a sua forma de ser. Existe, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes precarizados ou mesmo à margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural (ANTUNES, 2002b).

O desemprego atinge todo o mundo em dimensões impressionantes, criando um enorme excesso de força de trabalho. A economia continua produzindo tanto quanto antes, ou mais, com muito menos mão-de-obra (IANNI, 1994).

Rifkin (1995) enfatiza que o desemprego global atinge o seu mais alto nível desde a grande depressão da década de 1930 e que mais de 800 milhões de seres humanos no mundo estão desempregados ou subempregados. O aumento das taxas de desemprego e a exclusão social figuram como os principais problemas a serem enfrentados pela sociedade.

Ainda que o diagnóstico das causas do desemprego signifique um polêmico debate entre os especialistas, para Cardoso (2002), parece não haver dúvidas de que o aumento das taxas de desemprego está relacionado, em boa medida, à forma pela qual os países desenvolvidos enfrentaram a Terceira Revolução Industrial: redução da regulamentação do Estado e extermínio das políticas públicas voltadas ao pleno emprego, adotadas no “período de ouro” do capitalismo, durante o período de 1945 a 1973.

Segundo Cattani (1996), existe o caráter anti-social das tecnologias, que provocam a exclusão de um número crescente de indivíduos do mercado de trabalho. Estas novas tecnologias e novas formas de gestão mudam em profundidade os quadros de trabalho, as identidades e as relações profissionais, ampliando, assim, as desigualdades.

de um lado, definem-se grupos minoritários, com garantias contratuais, estabilidade, planos de carreira, bons salários. De outro, massas

crescentes de subempregados, de profissões desqualificadas, desprestigiadas e mal remuneradas (CATTANI, 1996, p. 30).

Na configuração atual do capitalismo, segundo o autor, podem-se destacar: a globalização da economia, a descentralização e a interdependência crescente das empresas, o estímulo ao consumo individualizado, o sucateamento das qualificações e a precarização dos contratos de trabalhos. Além do desemprego, cresce o subemprego, isto é, o trabalho com remuneração menor que o salário mínimo vigente em cada país (CATTANI, 1996).

A atual sociedade é dominada pelo trabalho e nela, quem não consegue vender sua força de trabalho é considerado supérfluo e “é jogado no aterro sanitário social” (GRUPO KRISIS, 2003, p. 16). O trabalho revela claramente seu poder totalitário, determinando o pensar e o agir, onde um ser humano sem trabalho não é um ser humano.

Os que caíram fora do mercado de trabalho precisam aceitar qualquer trabalho sujo ou de escravo e qualquer programa de ocupação, mesmo o mais absurdo, para demonstrar a sua disposição incondicional para com o trabalho. Se aquilo que eles devem fazer tem ou não algum sentido, ou é o maior absurdo, de modo algum interessa.

Para Viegas (2002), são várias as questões que contribuem para o desemprego, como a implantação de novas tecnologias conjugada com a redução do número de postos de trabalho, como fruto da necessidade do aumento da produtividade através da redução de custos.

Ianni (1994) enfatiza que são vários os aspectos da questão social que convergem no fenômeno do desemprego, o que pode acentuar a gravidade da questão social e das tensões que a constituem, onde aparecem problemas relativos aos preconceitos de raça, idade e sexo, tanto quanto os referentes à religião e língua, cultura e civilização.

O autor destaca ainda que no que se refere aos grupos sociais, as pessoas que estão menos sujeitas ao desemprego são homens entre 25 e 54 anos, com boa educação ou boa

formação profissional, deixando vulnerável ao desemprego grande número de pessoas: mulheres, jovens e minorias. Muitos deles são trabalhadores não-qualificados ou semi-qualificados (IANNI, 1994).

Antunes (1998) expõe que é reduzido o operariado industrial e fabril, aumentando o trabalho precário e assalariado, sob forma de terceirização tanto no setor industrial quanto na prestação de serviços a fim de reduzir custos, explorando cooperativas de trabalho, sem vínculo formal, que incorpora o trabalho feminino e exclui os mais velhos.

Ao enfrentar uma economia altamente competitiva e volátil, segundo Rifkin (1995), muitas empresas reduzem seu núcleo de trabalhadores fixos e contratam temporários, a fim de terem agilidade de aumentar e diminuir o número de trabalhadores rapidamente, em resposta às variações sazonais do mercado. O autor destaca que os novos empregos criados na economia americana, geralmente, são empregos temporários e estão em faixas de remuneração inferiores, onde trabalhadores temporários de meio período ganham em média entre 20 e 40% a menos do que os trabalhadores fixos que exercem o mesmo trabalho (RIFKIN, 1995).

Blass (2000) aponta que ao mesmo tempo que o volume de emprego nos setores industriais diminui, expandem-se as atividades relativas aos serviços. Ao lado disso, ainda para a mesma autora, é observado um aumento nas taxas de desemprego, denominado estrutural ou involuntário, e a emergência de formas precarizadas de emprego, como o trabalho por tempo determinado ou emprego temporário que, por seu lado, tem alocado mais a força de trabalho das mulheres (ibid., 2000).

Em termos de mercado de trabalho, para Gelinski e Ramos (2003), o processo de globalização tem se traduzido em flexibilização das relações de trabalho, precarização e o surgimento de novas relações de trabalho. Para as autoras,

na tentativa de reduzir custos as empresas adotam formas alternativas (ao modelo fordista) de contratação: trabalho em meio expediente, trabalho à domicílio ou terceirização. Junto com essas novas formas de contratação, em que a categoria emprego perde a sua centralidade, surgem formas precárias de trabalho com aumento da informalidade, redução de salários e aumento de horas de trabalho (GELINSKI e RAMOS, 2003, p. 1).

Para Rifkin (1995), os trabalhadores temporários e terceirizados constituem a maior parte da força de trabalho contingencial, ou seja, são milhões de pessoas cujo trabalho pode ser usado e descartado sem aviso prévio e a uma fração do custo de manter uma força de trabalho permanente. Para o autor, “muitos trabalhadores já não conseguem encontrar empregos de período integral e estabilidade a longo prazo” (ibid., 1995, p. 209).

Entre os anos de 1982 e 1990, o emprego de temporários cresceu dez vezes mais do que o emprego global. “Trabalhadores temporários, por contratos e em meio período agora constituem 25% da força de trabalho nos Estados Unidos” (RIFKIN, 1995, p. 210).

Segundo Antunes (2002b), a classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, tanto homens como mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não possuidores dos meios de produção, não tendo alternativa de sobrevivência senão vender sua força de trabalho sob a forma de assalariamento.

Devido às transformações ocorridas na atualidade, Souza (2000) enfatiza o surgimento de novas formas de trabalho, nas quais a produção em série e o cronômetro são trocados pela flexibilização da produção, visando o aumento da produtividade. Devido a essa flexibilização, emergem formas diversas de trabalho parcial, terceirizado, subcontratado, precário e informal (ibid., 2000).

As idéias de Antunes (2002b) e Souza (2000) são corroboradas por Ianni (1994), o qual enfatiza que o mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação, onde, diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da

grande quantidade de mão-de-obra excedente (que inclui desempregados e subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis.

Para Kaufmann (2002), o crescimento da automação, graças às tecnologias da informática, o *downsizing* das empresas, as mega fusões a custos bilionários, conduziram a um desemprego em massa e a reconfigurações importantes da estrutura do emprego, resultando aproximadamente no seguinte quadro: 25% da força de trabalho assalariada constitui o núcleo estável de trabalhadores privilegiados que ocupam postos altamente qualificados, dos quais as empresas precisam absolutamente, mesmo em período de reconfiguração. Estes trabalhadores possuem a segurança do emprego com vias de promoção, empregos fortemente protegidos por sindicatos que praticam o neo-corporativismo para obter sucesso na negociação de salários consideravelmente apreciáveis.

Outros 25% da força de trabalho assalariada são trabalhadores periféricos, subcontratados, na maior parte do tempo sem sindicatos, sendo facilmente substituíveis, dispondo de um salário claramente inferior àquele do primeiro grupo e com condições de trabalho e qualidade de vida deterioradas, sem grandes chances de fazer valer suas reivindicações, por falta de uma organização que lhes possa conferir poder suficiente. Os demais 50% da população ativa salariada é constituída de periféricos e temporários (sobretudo mulheres, temporárias), com um trabalho precário e pago sob a condição de depreciação e rebaixamento (KAUFMANN, 2002).

Segundo Antunes (1998), mutações como a “subproletarização do trabalho” se faz presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, vinculados à economia informal. Há também uma heterogeneização do trabalho, na qual as mulheres passam a ocupar cargos nas fábricas, mas tornando-se operárias, sem qualificação e aumentando a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações

de tempo parcial, em trabalhos domésticos subordinados ao capital. Para o autor, as metamorfoses do mundo do trabalho afetam a forma de ser da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada.

Diante disso, conforme Blass (2000, p. 148),

o movimento das mulheres por sua vez, ao atribuir o caráter de trabalho às atividades domésticas ou ao analisar o trabalho assalariado feminino, articulando o trabalho assalariado e o doméstico, subverte o próprio conceito de trabalho que contempla apenas as práticas de trabalho produtivo, assalariado, criador de valor e valores de troca.

O conceito de trabalho, frente às metamorfoses ocorridas, deve ser redefinido, principalmente, conforme enfatiza Blass (2000), diante da diversidade e da pluraridade de práticas emergentes de trabalho nas sociedades contemporâneas, nas quais “envolvem mulheres, idosos, menores, desenrolam-se no âmbito da chamada economia informal e do mundo do não trabalho” (ibid., 2000, p. 150).

Segundo Mattoso (1994), identifica-se uma redução de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e uma maior subcontratação de trabalhadores temporários, em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, trabalho a domicílio ou independente, aprendizes, estagiários. Para o autor,

estas novas, atípicas ou contingenciais formas de trabalho são muito diferenciadas entre si. Além disso, sua ampliação, se resultante de um compromisso social em torno de uma redivisão do trabalho disponível na sociedade ou tendo sua inserção permanente garantida pela legislação social, teria outra conotação do que ocorre atualmente, em que parte dos trabalhadores sujeitos a estas formas de trabalho o fazem involuntariamente, sem garantias (seguridade social, aposentadoria, etc.) e mal pagos (ibid., 1994, p. 16).

Além disso, para Kaufmann (2002), as turbulências do mundo do trabalho criam um clima de insegurança quanto à manutenção do próprio estatuto e permanência no

emprego. Há uma explosão dos empregos de estatuto precário, o desenvolvimento dos subempregos e a desestabilização dos empregos estáveis, a insegurança, a angústia, a aflição, a degradação da saúde que a acompanha, a desilusão e o sentimento de impotência, bem como a exclusão social resultante.

A partir 1990 torna-se impossível ignorar o extraordinário efeito de desestruturação que se abateu sobre o mundo do trabalho. Segundo Mattoso (1996), a contínua redução do emprego industrial e o crescimento recentemente menor dos serviços, paralelamente ao crescimento de novas, atípicas, contingenciais ou precárias formas de emprego, remunerações e relações de trabalho, têm ampliado o desemprego e as inseguranças do trabalho.

Conforme Cardoso (2002), foi na década de 1990 que aumentou de forma assustadora o emprego informal no subcontinente (América Latina): entre 1990 e 1995, 84% das novas ocupações criadas no período são ligadas às atividades informais.

Segundo Kaufmann (2002), o terceiro setor se torna o refúgio dos excluídos dos sistemas tradicionais de produção, o refúgio das vítimas da terceira Revolução Industrial, o refúgio para aqueles que perderam seu valor e tornaram-se inúteis no sistema de mercado, um setor onde se oferece um trabalho atípico, assumido em grande parte por mulheres.

Diante das turbulências, a classe trabalhadora se vê frente a um novo desafio: um mundo sem empregos, onde uma das alternativas encontradas é entrar na informalidade.

2.3 GÊNERO

*“Um dia
 Vivi a ilusão de que ser homem bastaria
 Que o mundo masculino tudo me daria
 Que eu pudesse ter
 Que nada!
 Minha porção mulher que até então se resguardara
 É a porção melhor que trago em mim agora
 E que me faz viver”*
 Gilberto Gil, Super-Homem

Este tópico visa discutir os principais conceitos a respeito de gênero, fazendo um resgate a respeito do trabalho da mulher ao longo da história. Por fim, traz a literatura para tópicos atuais, como o trabalho da mulher sob a ótica da reestruturação produtiva e sua ida para o trabalho no setor informal da economia.

2.3.1 Conceituando gênero

As análises de gênero aparecem no feminismo dos anos 1980, de acordo com Gebara (2000), como um meio de avaliar a diferença entre os sexos e de denunciar o uso de certos poderes a partir da afirmação da diferença. O gênero é considerado um importante instrumento que mostra a inadequação das diferentes teorias explicativas da desigualdade entre homens e mulheres por meio da natureza biológica. Concretamente, trata-se de mostrar que poderes atuam na divisão social do trabalho e na organização dos diferentes aspectos da vida em sociedade, ligados à relação entre homens e mulheres.

De acordo com estudos provenientes do Núcleo Temático de Gênero da CUT (caderno não datado: Gênero: de onde vens, para onde vais?), o conceito de gênero surgiu após vários anos de luta feminista e de formação de inúmeras tentativas de explicações teóricas sobre a opressão das mulheres. Este conceito foi trabalhado inicialmente pela

Antropologia e Psicanálise, situando a construção das relações de gênero na definição das identidades feminina e masculina, como base para a existência de papéis sociais distintos e hierárquicos.

Segundo Gebara (2000) na teoria feminista falou-se de *sexismo* como atitude de discriminação em relação ao sexo feminino; de *falocracia* ou de *androcracia* para afirmar a “centralidade” do poder masculino; de *patriarcalismo* para indicar a existência de um sistema que utiliza a dominação dos homens sobre as mulheres em vista de perpetuar-se. Para a autora, o conceito de gênero aparece como um dos últimos conceitos hermenêuticos introduzidos pelo feminismo ocidental. A categoria de análise “gênero” mostra as relações entre feminino e masculino como construções sociais capazes de produzir um certo tipo de opressão e de exclusão das mulheres de uma cidadania integral (ibid., 2000).

O conceito de gênero, de acordo com Holzmann (2002) trouxe uma importante contribuição à abordagem dos estudos sobre a divisão sexual do trabalho, sendo entendida como um processo histórico de construção hierárquica e interdependente de relações sociais de sexo. “Estas implicam antagonismo ou conflito ligados à dominação e à opressão e atravessam o conjunto da sociedade, se articulando com as demais relações sociais” (ibid., 2002, p. 83).

De acordo com Vianna (1998), na sociedade em que se vive, podem ser encontradas, nas mais variadas áreas do conhecimento, explicações sobre as diferenças entre homens e mulheres fundamentadas, quase exclusivamente, em características físicas e naturais. Na grande maioria das vezes, essas diferenças são hierarquizadas e polarizadas, na qual as mulheres simbolizam o corpo, a reprodução da espécie humana, ou seja, a natureza; e os homens representam o intelectual e o social.

Ainda conforme a mesma autora, procurando superar o determinismo biológico como fator explicativo, muitos autores utilizam o conceito de gênero para resgatar a

produção cultural e histórica das diferenças sexuais, mas mantendo o sexo, isto é, as distinções biológicas como uma referência explicativa (ibid., 1998).

Embora se pensasse superada a fase histórica de “a biologia é o destino”, surgiu na década de 1980 e continua grassando atualmente um retorno assustador a posições essencialistas, as quais vinculam a mulher à natureza e o homem à cultura (SAFFITOTI, 1994). O acervo de teorias, acumulado em três decênios de pesquisas feministas, permite, segundo a autora,

a defesa da postura que advoga a construção social de gênero, a fim de se combater a escalada do pensamento conservador, altamente deletério ao avanço das lutas políticas pela igualdade social, desenvolvidas por categorias sociais discriminadas (ibid., 1994, p. 271).

Para Gebara (2000), a categoria gênero inclui-se especialmente em duas dimensões interligadas. A primeira afirma que a realidade biológica do ser humano não é suficiente para explicar o comportamento diferenciado do masculino e do feminino em sociedade. Por esse motivo, segundo a autora, o conceito gênero é introduzido para afirmar algo mais amplo que o sexo, onde, “o gênero é um produto social aprendido, representado, institucionalizado e transmitido de geração em geração. Num sentido preciso, tornar-se homem ou mulher depende de certas construções culturais e sociais” (ibid., 2000, p. 38). As diferenças entre homens e mulheres são entendidas como fruto de uma convivência social mediada pela cultura.

Já o segundo aspecto, para a autora, está ligado à noção de poder. Constatando que o poder é distribuído de modo desigual entre os sexos: as mulheres ocupam em geral posições subalternas na organização mais ampla da vida social. Estes dois aspectos, segundo a autora, revelam que a noção de gênero inclui os homens e as mulheres em suas relações domésticas e sociais mais amplas (GEBARA, 2000).

Segundo Carola (2002), o conceito gênero se refere às características que se atribuem ao feminino e ao masculino que são definições histórica e socialmente construídas nas e pelas sociedades, nas quais as diferenças no modo de ser, pensar e fazer entre mulheres (emoção) e homens (razão) não são naturais e sim culturais, ou seja, a mulher não nasce mulher, ela se torna mulher, assim como o homem não nasce homem, mas se torna homem.

Cada sociedade define o que é ser homem e o que é ser mulher, ou seja, é a sociedade que define as qualidades do masculino e do feminino. Por isso, o que predomina no conceito de gênero são os aspectos culturais e não os biológicos. Neste sentido, conforme Carola (2002, p. 13),

a idéia de que o espaço fora de casa é “naturalmente” o do homem, e o espaço doméstico é “naturalmente” o da mulher é uma construção sócio-cultural determinada a partir das diferenças biológicas entre os sexos masculino e feminino.

Segundo Rosaldo (1979), o que talvez seja mais notável e surpreendente é o fato de que as atividades masculinas, opostas às femininas, sejam sempre reconhecidas como predominantemente importantes e os sistemas culturais dêem poder e valor aos papéis e atividades dos homens. Há uma identificação das mulheres com a vida doméstica e dos homens com a pública.

Para o Núcleo Temático de Gênero da CUT (caderno não datado: Gênero: de onde vens, para onde vais?), o conceito de gênero coloca claramente o ser mulher e o ser homem como uma construção social, a partir do que é estabelecido como masculino e feminino e os papéis sociais destinados a cada um. O que o uso de gênero traz de novo é uma maneira de discutir velhos problemas ao sair do campo biológico sobre o que determina a diferença entre os sexos e colocá-lo no terreno simbólico independente das bases “naturais” das diferenças entre os sexos.

Com maior ou menor ênfase em suas interpretações, os usos do conceito de gênero têm em comum a afirmativa da construção social das distinções sexuais. Para Vianna (1998), estes conceitos procuram elaborar explicações que resgatem o caráter social, histórico e culturalmente produzido, de conceitos como biologia e natureza, das hierarquias baseadas no corpo e defendem que as relações de gênero se transformam ao longo da história e nas diferentes culturas e sociedades.

Segundo Vianna (1998), pode-se afirmar que as expressões da masculinidade e da feminilidade são historicamente construídas. Como diz Scott *apud* Vianna (1998, p. 325), “o gênero refere-se aos símbolos culturalmente disponíveis em uma dada organização social, às normas expressas em suas doutrinas e instituições e à subjetividade constituída nesse contexto”.

Como sistema de símbolos, sentidos e privilégios atribuídos às diferenças percebidas entre os sexos, de acordo com Fonseca (2000), o gênero encontra-se estruturado/estruturante nas fábricas como na sociedade em geral, revelando-se em um conjunto de crenças e valores que cumpre uma função política de impor e legitimar a dominação. “É entendido, portanto, como componente fortemente marcado/marcante pelo/do poder simbólico, que, para além de estruturar as próprias identidades subjetivas de homens e mulheres, revela-se como classificador e divisor do próprio mundo social” (ibid., 2000, p. 21).

Corroborando os autores, de acordo com o Núcleo Temático de Gênero da CUT (caderno não datado: Gênero: de onde vens, para onde vais?), o termo gênero também se refere a uma forma de indicar construções culturais ao designar a esfera da cultura como a origem dos papéis adequados para homens e mulheres. Sendo assim, gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, tornando-se uma palavra muito útil, pois

oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens.

Gebara (2000) parte da afirmação segundo a qual o gênero não é simplesmente o fato biológico de ser homem ou mulher. Segundo a autora, gênero significa uma construção social, um modo de ser no mundo, um modo de ser educado (ou educada) e um modo de ser percebido (ou percebida), na qual condiciona o ser e o agir de cada um.

Falar a partir do gênero quer dizer, segundo a mesma autora, entre outras coisas, falar a partir de um modo particular de ser no mundo, fundando, de um lado, no caráter biológico de nosso ser, e, de outro, num caráter que vai além do biológico, justamente porque é um fato de cultura, de história, de sociedade, de ideologia (ibid., 2000).

Neste sentido,

dizer gênero quer dizer masculino-feminino na sua relação de produção social e cultural, na criação e na aprendizagem dos comportamentos e na reprodução desses mesmos comportamentos. Dizer homem e mulher já é introduzir um modo “de ser no mundo” próprio a cada sexo, um modo de ser que é fruto de uma teia complexa de relações culturais (GEBARA, 2000, p. 111).

Para Vianna (1998), as mulheres passam a ser na maioria das vezes, associadas às atividades como alimentação, maternidade, cuidado e educação, enquanto os homens são costumeiramente vistos como provedores e relacionados ao uso do poder.

Assim para a autora,

criam-se então, vários estereótipos de homens e mulheres: agressivos, militaristas, racionais para os primeiros, e dóceis, relacionais e afetivas para as segundas; e como decorrência, das atividades masculinas e femininas: funções como alimentação, maternidade, preservação, educação e cuidado com os outros são mais relacionadas aos corpos e às mentes femininas (ibid., 1998, p. 326).

O gênero aqui é referência a uma categoria de análise histórica que vem sendo utilizada com o objetivo de dar significado às relações de poder. Isso porque, segundo Silva (2003), o estudo das relações de gênero parte do pressuposto de que as relações sociais entre homens e mulheres são produtos de construções culturais.

Gebara (2000) diz que a mediação do gênero revela que, além de existirem semelhanças na percepção dos homens e das mulheres de uma mesma cultura, também existem diferenças particularmente ligadas aos papéis, às expectativas, à organização e à divisão do trabalho, à educação dos sentimentos própria de cada grupo social e de cada cultura.

Além disso, o uso de gênero como categoria de análise histórica amplia significativamente o conceito dos papéis sociais ao incorporar as relações de poder e dimensionar tanto a idéia de assimetria quanto a de hierarquia nas relações entre homens e mulheres (SILVA, 2003).

Influenciando a definição do trabalho a ser executado por homens e mulheres, bem como os modos pelos quais seu desempenho é controlado e reconhecido, de acordo com Fonseca (2000), o gênero mostra-se importante no estabelecimento de políticas de emprego – remuneração, qualificação e carreira – adotadas pelas gerências.

opera ativamente no mundo do trabalho como um dos componentes estruturadores da assimetria das relações nele implicadas, reservando para agentes sexuais específicos lugares também específicos na produção, influenciando a divisão intelectual e manual do trabalho, seu controle hierárquico, bem como os processos de qualificação/desqualificação/requalificação dos/as trabalhadores (FONSECA, 2000, p. 21).

As profissões consideradas femininas, segundo o Núcleo Temático de Gênero da CUT (caderno não datado: Gênero: de onde vens, para onde vais?), passam por um processo de desvalorização e de redução dos seus salários; o acesso à educação não garante

a superação das barreiras sociais que excluem as mulheres das melhores oportunidades; a responsabilidade com o trabalho doméstico induz as mulheres a aceitarem mais que os homens empregos de tempo parcial ou precários.

Para este trabalho, entende-se relações de gênero como algo socialmente construído, passado de geração para geração.

2.3.2 O trabalho da mulher

Ao longo dos séculos questionamentos a respeito das mulheres sobre o que são e quais são as suas funções se fazem presentes. A maioria das afirmativas se direcionava ao fato de que as mulheres eram destinadas pelo seu lugar e pelos seus deveres⁸, contatando-se, assim, a desigualdade existente nas relações de classe e gênero.

Chamando a atenção ao trabalho feminino, segundo Nogueira (2004), pode-se verificar, já nos séculos precedentes à Era Cristã, a presença da divisão social do trabalho. Tanto a mulher livre quanto a mulher escrava tinham seu espaço de trabalho pertencente à esfera doméstica, pois eram responsáveis pela manutenção da subsistência, cujos campos incluíam alimentação e a higiene de homens e crianças.

Na idade média, o trabalho desenvolvido pelas mulheres era caracterizado por haver uma divisão por categorias. Segundo a mesma autora, as solteiras eram responsáveis por lavar e tecer, as mães se ocupavam dos cuidados relativos às crianças pequenas e as mulheres de meia idade se entretinham com as tarefas relacionadas com os adolescentes e com a cozinha, dentre outras atividades reprodutivas.

Na idade moderna, entre os séculos XVI e XVIII, o trabalho feminino se expande para fora do lar. As mulheres casadas e principalmente as mulheres solteiras trabalhavam

⁸ As mulheres e os escravos não eram considerados cidadãos, somente o homem livre tinha esse status.

vendendo produtos nos mercados e ganhavam dinheiro como vendedoras ambulantes ou com um pequeno comércio; empregavam-se também em atividades temporárias como amas e lavadeiras. No setor produtivo, laboravam no ramo da seda, das rendas das roupas, dos tecidos e das chitas, das ferragens, da olaria (SCOTT, 1991).

O tipo de trabalho feminino mais freqüentemente representado era a costura. Segundo Higonet (1991), coser estava mais intimamente identificado com o gênero do que com classe, tal como proporcionava um modo de representar o trabalho das mulheres que evitava questões controversas sobre diferenças sociais ou econômicas sobre o trabalho industrial, desviando a atenção para um modelo consensual de feminilidade.

O século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. O lugar das mulheres definia-se como a maternidade e a casa. A autora enfatiza que a participação feminina no trabalho assalariado é temporária, cadenciada pelas necessidades da família, a qual comanda, remunerada com um salário de trocados, confinada às tarefas ditas não-qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas. “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos”, diz um texto operário de 1867, segundo Perrot (1988, p. 186).

Souza (2000) enfatiza ainda que o trabalho da mulher está, geralmente, ligado a certos “saberes femininos”, tais como: destreza manual, atenção nos detalhes e paciência para realizar trabalhos repetitivos.

A lista dos trabalhos de mulheres é codificada e limitada. Segundo Perrot (1988, p. 187),

a iconografia, a pintura reproduzem à saciedade essa imagem reconfortante da mulher sentada, à sua janela sob a lâmpada, eterna Penélope, costurando interminavelmente. Rendeira ou remendeira, são arquétipos femininos.

Em relação ao trabalho da mulher na Idade Moderna, segundo Nogueira (2004), ocorre a migração campo-cidade, processo que se acentua a partir da consolidação da burguesia e do início da Revolução Industrial, o que vem a resultar no surgimento do proletariado feminino.

Nas suas primeiras etapas, o capitalismo industrial utilizou no Brasil, um contingente maciço de mão-de-obra feminina. De acordo com Pena (1981), as mulheres e as crianças forneceram os primeiros braços fabris. Ao movimento de sua incorporação, contudo, sucedeu o de sua expulsão e aos poucos os braços femininos foram substituídos por espanhóis, italianos e mesmo migrantes das áreas rurais. A breve passagem das mulheres pelas fábricas deixaria para os homens a herança de um padrão salarial miserável.

Scott (1991) afirma que a categoria do “trabalho feminino” efetivou-se tanto nos Estados Unidos como na Europa do século XIX. Segundo a autora, os empregadores definiam empregos a partir das características “inerentes” a cada sexo, diferenciando “naturalmente” o salário para ambos. Assim, por exemplo, as tarefas que requeriam dedos delicados e ágeis, paciência e perseverança, eram consideradas femininas, enquanto força muscular, velocidade e habilidade significavam masculinidade.

A mulher trabalhadora ganhou no século XIX uma proeminência extraordinária. É evidente que a mulher trabalhava muito antes do advento do capitalismo industrial. Ela ganhava seu sustento como fiandeira, costureira, fabricante de botões ou de rendas, criada de lavoura ou criada doméstica nas cidades e no campo (SCOTT, 1991).

Durante muitos séculos, de acordo com Aquini (1993), a mulher se manteve na interioridade da casa, procriando e cuidando da prole. Com isso, garantia a manutenção da espécie, mas não se exteriorizava, não se afirmava no espaço público. Ela rompe essa barreira quando vai para o mundo do trabalho, para a fábrica, já no limiar do século XX. Se, por um lado, passa a vender sua força de trabalho, por outro, começa a contribuir

financeiramente com o grupo familiar e acessa a um mundo no qual, até então, o homem tinha lugar. Com o novo contingente de mulheres no mercado de trabalho, muitos homens são dispensados das suas atividades, se transformando em exército de reserva, uma vez que a força de trabalho feminina é muito mais barata que a masculina.

Sabe-se que a mulher camponesa e a das classes menos favorecidas sempre trabalhou muito. Numa economia onde a família é a unidade produtiva, segundo Moser (1985), a mulher e as crianças participavam ativamente. “No entanto, seu trabalho era considerado subsidiário e não produtivo, e sua fraqueza social a conservava bem inferior ao homem em se tratando da tomada de decisões e do exercício da própria liberdade” (ibid., 1985, p. 34).

A exploração da força de trabalho⁹ é fundamental no mecanismo de acumulação capitalista. Para Moser (1985), o sistema capitalista aproveita ou rejeita, em certos momentos históricos, a força de trabalho de homens, mulheres ou crianças, não por ser constante na sociedade a divisão do trabalho por sexo e idade, mas sim porque o aproveitamento destas variáveis lhe possibilita o aumento da mais-valia, seja pelo pagamento de salários mais baixos, seja pela possibilidade, devido às características desta força de trabalho, de submetê-la a formas de exploração maiores.

De acordo com o modelo patriarcal de estrutura familiar, o homem - chefe da casa - tinha autoridade quase absoluta, restando à esposa um papel mais restrito e tradicional. As mulheres, depois de casadas, passavam da tutela do pai para a do marido, cuidando dos filhos e da casa no desempenho da função doméstica que lhes estava reservada (SAMARA, 1989).

⁹ Por força de trabalho entende-se a capacidade de trabalho de uma população.

No imaginário social, de acordo com Fonseca (2000), são firmadas crenças sociais que prescrevem: às mulheres, os trabalhos de menor visibilidade social, de maior suportabilidade aos ritmos repetitivos e velozes e de maior precisão motora.

suas mãos são instrumentos domados para a paciência, seu corpo tornou-se domesticado pelas exigências do “outro/masculino”, sua mente é fraca, enquanto é forte e grandioso seu coração. Paciência, persistência e obediência, aliadas à um coração capaz de suportar ser emudecido – essas são algumas das possíveis idéias que fundamentam a dominação e a exploração das trabalhadoras (FONSECA, 2000, p. 47).

Há a indubitável alocação de papéis sociais, onde normalmente são atribuídas determinadas capacidades e habilidades para homens e mulheres, onde existe uma tendência a se “naturalizar” e “universalizar” instituições e papéis, de modo a torná-los relativamente fixos, e, com isso, inibir sua contestação e, dessa forma, garantir a perpetuação do sistema (STOLCKE *apud* CAVALCANTI et al., 1998).

Existe uma visão “naturalizada” no que diz respeito à posição ocupada por homens e mulheres, o que, segundo Fonseca (2000, p. 22), legitima a dominação masculina.

A mulher remunerada, a nova trabalhadora produtiva, teve sua condição social historicamente determinada por um passado de constante submissão no âmbito familiar. Moser enfatiza que,

a partir do momento em que ao seu papel familiar se soma um trabalho realizado na rede das relações capitalistas de produção, onde o controle sobre o trabalho é ponto fundamental, a estrutura de dominação anterior e sua condição de trabalhadora doméstica, torna a mulher força de trabalho, mão-de-obra altamente explorável e sem direito a maiores reivindicações (MOSER, 1985, p. 35).

Nas primeiras décadas do século XX, grande parte do proletariado brasileiro era constituído de mulheres e crianças. No entanto, essas mulheres foram expulsas das fábricas na medida em que avançava a industrialização e a incorporação da força de trabalho

masculina. Assim, enquanto em 1872 as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas, em 1950, passaram a representar apenas 23% (RAGO, 1997).

A história típica do trabalho da mulher, que sublinha a importância causal da mudança do lar para o local de trabalho, baseia-se, ainda conforme Scott (1991), num modelo esquemático da transferência da produção do lar para a fábrica, da indústria doméstica para a manufatura, de atividades artesanais em pequena escala para empresas capitalistas em grande escala.

Hierarquicamente subordinadas ao domínio masculino, segundo Fonseca (2000), as mulheres trabalhadoras são constantemente vigiadas e raramente legitimadas, parecendo pertencer a uma espécie de seres que, mesmo se fazendo concretamente presente e se mostrando capazes de superar o preconceito desfavorável que lhes é atribuído, são colocadas como que no interior das sombras, que ofusca a possibilidade de sua plena visibilidade. Para a autora, as mulheres podem ser consideradas como operárias ideais segundo determinados atributos valorizados e elogiados pelos gerentes pesquisados, como: levam o trabalho a sério, são mais responsáveis que os homens, se desdobram e se dedicam com mais afinco e persistência, são mais dóceis, não enfrentam tanto quanto os homens, podem ser “travadas” com mais facilidade (ibid., 2000).

A maior inserção da mulher no mercado de trabalho, segundo Meneleu Neto (1996), ocorre nos anos 1980. A mulher, ao longo das décadas, busca igualdade social, mas esta continua efêmera. Geralmente, o trabalho feminino pertence às atividades que se relacionam ao mundo privado, e as mulheres continuam sendo prestadoras de serviços.

Para Scott (1991, p. 453),

ainda que as opiniões variassem sobre o que era ou não trabalho apropriado para as mulheres, e apesar de elas terem sido levadas à prática de modo diferente em diferentes épocas e contextos, o sexo era normalmente tido em conta em matéria de emprego. O trabalho para que eram contratadas mulheres era definido como ‘trabalho de mulher’,

adequado de algum modo às suas capacidades físicas e aos seus níveis inatos de produtividade.

Este discurso produziu uma divisão sexual no mercado de trabalho, concentrando as mulheres em empregos ditos ‘femininos’, colocando-as sempre na base de qualquer hierarquia ocupacional.

Ao corroborar Scott (1991), Souza (2000) destaca que no Brasil e no mundo, no período dos últimos 30 anos, as mulheres continuam submetidas à segregação setorial e ocupacional, onde as chances do contingente trabalhador feminino de trabalhar continuam restritas a determinados setores econômicos. Atividades mecanizadas, dotadas de um maior incremento tecnológico são eminentemente masculinas (CAVALCANTI et al., 1998).

Assim, de acordo com Moser (1985, p. 35),

o trabalho produtivo da mulher assume características de complementaridade, e a população feminina transforma-se no principal reservatório de força de trabalho, que passou a ser fundamental no mecanismo de acumulação de capital, já que a taxa de emprego não pode ser separada da correlata taxa de desemprego.

Segundo Bruschini (1985), o ingresso das mulheres no mercado de trabalho pode ser parcialmente explicado pela queda no nível de renda de grande parte da população brasileira. Sobretudo nas camadas mais pobres da população, mas também nas camadas médias inferiores, onde se fizeram sentir violentamente os efeitos desse processo, a participação das mulheres em atividades remuneradas, visando a complementação do orçamento doméstico, tornou-se cada vez mais necessária. Para a autora,

o crescimento do contingente de trabalhadores, sobretudo os do sexo feminino, tenderia a ser explicado muito mais em função do empobrecimento da população do que em razão da ampliação de oportunidades de trabalho (BRUSCHINI, 1985, p. 16).

Como parte de sua condição de sexo subordinado, segundo Pena e Lima (1983), cujo salário deveria apenas complementar o do marido, a mulher recebeu sempre salário menor do que o masculino.

Conforme Cardoso (2002), as mudanças no mundo do trabalho provocadas pela Terceira Revolução Industrial não reafirmaram as desigualdades existentes no mercado de trabalho, como, em regra, agravaram-nas, fato evidente na análise do trabalho da mulher e da divisão sexual do trabalho.

Meneleu Neto (1996) enfatiza que a participação da mulher no mercado de trabalho é crescente, mas está longe de ser igualitária, mesmo sendo assegurada a igualdade entre homens e mulheres na Constituição Brasileira. Para o autor,

nos postos de trabalho são discriminadas de várias formas, não ascendem na carreira da mesma maneira que os homens. Além disso, as mulheres ainda são responsáveis pelas tarefas domésticas e a educação dos filhos, pouco importa se trabalham fora ou não. Se trabalham, têm dupla jornada (ibid., 1996, p. 101).

Segundo Bruschini (1985), as oportunidades de emprego para as mulheres trabalhadoras sempre se concentram no terciário e, dentro dele, no ramo de serviços; onde se encontram alguns dos empregos de mais baixo prestígio e remuneração, como é o caso do emprego doméstico remunerado. Uma coisa é certa, ainda de acordo com a autora, apesar dos deslocamentos, as mulheres que ingressam na força de trabalho continuam a fazê-lo em “guetos” tipicamente femininos. Em 1980, 70% das trabalhadoras ainda se concentravam em pequeno número de trabalhos femininos: empregadas domésticas, lavradoras e operárias para as menos instruídas, secretárias e balconistas para as que possuem nível médio de instrução, professoras para as que alcançaram escolaridade mais elevada, ou mesmo média (ibid., 1985).

As atividades produtivas ligadas à prestação de serviços e à assistência médica e educacional são redutos tipicamente femininos, graças à sua associação com o papel reprodutivo que a mulher desempenha na família e na sociedade, sempre dedicada aos cuidados com as crianças, velhos e demais membros da unidade doméstica. E a costura continua sendo a principal ocupação industrial feminina, estando concentrada nessa atividade feminina boa parte das operárias do vestuário. Também nas indústrias têxteis não são menos “femininas” as tarefas realizadas pelas operárias: elas trabalham basicamente como tecelãs e fiandeiras (BRUSCHINI, 1985). Em setores como o mecânico, o químico e o petroquímico é rara a presença das mulheres nas fábricas.

Cardoso (2002) expõe que, a população contratada através de carteira de trabalho na indústria têxtil catarinense é predominantemente feminina, e em 1999, compunha-se de 62,5% de mulheres e 37,5% de homens, percentuais muito próximos aos do início da década de 1990. E que as mulheres ocupam praticamente todos os postos nos setores de costura, fiação e embalagem, que são mais intensivos em força de trabalho. Já os homens, trabalham na tecelagem e no transporte de produtos e insumos.

De acordo com Holzmann (2002), pode-se constatar uma relativa recorrência no contexto dos países industrializados, desenvolvidos ou em desenvolvimento, do padrão de distribuição de homens e de mulheres nas atividades sociais de produção de bens e serviços, onde se encontra a mão-de-obra masculina em todos os seus ramos e setores, enquanto que as mulheres estão concentradas somente em alguns deles, como: na indústria, nos ramos de têxteis, vestuário, calçados, alimentação e, mais recentemente, no eletrônico; nos serviços, nas atividades sociais de ensino, auxiliares de saúde, comércio, pessoal de escritório e serviços pessoais.

Assim, conforme a autora,

no interior das categorias ocupacionais e/ou das empresas, mesmo que elas empreguem, predominantemente, mão-de-obra feminina, os cargos de chefia e de supervisão são ocupados, preferencialmente, por homens, submetendo as mulheres à autoridade masculina, estando elas concentradas nas posições inferiores na hierarquia técnica e funcional, desempenhando tarefas consideradas menos qualificadas, mais repetitivas e mais monótonas, pelas quais recebem salários mais baixos. São escassas as oportunidades de promoções e de acesso a cargos de chefia (HOLZMANN, 2002, p. 83).

A recessão econômica dos primeiros anos da década de 80, segundo Bruschini (1985), provoca o aumento nas taxas de desemprego e alteração na distribuição da população economicamente ativa, deslocando-a do setor industrial para ocupações no setor informal e se refletindo no aumento de autônomos e no subemprego, escondido sob a forma de “bicos” e “quebra-galhos”.

2.3.3 A reestruturação produtiva e o trabalho da mulher

Os anos de 1970, paralelamente ao processo de reestruturação produtiva, foram também, sem dúvida alguma, um marco para o desenvolvimento feminista. Segundo Nogueira (2004), desenvolveu-se um novo processo de conscientização da luta pela emancipação da mulher, sendo questionados, entre outros pontos, alguns elementos do modo de produção capitalista, para os quais o marxismo já contribuiu e continua contribuindo criticamente.

Com o advento de novas tecnologias, visando a eliminação de trabalhos pesados e sujos, conforme Abreu (1994), haveria uma igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, porém, desmentida ao longo das décadas, diante da “reconstrução continuada das diferenças que mantinham o fosso entre o trabalho qualificado dos homens e o trabalho desqualificado das mulheres” (ibid., 1994, p. 55).

Segundo Hirata (1993), os novos ‘paradigmas organizacionais’ significariam o fim da divisão taylorista do trabalho, fundamentada no *one best way*, na prescrição de tarefas e num determinado tipo de relacionamento autoritário na empresa, onde ao trabalhador é requerido conhecimento e domínio do processo global de produção, não havendo separação entre planejar e executar. Para Kern e Schumann *apud* Abreu (1994, p. 53), esta nova lógica de utilização da força de trabalho teria uma divisão de trabalho menos pronunciada, revertendo a tendência da crescente separação entre concepção e execução.

No entanto, Abreu (1994, p. 52) diz que este ‘novo paradigma’ tem “explícita ou implicitamente, o trabalhador homem qualificado como referencial universal. Para a mão-de-obra feminina, os pressupostos da especialização flexível são raramente aplicados”. Para Hirata (1993), mudanças e inovações tecnológicas não têm as mesmas conseqüências para homens e mulheres.

As transformações no mundo do trabalho atingem de forma diferenciada as mulheres e os homens, considerando a raça, a idade e a classe, e recolocam em novos patamares a divisão sexual do trabalho (ROY, 1999).

A reestruturação produtiva trouxe efeitos negativos sobre o emprego, sendo que a mão-de-obra feminina sofreu maior impacto do que a mão-de-obra masculina nos vários setores industriais (RABELO, 1997).

Recentes estudos revelam, conforme Fonseca (2000), que os avanços tecnológicos introduzidos nos processos de trabalho e as conseqüentes reestruturações industriais deles derivadas, não oportunizam melhorias às mulheres, visto que, ordinariamente, elas são excluídas de tais novas reorganizações, mantendo-se em trabalhos de pequena criatividade e escassa autonomia, sustentados pelos princípios do modelo taylorista/fordista¹⁰. Nesse particular, para a autora, pensar que os avanços tecnológicos no processo de trabalho

¹⁰Evidências empíricas segundo pesquisas desenvolvidas pelo NINEIT, nos setores metalmeccânico, eletrônico e de mecânica de precisão, confirmam esta constatação (Souza, 2000; Guimarães, 1995).

viriam oportunizar uma maior igualdade no trabalho industrial torna-se um equívoco que desconhece que, em suas metamorfoses, o capital ainda se sustenta vinculado ao patriarcado e que, assim, reserva aos homens tanto os privilégios do processo técnico como a apuração do espírito para acompanhá-lo (ibid., 2000).

A constatação é que a tendência do trabalho feminino é a de uma bipolarização de funções, ou seja, “um pólo formado por profissionais altamente qualificadas e bem remuneradas, e outro formado por trabalhadoras não-qualificadas, em empregos mal remunerados e sem valorização social” (CARDOSO, 2002, p. 68).

Conforme Kergoat *apud* Abreu (1994) um trabalho não qualificado na indústria significa a realização de tarefas repetitivas, fragmentadas e sob controle hierárquico restrito. E ainda, “enquanto as classificações superiores se masculinizam, as categorias de operários não qualificados se feminizam ainda mais” (ibid., 1994, p. 57)

Autoras como Abramo e Abreu (1998) enfatizam que existem vários indícios de taylorização do trabalho feminino, isto é, do seu confinamento aos postos onde o trabalho continua sendo simples, repetitivo e destituído de conteúdo. “Este é um outro lado dos processos de exclusão das mulheres das formas mais qualificadas e enriquecidas de trabalho surgidas a partir da incorporação de inovações tecnológicas” (ibid., 1998, p. 13).

O lugar ocupado pelo trabalho feminino no processo de reestruturação produtiva, marcado pela exclusão, pode ser pensado, de acordo com Rizek e Leite (1998), a partir de três dimensões que se complementam, ao mesmo tempo que elucidam os conteúdos das segregações de gênero, tais como:

- ✓ manutenção do confinamento das mulheres em postos de trabalho cujo conteúdo guarda estreita semelhança com o trabalho doméstico;

- ✓ a identificação do uso das sensibilidades corporais com o trabalho feminino desqualificado, simples e neutralizado;
- ✓ a produção de um consentimento fabril associado à construção de imagens marcadas pela equalização das exigências domésticas e fabris que configuram um feminino dócil e confinado à esfera privada da vida doméstica.

Sendo uma maneira primordial de significar relações de poder, de acordo com Fonseca (2000), a presença do gênero na fábrica não se dá de forma casual ou inocente, pois o mesmo se mostra como operador ativo na definição das regras do jogo de dominação/exploração dos/as trabalhadores/as.

a reprodução, no interior da fábrica, das estruturas objetivas que impregnam a sociedade em geral – capitalista e patriarcal – não se produz, logo, de forma pouco estruturada. A fábrica, desde a linguagem do trabalho que lhe é peculiar recicla e repõe os conteúdos de ordem imaginária e simbólica presentes no âmbito macroestrutural da sociedade capitalista e patriarcal. Transforma-se, dessa feita, em mais um dos equipamentos sociais organizados que orchestra o coro da dominação masculina e da subordinação das mulheres aos homens (ibid., 2000, p. 114).

O novo modelo de flexibilização para as mulheres, de acordo com Abreu (1994), passa pela utilização intensiva de formas de emprego atípicas, como contratos de trabalho de curta duração ou empregos em tempo parcial. Além disso, há uma justaposição do taylorismo às novas tecnologias flexíveis, onde as tarefas são ainda mais desqualificadas, não existindo um acesso ao saber novo.

Segundo Abreu (1994, p. 57), “se é verdade que o trabalho realizado em linha de produção diminui para a categoria operária como um todo, ele continua a aumentar para as operárias mulheres”. Souza (2000) enfatiza que a desigualdade salarial entre homens e

mulheres se verifica mesmo quando as mulheres apresentam a mesma escolaridade. Além disso, para os homens a qualificação cresce com a idade, já as qualidades requeridas para as mulheres de destreza e rapidez, fazem com que a idade seja acompanhada de desqualificação.

Conforme Rabelo (1997), se a organização for observada na perspectiva das relações de gênero, o que se vê é uma realidade marcada pela heterogeneidade, hierarquização e desigualdades, frutos não só das relações capitalistas de produção, mas dos papéis construídos socialmente para o gênero masculino e feminino.

Se, do ponto de vista do mercado de trabalho, a reestruturação tem flexibilizado o emprego, no que se refere ao processo de trabalho, o objetivo das empresas é a organização flexível da produção, a qual produz apenas o necessário. Conforme Hirata (2002a), a flexibilidade é sexuada. A autora, baseada em dados internacionais, observa que a flexibilidade interna (polivalência, rotação e integração de tarefas, e trabalho em equipe) é exercida por homens e a flexibilidade externa (empregos precarizados, de tempo parcial, horários flexíveis e tempo de trabalho anualizado) é garantida por mão-de-obra feminina. Assim, a flexibilidade do processo e da organização do trabalho acaba ocorrendo para aumentar a desigualdade sexual no mercado de trabalho.

A ampla predominância numérica da mulher na indústria têxtil catarinense, segundo Cardoso (2002), não se traduz em cargos de chefia no interior das empresas. As mulheres ocupam, regra geral, as funções hierarquicamente menos importantes, chegando ao máximo à condição de encarregada. Os chefes normalmente são homens, mesmo em setores onde praticamente todo o quadro é feminino. Isso ficou claro para o autor, não só nos depoimentos coletados dos dirigentes sindicais, quanto dos próprios gerentes das empresas.

As mulheres ocupam as funções mais precárias da indústria têxtil, especialmente na parte da confecção, em grande parte mão-de-obra terceirizada, através do sistema de facção, feito nas próprias casas das costureiras, sem carteira assinada e com jornada muito superior às oito horas legais. “De forma geral, os níveis de remuneração das mulheres são bem inferiores aos dos homens, apesar de serem detentoras de graus de escolaridade muitas vezes mais elevados” (CARDOSO, 2002, p. 125).

No século XX, em especial nas democracias fordistas do pós-guerra, as mulheres foram cada vez mais integradas no sistema de trabalho sendo submetidas, assim, à carga dupla. Dentro da esfera do trabalho elas ficaram até hoje, na sua grande maioria, em posições mal pagas e subalternas (GRUPO KRISIS, 2003).

O emprego em tempo parcial cresce em todo o mundo e a maioria dos postos de trabalho em tempo parcial são ocupados por mulheres, seja pela impossibilidade de estas exercerem emprego de tempo integral em função da dupla jornada de trabalho, seja pela discriminação pura e simples.

2.3.4 A mulher e o setor informal

A forma como se desenvolve a globalização da economia imprime um alto ritmo de competitividade e, portanto, exige a implementação de programas de redução de custos – programas esses possibilitados pelo desenvolvimento da microeletrônica, automação e novos modelos de gestão empresarial – traz como conseqüência, obviamente que na lógica do capital, o aumento considerável do desemprego e do subemprego. Assim, como a possibilidade de alguns retornarem ao mercado formal de trabalho após demissão é remota, para outros a oportunidade de obter vínculo empregatício dificilmente será experimentada, dado o aumento crescente do desemprego estrutural (UMBELINO, 2000).

O setor informal urbano tradicional (composto por trabalhadores por conta própria não-profissionais, familiares não remunerados e serviços domésticos), conforme Posthuma (1998), vem apresentando alto dinamismo, absorvendo 45% dos empregos urbanos criados nos anos 1980. Para a autora, contrastando com a situação das mulheres nos países OCDE, onde a precarização do trabalho feminino ocorre dentro do trabalho formal, aproximadamente cerca da metade das trabalhadoras brasileiras conseguem sobreviver no setor informal, no qual sua contribuição econômica não aparece. Essas mulheres se submetem a trabalhar nessas condições tanto em função da discriminação e segregação que enfrentam, quanto pela necessidade de equilibrar atividades remuneradas com responsabilidades domésticas (ibid., 1998).

O desemprego é o motivo principal da inserção dos trabalhadores na economia informal. No caso das mulheres o fator principal é a complementação da renda familiar. Junta-se a estes fatores, o desejo de realizar um trabalho independente. Muitos, inclusive, já possuíam um emprego e entraram na economia informal por terem sido demitidos. Com relação à renda, o trabalho informal, especialmente para os trabalhadores com baixo nível de instrução, oferece rendimentos melhores que o trabalho com carteira assinada.

A economia informal está ligada à economia formal (capitalista) por inúmeros laços de dependência. Seja fornecendo-lhe mercadorias ou serviços, comercializando produtos fabricados em indústrias capitalistas e/ou absorvendo trabalhadores repelidos de empresas industriais e comerciais (PROJETO RECOMEÇAR CUT, 2001).

Para Souza (2003), além da organização da produção, o setor informal define-se em função das características de grande parcela das pessoas que o integram: mulher, migrante, negro, idoso, adolescente, com baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional, ou seja, pessoas que se encontram em condições desfavoráveis na disputa por vagas no

mercado de trabalho formal e que acabam se refugiando na informalidade, em condições precárias.

Segundo Simão (2000, p. 80), “a dinâmica do setor informal atenua as conseqüências da exclusão do mercado de trabalho formal, amenizando a pobreza, mas não eliminando-a”. Para a autora,

o setor informal desenvolve-se em função de uma forte concentração da força de trabalho nos centros urbanos e, hoje, também pela exclusão do trabalhador assalariado, em decorrência de novas formas de produzir e acumular. Daí o surgimento de formas alternativas de geração de renda frente à questão do desemprego e dos baixos salários (ibid., 2000, p. 79).

O desemprego atinge severamente a homens e a mulheres, com o agravante de as mulheres terem ainda de enfrentar maiores dificuldades de encontrar trabalho, menores salários, informalidade, extensas jornadas de trabalho, instabilidade e uma forte discriminação relacionada à gestação e criação dos filhos. Tentando se livrar da exclusão social, as mulheres buscam trabalho no setor informal, para que possam garantir a sobrevivência de sua família. Conforme Simão (2000), o agrupamento familiar, na realidade dos trabalhadores informais, serve como alternativa de manutenção da sobrevivência de todos.

A cidadania das mulheres, segundo Câmara e Cappellin (1998), é confrontada com as barreiras construídas pelo modelo de poder familiar masculino, o qual não se restringe apenas à esfera familiar, mas foi historicamente absorvido pelas diferentes relações sociais. Para as autoras, “a exclusão das mulheres têm raízes culturais profundas, ainda não destruídas” (ibid., 1998, p. 344).

O crescente desemprego e a insuficiência das políticas de geração de emprego têm levado um grande número de trabalhadores a buscar formas alternativas de trabalho e

renda, seja na economia informal ou em cooperativas de diferentes tipos (MAGALHÃES e TODESCHINI, 2003). Conforme Avelar *apud* Ichikawa e Santos (2000), nas maiores cidades da África e da América Latina, as mulheres ocupam de 25% a 40% do mercado de trabalho informal.

Lisboa (2003) enfatiza a diferença entre a economia solidária e o setor informal. Para o autor, os pobres sobrevivem por meio de atividades próprias e criaram o conceito de "economia informal". Alguns falam em "economia invisível", mas é um imenso mundo hiper-visível nas ruas de todas as cidades. Os setores populares vivem basicamente dos mercados locais e à margem dos grandes mercados, em que pese os vínculos de subordinação com os circuitos mais globalizados.

O desemprego estrutural, a economia informal e a precarização do trabalho devem continuar gerando uma grande massa de trabalhadores que necessitam de políticas alternativas e que podem encontrar melhores opções de trabalho em empreendimentos solidários. Tratar dos empreendimentos comunitários de economia solidária implica em situá-los em um determinado contexto: o da informalidade urbana capitalista. Segundo Souza (2003), do ponto de vista econômico, a maioria dos empreendimentos comunitários se enquadra no chamado setor informal.

2.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA: o novo que renasce do velho?

*“O novo brota de dentro do velho,
Das sementes aí presentes
e das oportunidades abertas pelas contradições que latejam no seu interior.
É preciso, pois, que paremos de esperar o momento de os trabalhadores tomarem o
poder do Estado para, só então, começarmos a construir uma economia popular e
uma sociedade solidária”.*
Marcos Arruda

Nesta parte do estudo, resgata-se na literatura as origens da economia solidária desde seus precursores, os socialistas utópicos. Faz-se também um apanhado de conceitos do que é realmente a economia solidária e como ocorre o seu ressurgimento no Brasil.

2.4.1 Origens e interpretações da economia solidária

A partir da segunda metade dos anos de 1970 o desemprego em massa começou a tomar conta do país. Nas décadas seguintes, grande parte da população industrial mundial se transferiu para países em que as conquistas do movimento operário nunca se realizaram, provocando a desindustrialização dos países centrais e mesmo de países semi-desenvolvidos, como o Brasil, eliminando milhões de postos de trabalho formal. Ter um emprego em que seja possível gozar os direitos legais e fazer carreira passou a ser privilégio de uma minoria. A situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a flexibilização de seus direitos e a redução de salários. A instabilidade no emprego se agravou. Como resultado, segundo Singer (2002b), ressurgiu com força cada vez maior a economia solidária na maioria dos países, entre eles o Brasil.

A economia atual não é solidária nem se manifesta nela o papel central do trabalho. Ao contrário, ao analisá-la, depara-se com o predomínio e a centralidade do capital e do

Estado. De acordo com Razeto (1998), o trabalho se encontra em situação subordinada e periférica; ele se vê diante de uma organização social na qual predominam os interesses privados individuais e os interesses das burocracias do Estado, dentro de um esquema de relações baseadas na força e na luta, relegando para um plano totalmente secundário tanto os sujeitos quanto as relações de cooperação e de solidariedade.

É nesse contexto, que em busca de um novo mundo, de uma vida melhor e mais digna que ressurge a economia solidária, e que, apesar do capitalismo predominar por séculos, a indignação e a resistência efetiva aos seus valores e práticas ainda se manifestam, como demonstra Santos e Rodríguez (2002), com a consolidação de numerosos movimentos e organizações de todo o mundo que lutam por uma globalização “contra-hegemônica”.

Múltiplas alternativas têm sido formuladas e praticadas por todo o mundo, representando formas alternativas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente. As práticas e teorias que desafiam o capitalismo, na falta de um termo melhor, são qualificadas como alternativas. Neste sentido, fala-se de um “desenvolvimento alternativo”, de “economias alternativas” (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002).

Os princípios básicos do modelo de produção capitalista são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A economia solidária é outro modo de produção, e seus princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade (SINGER, 2002b).

Segundo Singer (2002a), a economia solidária nasceu um pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção, onde a exploração da mão-de-obra era uma constante.

De acordo com a Agência de Desenvolvimento Solidário¹¹ (2002), os mercados solidários constituíram-se a partir de uma evolução histórica do próprio conceito de mercado. Surgiram, basicamente, como uma reação às formas com que as relações comerciais foram se estabelecendo, ao longo do tempo, em função das profundas desigualdades observadas nas transações entre os países mais e os menos desenvolvidos. “O movimento solidário assume como pressuposto fundamental o rompimento com as relações de dominação comercial que não só geram como aprofundam essas desigualdades” (ibid., 2002, p. 17).

A economia solidária não é uma panacéia. De acordo com Singer (2000), ela é um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do capitalismo: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não eliminação – destes mecanismos pela estruturação de relações solidárias entre produtores e entre consumidores. O projeto cooperativo já é antigo, ele foi originalmente concebido como alternativa socialista ao capitalismo industrial. Para o autor, a economia solidária desperta entusiasmo ao resgatar a dignidade humana, o respeito próprio e a cidadania de homens e mulheres (SINGER, 2002b).

Foram inúmeras as tentativas de colocá-la em prática. No século XIX, através dos chamados socialistas utópicos, como Owen, Saint-Simon e Fourier, surgiram novas formas

¹¹ A Agência de Desenvolvimento Solidário foi criada em dezembro de 1999 a partir de um intenso debate no sindicalismo cutista sobre as novas configurações do mercado de trabalho e da organização produtiva no Brasil e a necessidade de constituir novos referenciais de geração de trabalho e renda e de alternativas de desenvolvimento, tendo como princípios fundamentais a economia solidária e o desenvolvimento sustentável.

de idealizar um mundo diferente, resistente à forma capitalista vigente. Os socialistas utópicos exprimem a inquietude e a riqueza do pensamento humano. As idéias revolucionárias de Saint-Simon, Owen e Fourier formularam os princípios do pensamento socialista e motivaram muitas atitudes práticas no Velho e no Novo Mundo (GÜTTLER, 1994).

Na primeira metade do século XIX, o surgimento do socialismo marcou décadas agitadas com manifestações contrárias à ordem liberal burguesa que se impunha na Europa. Ainda para o mesmo autor, todo esse movimento marcou também o movimento operário europeu, no qual seus líderes, os socialistas utópicos, formaram um grande número de discípulos e adeptos que angariaram fundos para a causa transformadora (ibid., 1994).

Apesar da era das utopias socialistas ser muito breve, conforme Güttler (1994), ela ocupou um importante patamar na extensa história das utopias. Para o autor,

formas de expressão utópicas já vinham ocorrendo há séculos e milênios, no entanto, diferentemente dos utopistas anteriores, os socialistas utópicos acreditaram fervorosamente ter encontrado a resposta supostamente solucionadora, prática e universal às dificuldades da realidade em que viviam (ibid., 1994, p. 18).

Os socialistas utópicos foram precursores na resistência ao capitalismo, identificando os anseios da própria população que almejava algum tipo de mudança. Segundo Teixeira (2002),

todos os três [Owen, Saint-Simon e Fourier] foram reformadores sociais que conceberam fantásticos sistemas de organização da sociedade, sem a menor atenção aos aspectos políticos e aos interesses materiais envolvidos. Jamais se apresentaram como representantes da classe operária, ou de qualquer outra classe; sua pretensão era defender os interesses da humanidade como um todo, impondo o império da razão e da justiça eterna (TEIXEIRA, 2002, p. 28).

Para Güttler (1994), a imaginação de uma sociedade nova, perfeita, ideal ou simplesmente com características diferentes da que existe, sempre foi uma preocupação daqueles que desejavam se livrar dos males que os afligiam. A partir daí, “muitos indivíduos idealizaram novas ordens sociais onde não haveria miséria, infelicidade, egoísmo, brutalidade, enfim, toda gama de injustiças e desequilíbrios” (ibid., 1994, p. 21).

Como forma de empresa solidária, desenvolveram-se as cooperativas, que, conforme Santos e Rodríguez (2002),

não apontam apenas para a remuneração igualitária dos trabalhadores-donos das empresas cooperativas, mas também para a criação de formas de sociabilidade solidárias baseadas no trabalho colaborativo e na participação democrática na tomada de decisões sobre as empresas (ibid., 2002, p. 29).

Caracterizadas por serem anti-capitalistas, as cooperativas autogeridas baseiam-se na inexistência de lucro (principal característica de empresas capitalistas), existência de igualdade (não havendo hierarquia) e solidariedade.

Não só no século XIX, como comenta Singer (2002b), mas também na atualidade, as cooperativas são tentativas por parte dos trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica e sua estruturação obedece aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo.

As cooperativas¹² surgem como meio de combater a alienação no trabalho, pois, a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, característicos do modo de produção capitalista, base de toda alienação (ibid., 2002).

A doutrina cooperativista, tal como formulada por Sandroni (2002, p. 132), é bastante relevante e sintetiza a história do cooperativismo:

¹² Segundo estudos realizados pelo NINEIT, as verdadeiras cooperativas são aquelas que são fiéis aos seus princípios e valores, contidos no ideário cooperativista. Cooperativas de trabalho, proliferam sob a fachada de cooperativa, uma modalidade cínica de extração de sobretrabalho.

doutrina que tem por objetivo a solução de problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação. Tais comunidades seriam formadas por indivíduos livres, que se encarregariam da gestão da produção e participariam igualmente dos bens produzidos em comum. Sua realização prática prevê a criação de cooperativas de produção, consumo e crédito. O cooperativismo pretende representar uma alternativa entre o capitalismo e o socialismo, mas sua origem encontra-se nas propostas dos chamados socialistas utópicos.

Para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa. Para Singer (2000), uma maneira de criar o novo setor de reinserção produtiva é fundar uma cooperativa de produção e de consumo, à qual se associarão a massa dos sem-trabalho e dos que sobrevivem precariamente do trabalho incerto.

Essa forma de luta contra o desemprego tem a prática da solidariedade em lugar da competição¹³. Os trabalhadores-gestores se dispõem a fazer sacrifícios, eventualmente abrindo mão de salários mais elevados, para que todos possam continuar trabalhando. Na empresa capitalista, os empregados competem por promoções, prêmios de produção, lugares de chefia. Nas cooperativas ocorre o contrário. A confiança mútua e a ajuda mútua são vitais para recuperar a competitividade, não há possibilidade de alguns se beneficiarem em detrimento de outros (SINGER, 2000).

A construção da economia solidária aproveita as mudanças nas relações de produção provocadas pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de

¹³ O iniciador do movimento cooperativista foi o inglês Robert Owen, que patrocinou a criação da primeira cooperativa na Europa, a sociedade Pioneiros Equitativos de Rochdale, em 1844, integrado por tecelões. Na França, o movimento cooperativista representou uma negação do capitalismo e foi incentivado por Charles Fourier, Saint-Simon e Louis Blanc, os quais procuraram organizar cooperativas de produção, principalmente com artesões arruinados pela Revolução Industrial. Mais tarde, em lugar do conteúdo socialista, o cooperativismo adquiriu características mais atenuadas de reforma social, nas formulações de Beatrice Potter Webb, Luigi Luzzatti e Charles Gide. No Brasil, o cooperativismo iniciou-se no final do século XIX, principalmente no meio rural. (Ver SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 11. ed. São Paulo: Best Seller, 2002).

organização da produção, com base em uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista (ibid., 2000).

Conforme Heerdt (2001), pode-se constatar a existência de inúmeras experiências populares de produção econômica e de geração de renda, florescentes no Brasil e que estão recebendo o nome de economia solidária ou economia popular. Estas experiências estão fundadas na cooperação solidária e integradas à economia de mercado. Conforme o autor,

acredita-se que nelas reside uma das alternativas consistentes para os setores de baixa renda e as classes trabalhadoras, diante dos processos de empobrecimento e de desocupação estrutural que os atingem, particularmente o desemprego (ibid., 2001, p. 146).

A economia solidária, de acordo com Singer (2003), surge como um modo de produção e de distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho.

a economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). Sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si (ibid., 2003, p. 13).

De acordo com Souza (2003), a economia solidária engloba os empreendimentos informais que não possuem apenas “um dono do negócio” e também não têm caráter familiar, ou seja, são empreendimentos que, mesmo pequenos, possuem diversos proprietários, se não dos meios ou instrumentos de produção, ao menos da renda/fruto do trabalho, que é coletiva e democraticamente distribuída (ibid., 2003).

O princípio mais importante orientador das regras desse movimento é o da colaboração solidária. Colaborar tem origem no latim *collaborare*, que significa trabalhar

juntos. A palavra solidariedade também se origina do latim *solidu*, significando forte, mas assumindo o sentido de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, a partir de uma postura ética e moral. A colaboração solidária, portanto, refere-se a vínculos recíprocos entre pessoas as quais visam o trabalho e o consumo compartilhados, com um sentido de co-responsabilidade, onde o bem-estar coletivo prevalece sobre o bem-estar individual (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO, 2002).

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, consumir ou poupar. Para Singer (2002b), a chave dessa proposta está na associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. “Ninguém manda em ninguém”. E não há competição entre os sócios, todos ganham igualmente.

De acordo com Lisboa *apud* Heerdt (2001, p. 147),

o campo da economia solidária ou economia popular surge como um outro circuito econômico, diferenciado do mercantil e do estatal, não obstante ser inicialmente marginal, pode deixar de ser um adendo a mais, desenvolvendo-se, então, como pólo integrador, com sua própria lógica, mas aberto, com interesses coletivos que podem diferenciar-se dos interesses dos grupos de empresas concentradores de riqueza e poder.

Segundo Arruda (1998), o desafio chave da etapa atual da história da humanidade é democratizar os ganhos da produtividade e os benefícios da economia do tempo de trabalho, de modo que cada um e todos os cidadãos das sociedades nacionais e global, tornem-se capazes de:

- ✓ ter o suficiente para garantir sustentavelmente um nível digno de sobrevivência própria e da sua família;

- ✓ orientar as energias para o trabalho de desenvolver as dimensões superiores dos indivíduos, comunidades, nações, humanidade. Esta é a essência de uma nova política do trabalho, e do projeto de uma economia e uma cultura política e social da solidariedade e da co-responsabilidade.

O conceito de economia popular solidária, de acordo com Carbonari (1999), introduz uma novidade na compreensão da economia e outra na compreensão da política. Para o autor, falar de economia popular solidária é ressignificar a própria economia no sentido de recuperar sua dimensão ética. No entanto, não é só. É entender o lugar da economia no processo de transformação social como exercício político, um novo lugar.

A denominação “economia popular” pode apenas estar se referindo à chamada economia de sobrevivência, marginal à economia de mercado. O autor prefere entender popular no sentido substantivo de uma economia centrada na busca de condições de satisfação das necessidades – sempre novas – dos seres humanos, na perspectiva do bem viver de todos e para todos. A serviço, portanto, do homem – invertendo a lógica fetichista da economia capitalista (CARBONARI, 1999).

Já o termo ‘solidária’ dá o caráter prático e recupera a igualdade como condição do exercício da liberdade, no sentido de que a realização da solidariedade implica a criação de condições históricas de igualdade no exercício da liberdade. Para Carbonari (1999),

a plenitude da liberdade, neste sentido, não se dá pela livre iniciativa individual, mas na liberdade de iniciativa solidária, como exercício público de objetivos, que deve levar em conta interesses individuais, não privatistas, passíveis de ser tornados coletivos. É o exercício de redução da esfera privada e privatista pela construção de espaços públicos capazes de subsumi-la na perspectiva coletiva (ibid.,1999, p. 1).

As organizações de economia solidária podem ser um espaço de inclusão e de resistência para uma parcela da população excluída do mercado de trabalho. Segundo Ronconi (2003, p. 15), as organizações de economia solidária podem ser,

um espaço onde a dimensão humana não aparece de forma banalizada; onde o homem pode, através de um processo emancipatório, reconhecer a possibilidade de construir a história e intervir em seu contexto. Trata-se não apenas de uma alternativa econômica diante da crise do trabalho, mas de uma alternativa social, no que se refere às múltiplas dimensões da vida (valores, cultura, sociabilidade, comunicação, entre outras).

A economia solidária é um projeto que, em inúmeros países há dois séculos, trabalhadores ensaiam na prática e pensadores socialistas estudam, sistematizando e propagando. Os resultados históricos desse projeto em construção podem ser sintetizados do seguinte modo, de acordo com Singer (2003):

- ✓ homens e mulheres vitimados pelo capital se organizam como produtores associados, visando não só ganhar a vida mas reintegrarem-se à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas;
- ✓ pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedades deles;
- ✓ assalariados associam-se para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida;
- ✓ pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários;

- ✓ os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação, dentre outras.

Para o autor, essas iniciativas são todas de pessoas não-capitalistas, ou seja, de pessoas excluídas da posse dos meios socializados de produção e distribuição, pertencentes a duas classes distintas mas não antagônicas: ou elas são possuidoras de meios individuais de produção e distribuição e, para ganhar a vida, dependem da venda de seus produtos ou possuem unicamente sua capacidade de trabalhar e dependem de sua venda para ganhar a vida (SINGER, 2003).

Quando surge uma empresa solidária, a sua estruturação segue uma lógica completamente diferente da lógica capitalista. Na sua origem há, em geral, uma comunidade formada por ex-empregados de uma mesma empresa capitalista ou por companheiros de jornadas sindicais, estudantis, comunitárias, etc. Uma empresa solidária surge não só para permitir ganhos aos sócios, surge como criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Ela é uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica, exigindo de seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho. Por isso, seu nascimento requer em geral o patrocínio de apoiadores externos, que podem ser outras empresas solidárias, incubadoras, sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais (ibid., 2003).

A economia solidária não ressurgue com o propósito de se tornar uma ameaça ou mesmo de substituir o modo de produção capitalista. Ela contrapõe-se à lógica

mercantilista¹⁴, pois está orientada por valores como a solidariedade, a autonomia, a igualdade e a democracia.

As experiências de economia solidária variam na forma e no tamanho. Existem associações de pequenos produtores, sistemas de crédito solidário, cooperativas de consumo e de produção. A legislação determina que uma cooperativa de trabalhadores deve ter no mínimo vinte membros, entretanto, existem inúmeras pequenas unidades de produção, espalhadas pelo país, que se organizam de modo igualitário e democrático (SOUZA, 2003). O autor enfatiza que os empreendimentos comunitários são alternativa de renda para pessoas que geralmente se encontram marginalizadas do mercado formal de trabalho. Seus componentes, em geral, têm baixa escolaridade e precária ou nenhuma qualificação profissional. A participação de mulheres é maior que a de homens. Há 41 empreendimentos comunitários, conhecidos, em São Paulo, envolvendo 546 trabalhadores. São 300 mulheres (55%) e 246 homens (45%).

é marcante a presença de mulheres e jovens nesses empreendimentos comunitários. Em maior parte, eles tinham antes as ocupações de dona de casa e estudante. Parecem estar complementando a renda familiar, talvez devido ao desemprego ou subemprego do chefe da casa, no caso o homem (ibid., 2003, p. 254).

O objetivo da economia solidária, segundo Singer (2000), é resolver¹⁵ o problema do desemprego. É a criação de novas formas de organização da produção com lógica ‘includora’, ou seja, capacitada e interessada em acolher sem limites novos cooperados, e

¹⁴ Críticos radicais como Ribas e Machado (2003) enfatizam que as ações econômicas de pequena escala, por mais respeitáveis que possam ser do ponto de vista humanitário, destinam-se a operar exclusiva e irreversivelmente nos estreitos limites dados pelas “franjas” do processo produtivo hegemônico.

¹⁵ Uma das críticas aos teóricos considerados “utópicos” da Economia Solidária reside no fato de que a este tipo de economia resolveria o problema do desemprego.

que ofereça a esses uma chance real de trabalhar com autonomia e de ganhar um rendimento suficiente para ter um padrão de vida digno.

A economia solidária pretende derrubar conceitos socialmente construídos de relações de gênero, mostrando uma maior igualdade entre homens e mulheres.

Os empreendimentos de economia solidária no Brasil relatados por Souza (2003), agregam por volta de cem mil trabalhadores. Para o autor, esse conjunto é ínfimo no quadro ocupacional brasileiro, mas encontra-se em evidente expansão e é extremamente promissor, sobretudo no que se refere a mudanças de qualidade das condições e relações de trabalho. “Os empreendimentos solidários ainda têm pouco peso econômico, mas possuem grande significação cultural” (ibid., 2003, p. 7). Para o autor, existem várias iniciativas relativamente pequenas, comunitárias, de geração de trabalho e renda em muitas localidades do Brasil. São em grande parte informais e consideradas pré-cooperativas. Como exemplos, podem ser citados: projetos comunitários de confecção de roupas, artesanato, coleta seletiva e reciclagem de lixo, entre outras atividades (ibid., 2003).

Cumprir observar, no entanto, que o ressurgimento da economia solidária não se deve apenas aos próprios desempregados e marginalizados. De acordo com Singer (2002b), ela é obra também de inúmeras entidades ligadas, ao menos no Brasil, principalmente à Igreja Católica e a outras igrejas, a sindicatos e a universidades. Para o autor, “são entidades de apoio à economia solidária, que difundem entre trabalhadores sem trabalho e microprodutores sem clientes os princípios do cooperativismo e o conhecimento básico necessário à criação de empreendimentos solidários” (ibid., 2002b, p. 112).

Conforme Souza (2003), as organizações presentes na economia solidária apresentam-se em expansão e desenvolvimento. Estas iniciativas parecem ser transformadoras de mentalidades. Os relatos indicam que nos empreendimentos solidários ocorrem outros ganhos, diferentes do econômico em si, tais como auto-estima,

identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além de uma noção crescente de autonomia e de direitos dos cidadãos. De forma educadora essas iniciativas apontam sinais de uma sociedade baseada na democracia jurídica e econômica, numa palavra, *socialista*.

Para uma ampla faixa da população, segundo Singer (2002b), construir uma economia solidária depende primordialmente da própria população, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios de solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os caminhos que foram percorridos para o desenvolvimento da pesquisa. O método tem como objetivo demonstrar os procedimentos que serão utilizados ao conduzir da pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi (1991, p. 40), “o método é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando e auxiliando as decisões do cientista”.

Além de ser uma disciplina que estuda os métodos, a metodologia pode também ser considerada como a maneira que se conduz a pesquisa (THIOLENT, 1983). O autor caracteriza a metodologia como conhecimento geral e habilidade que se fazem necessários ao pesquisador a fim de que o mesmo possa se orientar no processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, técnicas e dados adequados.

Apresenta-se a seguir a caracterização da pesquisa, os sujeitos da pesquisa, as questões de pesquisa, as técnicas e instrumentos de coleta de dados, a análise e interpretação dos dados.

3.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa caracterizou-se por ser um estudo de um fenômeno por meio de procedimentos exploratórios e descritivos. Exploratório, pois segundo Vergara (1998, p. 45), “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa”. E, conforme Bruyne et. al. (1977), porque pretendeu descobrir

problemáticas novas, quer renovando perspectivas existentes, quer sugerindo novas hipóteses capazes de preparar o caminho para novos estudos.

É descritivo, pois, segundo Triviños (1987), pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. A pesquisa descritiva expõe características do fenômeno pesquisado. (VERGARA, 1998). Quando se fala que uma pesquisa é descritiva, o que se quer dizer é que ela se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, isoladamente, sem que sua associação ou interação com as demais sejam examinadas (CASTRO, 1978).

Quanto ao propósito desse estudo, classifica-se como uma pesquisa aplicada (ROESCH, 1999), pois objetiva contribuir para a formação de políticas, programas e ações de apoio à capacitação profissional e à construção da cidadania das mulheres maricultoras organizadas em Associações e cooperativas de produção e beneficiamento de mariscos.

A pesquisa foi realizada através do método denominado multicase (TRIVIÑOS, 1987) ou casos múltiplos (GODOY, 1995b). Esse tipo de estudo possibilita ao pesquisador estudar duas ou mais organizações sem necessidade de perseguir objetivos de natureza comparativa.

A abordagem deste estudo foi predominantemente qualitativa. No entanto, foram utilizados métodos de pesquisa tanto quantitativos como qualitativos. Segundo Freitas et. al. (2000, p. 105)

não há obrigação alguma de se eleger apenas um método; cada desenho de pesquisa ou investigação pode fazer uso de diferentes métodos de forma combinada, o que se denomina multimétodo, ou seja, aliando o qualitativo ao quantitativo.

Para Godoy (1995b), mesmo que os estudos de caso sejam, em essência, pesquisa de caráter qualitativo, eles podem comportar dados quantitativos para esclarecer algum aspecto da questão investigada.

A utilização do método qualitativo se fez importante, pois, segundo Minayo (2001), aponta para os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e na explicação da dinâmica das relações sociais. Ainda conforme a autora, a pesquisa qualitativa consegue trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo nas relações dos processos e nos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para Godoy (1995a), os estudos denominados qualitativos possuem como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem se valoriza o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada.

O presente estudo terá uma orientação crítica, ou seja, correspondendo a um interesse na mudança, na transformação da realidade existente (THIOLENT, 1983). A orientação crítica “leva os agentes à auto-reflexão; ao refletir eles vêm a perceber que sua forma de consciência é ideologicamente falsa e que a coerção que sofrem é auto-imposta” (GEUSS, 1988, p. 100).

A abordagem crítica promove nas pessoas uma postura de vigilância, de reflexão e de questionamento sobre o que se veicula no plano da prática organizacional (DAVEL e ALCADIPANI, 2003).

3.2 Participantes da pesquisa

A delimitação da população, segundo Lakatos e Marconi (1991, p. 223), “consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos, etc. serão pesquisados, enumerando características comuns”. Ainda de acordo com as mesmas autoras, a amostragem ocorre

quando a pesquisa não é censitária, ou seja, não abrange a totalidade dos componentes do universo. A amostra é conceituada, para as autoras, como sendo uma porção ou parcela, convenientemente selecionada da população.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, ocorreu um processo de amostragem não-probabilística que não fez uso de uma forma aleatória de seleção. Não houve a utilização de um procedimento estatístico para a seleção da amostra. A amostra qualitativa deu-se por conveniência (MATTAR, 2001), pois se valeu da acessibilidade da pesquisadora às maricultoras para responderem ao questionário. As participantes da pesquisa eram contatas no momento da pesquisa.

Como a Federação das Associações dos Maricultores de Santa Catarina (FAMASC) possui entidades filiadas nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça foi escolhida uma Associação por município.

No total foram entrevistadas 23 mulheres, 5 participantes de cada uma das seguintes Associações:

- ✓ AAGOCER – Associação de Aqüicultores de Governador Celso Ramos – possui 30 famílias associadas;
- ✓ AMARIS – Associação de Maricultores do Trabalho Familiar do Município de Palhoça – possui 30 famílias associadas;
- ✓ AMASI – Associação de Maricultores do Sul da Ilha – possui 164 homens e 10 mulheres associadas;
- ✓ AMAP – Associação de Maricultores da Penha – possui 107 homens e 8 mulheres associadas;

Na AMARIPE - Associação de Maricultores do Iperoba, no município de São Francisco do Sul foram entrevistadas três mulheres. Esta Associação possui 7 homens e 5 mulheres associadas.

3.3 Coleta de dados

As informações para a elaboração deste trabalho foram obtidas através de fontes primárias e secundárias. Os dados primários foram baseados em observação pessoal, diário de campo e aplicação de entrevista pessoal semi-estruturada.

A observação utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Para Lakatos e Marconi (1991, p. 222), “não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos e fenômenos que se deseja estudar”. De acordo com Chizzotti (1995), a observação livre e direta se faz importante visto que é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado. A observação é fundamental em toda e qualquer investigação qualitativa, pois leva o investigador para dentro do cenário da investigação, ajudando-o a descobrir a complexidade em ambientes sociais, mas requerendo anotações e registros sistemáticos de eventos, ações e interações (ROSSMAN e RALLIS, 1996).

Nesta pesquisa, a observação realizou-se através da participação da pesquisadora nos cursos de artesanato promovidos pela FAMASC nos cinco municípios e de várias visitas às mulheres maricultoras e seus cultivos.

O diário de campo é um instrumento ao qual se recorre em qualquer momento da rotina do trabalho que se está realizando. Nele podem ser colocadas as percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através de outras técnicas

(CRUZ NETO, 1994). O diário de campo foi utilizado para registrar o que não havia sido informado pelas entrevistadas e que se considerou como relevante para o estudo.

O roteiro de entrevista apresentou questões tanto fechadas quanto abertas. Segundo Vergara (1998), nas perguntas fechadas o respondente faz escolhas, ou pondera diante das alternativas a ele apresentadas. Já nas perguntas abertas, as respostas livres são dadas pelas sujeitos pesquisados. As entrevistas pessoais foram aplicadas individualmente.

Como instrumento de apoio às entrevistas foi utilizado o gravador. Os dados secundários foram obtidos através de pesquisa documental, que segundo Godoy (1995), é o exame de materiais de natureza diversificada, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares. Os documentos analisados foram cadernos especiais a respeito da maricultura, materiais de divulgação da FAMASC e *sites* da Prefeitura Municipal de Florianópolis e da EPAGRI.

3.4 Análise e interpretação dos dados

A interpretação dos resultados constitui, conforme Lakatos e Marconi (1991), a parte mais importante e também a mais complexa de um relatório de pesquisa. Os dados desta pesquisa receberam tratamentos quantitativos e qualitativos.

Os dados referentes à caracterização das mulheres envolvidas com a maricultura, por serem quantitativos, foram analisados por meio do processador de dados Excel. No que diz respeito aos dados qualitativos utilizou-se a análise de conteúdo.

O campo de aplicação da análise de conteúdo é muito diversificado devido a forma como as pessoas se comunicam, limitando-se à imaginação do pesquisador. Para Richardson (1989), toda comunicação que implica a transferência de significados de um

emissor a um receptor pode ser objeto de análise de conteúdo. O autor ainda conceitua este tipo de análise como sendo um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos, de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens.

O método de análise de conteúdo foi utilizado nas mensagens escritas, pois conforme Triviños (1987), são mais estáveis e constituem um material objetivo ao qual se pode voltar todas as vezes que for necessário.

A análise dos dados iniciou-se com a organização e pré-análise de todos os documentos, transcrição das entrevistas e leitura de todas as entrevistas. A seguir, o conteúdo de cada entrevista foi analisado em função das categorias de análise e seus respectivos indicadores. Nesse procedimento, eram assinalados e marcados os conteúdos das falas mais sugestivas para posterior destaque no texto. Os conteúdos registrados no diário de campo serviram para complementar a interpretação e análise, da mesma forma que os fatos da observação de campo. Esse procedimento de análise incluía um movimento de retorno à teoria (fundamentação teórica) para confirmação, constatação ou refutação de conteúdos.

3.5 Questões de pesquisa

As questões de pesquisa devem reunir algumas condições que permitam ao pesquisador não ter qualquer dúvida quanto ao que elas significam, ou seja, é necessário que possuam clareza e objetividade. Triviños (1987, p. 107), coloca que “as questões de pesquisa são profundamente orientadoras do trabalho do investigador”. Para o autor, as

questões de pesquisa partem das idéias colocadas na formulação do problema e dos objetivos da investigação.

A partir da formulação dos objetivos da pesquisa e da exposição teórica do tema, surgiram as seguintes perguntas norteadoras:

- Qual o grau de escolaridade (formal e cursos de formação) e a experiência profissional das mulheres participantes das Associações de maricultores?;
- Qual a renda mensal, individual e familiar, das mulheres associadas e como é a estrutura e a organização familiar dessas mulheres?;
- As mulheres envolvidas com a maricultura participam de algum movimento social, outras Associações ou possuem participação política?;
- Qual o tipo e a natureza do trabalho realizado pelas mulheres envolvidas com a maricultura nas Associações?;
- Como é a divisão e a organização do trabalho nas Associações de maricultores?;
- Como se apresentam as condições de trabalho das mulheres envolvidas com a maricultura, participantes da FAMASC, nos cinco municípios citados?.

3.6 Interpretação dos termos

De acordo com Lakatos e Marconi (1991), a ciência trabalha com conceitos, ou seja, termos simbólicos que sintetizam as coisas e os fenômenos perceptíveis na natureza, do mundo psíquico do homem ou na sociedade, de forma direta ou indiretamente. Ainda conforme as mesmas autoras, para que se esclareça o fato ou fenômeno que se está investigando e ter possibilidade de comunicá-lo, de forma não ambígua, faz-se necessário a definição do mesmo de forma precisa.

Para efeito desse estudo, foram consideradas as seguintes conceituações:

✓ **Economia solidária**

Deve ser compreendida como um projeto de organização sócio-econômica baseada em princípios opostos ao do capitalismo: em lugar da concorrência, a cooperação, relações solidárias e igualitárias; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não eliminação – destes mecanismos pela estruturação de relações solidárias entre produtores e entre consumidores. A economia solidária desperta entusiasmo ao resgatar a dignidade humana, o respeito próprio e a cidadania de homens e mulheres (SINGER, 2000).

✓ **Reestruturação produtiva**

De acordo com uma orientação crítica, a reestruturação produtiva é interpretada como um processo sócio-histórico estrutural que condiz a significativos desdobramentos no mundo do trabalho, ocasionando transformações na gestão e organização das empresas, dando forma a nova relação entre capital e trabalho (SOUZA, 2000). Como consequência desse processo, os trabalhadores vivenciam a precarização do trabalho, o desemprego, a redução do poder aquisitivo em função dos baixos salários.

✓ **Divisão sexual do trabalho**

Entendida como a separação da distribuição das atividades de produção e reprodução social, de acordo com o sexo dos indivíduos, sendo denominadas tarefas apropriadas para um ou outro sexo (SILVA, 1997).

✓ **Trabalho feminino**

Entendido nesse estudo como o trabalho decorrente da inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, influenciado diretamente pela divisão sexual do trabalho, que faz a distinção entre trabalho de homens e trabalho de mulheres.

✓ **Gênero/Relações de gênero**

Gênero não deve ser interpretado simplesmente como o fato biológico de ser homem ou mulher (GEBARA, 2000), pois significa uma construção social, um modo de ser e ver-se no mundo, um modo de ser educado (ou educada) e um modo de ser percebido (ou percebida), o qual condiciona o ser e o agir de cada um. Nesse estudo, entende-se relações de gênero como algo socialmente construído, passado de geração para geração e, portanto, culturalmente transmitido.

3.7 Categorias de análise

As categorias são aplicadas para se estabelecer classificações. Conforme Gomes (1994), trabalhar com categorias significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso.

A análise dos dados desta pesquisa foi sistematizada de acordo com as categorias de análise e seus indicadores, conforme apresenta o quadro 01:

CATEGORIAS DE ANÁLISE	INDICADORES
Gênero/Relações de gênero	Divisão sexual do trabalho Responsabilidades no lar Participação em movimentos políticos / sociais Participação em reuniões / assembléias das Associações
Trabalho	Tipo de trabalho Natureza do trabalho Condições de trabalho

Quadro 01: Categorias de análise

3.8 Limitações da pesquisa

A principal limitação desta pesquisa foi a dificuldade em encontrar mulheres associadas nos municípios de Palhoça e Governador Celso Ramos. As Associações desses municípios possuem caráter familiar, ou seja, quem é associado é o chefe da família. As

mulheres fazem parte porque ajudam diretamente o marido no cultivo, no entanto, as mesmas não possuem registro na Associação.

Outra limitação diz respeito à participação das mulheres na pesquisa. Em São Francisco do Sul uma associada negou a participação na pesquisa e outra não estava em casa na hora marcada para entrevista. Ela havia viajado para uma cidade próxima.

Faltou o apoio logístico da Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina nos contatos prévios com as mulheres. Dessa forma, a amostra não foi a planejada, estatisticamente representativa, para que se considerasse conclusões mais gerais.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo, em um primeiro momento, apresenta a atividade da maricultura no Estado de Santa Catarina e a Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina. Logo em seguida, são expostas as características sócio-econômicas das entrevistadas para que se possa conhecer quem são e como vivem/sobrevivem as mulheres envolvidas com a maricultura nos municípios de Florianópolis, Penha, Governador Celso Ramos, Palhoça e São Francisco do Sul. Finalmente, faz-se a análise das categorias gênero/relações de gênero e trabalho.

4.1 A Maricultura em Santa Catarina

Um dos maiores desafios da humanidade no limiar do terceiro milênio é a necessidade de geração de oportunidades de trabalho e renda, fazendo frente ao elevado contingente de pessoas excluídas do sistema produtivo tradicional, quer pela introdução de novas tecnologias, quer pelos modernos modelos de gestão e outras conseqüências de competitividade global, que concorrem para originar o desemprego estrutural.

O Estado de Santa Catarina possui uma imensa vocação para produção comercial de moluscos. A natureza legou a este Estado um litoral cortado de baías e enseadas que produzem um ambiente propício ao cultivo de organismos marinhos. Diante disso, a maricultura torna-se capaz de gerar trabalho e renda para grande parte da população catarinense.

A maricultura catarinense, conforme Machado (2002), por suas características de localização, com aproveitamento das áreas propícias e a forma como se adaptou e se desenvolveu, envolvendo toda capacidade sócio-cultural e produtiva, tem se destacado no

contexto nacional por ser pioneira, o que faz o Estado de Santa Catarina modelo de investigações com vistas ao conhecimento de como ocorrem as negociações e planejamento de políticas, para que sua manutenção, implementação ou expansão apresente resultado pouco impactante ao meio ambiente.

O sucesso obtido pelo cultivo de moluscos em Santa Catarina pode ser entendido de acordo com os seguintes fatores¹⁶:

- ✓ fator biológico: encontro e disponibilização de espécies potenciais, no caso, mexilhão e a ostra do pacífico;
- ✓ fator ambiental: condições geomorfológicas da região costeira favorável com a formação de baías e enseadas, com águas calmas, e condições oceanográficas adequadas com influências de correntes frias;
- ✓ fator humano: uma cultura marítima extremamente forte e enraizada. Há um vínculo com o mar trazido pelos primeiros colonizadores, facilitando o desenvolvimento da atividade em todo o litoral;
- ✓ fator tecnológico: dois diferentes grupos de pesquisa dentro da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural do Estado (EPAGRI) realizam trabalhos há mais de 10 anos, visando o desenvolvimento desta atividade.

A maricultura é um ramo da aqüicultura dedicada ao cultivo de espécies marinhas, nas quais podem ser: mexilhões (miticultura), ostras (ostreicultura), camarões (carcinicultura), outros moluscos (como vieiras e berbigões) e crustáceos (como siris e caranguejos) (GRAMKOW, 2002).

¹⁶ Informações obtidas no *site*: <http://www.pmf.sc.gov.br> - Acessado em 14/01/2005.

Esse tipo de cultivo surgiu no Brasil na década de 1990 como alternativa de trabalho e renda para as populações litorâneas¹⁷. Os trabalhadores do mar cultivam mariscos (mexilhões – mitilicultura), ostras (ostreicultura), vieiras e outros organismos no litoral catarinense e caracterizam-se por serem pequenos e médios produtores, em sua maioria, provenientes da atividade pesqueira.

O desenvolvimento da maricultura catarinense iniciou com o apoio da UFSC, da ACARPESC (Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina), e de pescadores artesanais que estabeleceram o 1.º Condomínio de Pesca e Maricultura Baía Norte, em Florianópolis. Em 1990 foi realizada a primeira produção comercial de cultivo de mariscos. Na época, foram colhidas em torno de 190 toneladas. Formaram-se cooperativas de pesca e produção e foram introduzidas novas tecnologias para produção de sementes de ostras *Crassostrea gigas* (ostra do pacífico), através do LCMM (Laboratório de Cultivo de Moluscos Marinhos) da UFSC (MACHADO, 2002).

Dados atuais, conforme consta no quadro 02, mostram que a maricultura catarinense movimenta R\$ 17 milhões, correspondente a 1,15% do PIB. Só no município de Florianópolis, são 480 empregos diretos e 2 mil indiretos.

¹⁷ Fonte: Folder informativo da FAMASC.

FLORIANÓPOLIS
218 produtores
50 áreas demarcadas para o cultivo
1,3 milhão de dúzias de ostras na última safra
448,4 toneladas de mexilhões no mesmo período
R\$ 6,2 milhões movimentados
480 empregos diretos
2 mil empregos indiretos
83% da produção catarinense de ostras
80% da produção nacional de ostras
SANTA CATARINA
R\$ 17 milhões em movimentação financeira
1,15% do PIB catarinense

Fonte: Jornal A Notícia. Florianópolis, 14/07/2004.

Quadro 02: Números da maricultura em Santa Catarina e em Florianópolis.

Dados referentes a produção de ostras (em dúzias) e mexilhões (em toneladas) no litoral de Santa Catarina, nos anos de 1991 a 2003 corroboram a informação da expansão do setor, conforme apresenta o quadro 03:

Produção de Ostras e Mexilhões em Santa Catarina 1991/2003		
Ano	Ostras (DZ)	Mexilhões (T)
1991	43000	500
1992	48000	1084
1993	25500	1224
1994	58320	2479
1995	64719	3346
1996	122355	5202
1997	201120	6397
1998	219045	7720
1999	605832	9460
2000	762426	11365
2001	1592213	10667
2002	1597000	8641
2003	2031000	8132

Fonte: <http://pmf.sc.gov.br>

Quadro 03: Produção de Ostras e Mexilhões em Santa Catarina 1991/2003

Atualmente, Santa Catarina lidera nacionalmente a produção de moluscos marinhos e destaca-se como o maior produtor de mexilhões de cultivo da América Latina. Popularmente conhecidos como mariscos, os mexilhões cultivados no Estado são da espécie *Perna perna* e apresentam fácil adaptação aos ambientes produtivos. De acordo com Gramkow (2002), a mitilicultura tornou-se a principal fonte de renda das comunidades pesqueiras. O número de produtores e a quantidade de produtos comercializados mantêm-se em expansão.

No início da atividade, as sementes para o cultivo dos mexilhões eram retiradas dos costões. Por caracterizar uma atividade predatória, tornou-se proibida. Atualmente, as sementes podem ser obtidas através de coletores ou durante a retirada das cordas ou pencas do cultivo. Quando estão no tamanho certo para a comercialização, as cordas são trazidas para a praia e então é feito o desmanche ou “despenca”. Os mexilhões que ainda não atingiram o tamanho para serem comercializados retornam ao cultivo.

O mexilhão pode ser vendido com concha ou “desconchado”. No entanto, na Enseada do Brito, situada no município de Palhoça, o “desconche” foi proibido.

De acordo com Alamino (2003), em Santa Catarina os trabalhos pioneiros na ostreicultura tiveram início em 1971, prosseguindo apenas por um curto período. Os esforços para verificar a viabilidade do cultivo de ostras foram retomados em 1985, com o então denominado "Projeto Ostras". Onde a atividade demonstrou-se viável, mas enfrentou problemas para a expansão principalmente pela ausência de sementes de qualidade no mercado, fato este praticamente solucionado na época, com a construção do Laboratório de Cultivo de Moluscos Marinhos da UFSC (LCMM), localizado na Barra da Lagoa em Florianópolis.

As ostras cultivadas no Estado são das espécies *Crassostrea gigas* (ostra do pacífico ou ostra japonesa) e *Crassostrea rhizophore* (ostra nativa ou ostra do mangue). No

entanto, a ostra do pacífico é a mais cultivada, principalmente porque além de se adaptar muito bem às condições ambientais, desenvolve-se mais rapidamente, tornando mais rentável aos cultivadores, quando mais apreciada pelo mercado devido ao seu tamanho e sabor.

Na ostreicultura, Santa Catarina também desponta na liderança do mercado, com 95% da produção nacional¹⁸. Florianópolis destaca-se na produção de ostras, enquanto que os municípios de Penha, Palhoça, Governador Celso Ramos e São Francisco do Sul lideram a produção de mexilhões.

A cidade de Florianópolis, com núcleos de produção em Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa, ao norte, e no Ribeirão da Ilha e áreas próximas, ao sul, responde sozinha por mais de um milhão de dúzias de ostras produzidas na última safra, sendo responsável por cerca de 70% da produção nacional, garantindo a cidade título de Capital Nacional da Ostra¹⁹.

Até chegar a fase de comercialização, o produto passa pelo processo de separação, seleção e classificação em lotes segundo tamanho e qualidade. Tanto as ostras como os mexilhões são processados em ranchos de pescadores nas beiras das praias. Os mexilhões são descascados e fervidos ali mesmo.

A comercialização de moluscos é mais importante no período de verão. Com o afluxo dos turistas no litoral expande-se a cadeia produtiva e aumenta anualmente o número de opções para o consumo.

Segundo Machado (2002), os produtos são vendidos geralmente em postos de vendas, que são extensões dos cultivos, sendo as mesmas realizadas, normalmente, em frente às áreas cultivadas, no barraco da limpeza ou nas residências, caracterizando uma atividade que elimina a atuação de intermediários para a venda e o consumidor final, o que

¹⁸ Informação obtida no *site*: <http://www.epagri.rct-sc.br> - Acessado em 14/01/2005.

¹⁹ Informação obtida no *site*: <http://www.pmf-sc.gov.br/fenaostra> - Acessado em 14/01/2005.

certamente aumenta a renda da família, não deixando, no entanto, de se caracterizar como informal.

Segundo Rosa *apud* Gramkow (2002), em 85% dos casos estudados pelo autor, a atividade de cultivo é exercida por toda a família, envolvendo o proprietário da área, esposa e filhos, eventualmente são contratados parentes ou vizinhos próximos para trabalhos em determinadas etapas. As mulheres participam com maior expressividade das tarefas de ensacamento de sementes, manejo, despenca e processamento. Já os homens, se fazem presentes em todas as etapas da atividade, que ainda incluem a instalação das estruturas de cultivo, coleta de sementes, comercialização do molusco e a compra de materiais.

4.2 A Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina (FAMASC)

A Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina é uma entidade de segundo grau que congrega as Associações de maricultores do Estado, única do gênero do País. A Federação foi constituída a partir do primeiro encontro das Associações de maricultores na cidade de Penha, em agosto de 1998. Nesse encontro, foi tirado indicativo proposto pela AAGOCER (Associação de Aqüicultores de Governador Celso Ramos) da formação de uma entidade a nível estadual que representasse os interesses dos maricultores.

Após processo de votação, com 98% de aprovação, foi constituída uma comissão com dois membros pertencentes de cada Associação, para iniciar um processo de visita e discussão do estatuto nas Associações. Por um período de um ano foi realizado o trabalho

com as Associações e constituída de direito a FAMASC em 24/08/1999. Hoje a Federação tem em sua presidência uma mulher.

Foi a partir do início do governo do Presidente Lula que a Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina saiu da clandestinidade. A partir do decreto n.º 4.895 de 25/11/2003, na 1.º Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca, que foi dada a concessão e uso das águas públicas. A partir desse ponto ocorreu a legalização dos produtores. Outro ponto importante foi a criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), fato marcante para o setor.

A Federação caracteriza-se por ser fruto de um extenso processo de discussão entre as Associações de maricultores de Santa Catarina. As necessidades e demandas eram comuns nas Associações de maricultores e não havia uma instituição que os representassem. Conforme a própria presidente, a FAMASC então foi criada de baixo para cima, ou seja, pela vontade de representação dos próprios maricultores associados.

Os trabalhadores do mar organizados na FAMASC e em suas entidades locais têm uma filosofia em comum: viver em harmonia com seu meio-ambiente, não explorar outros trabalhadores, respeitar-se mutuamente e praticar a solidariedade em seu cotidiano. Esse pensamento comum tem levado os maricultores catarinenses a reforçar cada vez mais suas Associações e optar pelo cooperativismo como alternativa de organização econômica.

Sua busca por parcerias com instituições governamentais e universidades resultou nos chamados “Parceiros de Luta”, assim chamados por terem acompanhado todo o processo de formação política da Federação. São eles:

- ✓ CEPAGRO/UFSC (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo);
- ✓ ADS/SC (Agência de Desenvolvimento Solidário/Santa Catarina);

- ✓ CUT (Central Única dos Trabalhadores);
- ✓ FETRAF Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar);
- ✓ UNIVALI/ Penha (Universidade do Vale do Itajaí);
- ✓ DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais);
- ✓ ASA/Florianópolis (Ação Social Arquidiocesana).

A missão da FAMASC é promover e defender os interesses dos maricultores na luta por melhores condições de vida e trabalho, na construção de um desenvolvimento sustentável e solidário para a maricultura catarinense. Seu objetivo maior é garantir a permanência dos maricultores familiares em sua atividade no mar. A Federação possui ainda objetivos como:

- ✓ solidariedade como filosofia: reforçando as associações e inserção do cooperativismo;
- ✓ capacitação como meta: formação e capacitação política e técnica dos maricultores;
- ✓ busca de uma sociedade diferente e melhor: modelo de desenvolvimento que priorize o ser humano;
- ✓ comunhão com o meio-ambiente: busca de parcerias com instituições governamentais e universidades para monitoramento e controle das áreas de cultivo.

No decorrer de sua existência, foram realizados os seguintes projetos:

Ano de 2002:

- ✓ Mapeamento das áreas de cultivo para as Associações e Discussão sobre a extração de sementes nos costões - PENUD/98 – MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário);
- ✓ Capacitação e intercâmbio com produtores das associações – PRONAF/DESER – MDA;

Ano de 2003:

- ✓ Maricultura sustentável, visando o aproveitamento dos resíduos sólidos do mar através do artesanato. Foi um projeto voltado para mulheres e jovens envolvidos com a maricultura e comunidades ribeirinhas- SEAP/P.R.;

Ano de 2004:

- ✓ Mtilicultura catarinense, visando a instalação de coletores artificiais para sementes de mexilhões, a capacitação e formação de produtores e a continuidade do projeto Maricultura Sustentável – SEAP/P.R.

Dentro do Projeto Maricultura Sustentável, a FAMASC realizou cursos locais (artesanato em conchas, pintura em conchas e embalagens) e regionais (cooperativismo, comunicação e formação de lideranças). O curso de artesanato em conchas foi dividido em três temas: educação ambiental, resgate da auto-estima e prática em confecção com conchas.

São entidades filiadas à Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina:

- ✓ AAGOCER – Associação de Aqüicultores de Governador Celso Ramos;

- ✓ AMARIPE – Associação de Maricultores do Iperoba;
- ✓ AMACOP – Associação dos Maricultores Comunitários do Paulas;
- ✓ AMAPRI – Associação de Maricultores do Capri;
- ✓ AMAB – Associação dos Maricultores da Babitonga;
- ✓ AABC – Associação de Aqüicultores de Balneário do Capri;
- ✓ AMARIS – Associação de Maricultores do Trabalho Familiar do Município de Palhoça;
- ✓ AMANI – Associação de Maricultores do Norte da Ilha;
- ✓ AMASI – Associação de Maricultores do Sul da Ilha;
- ✓ AMAP – Associação de Maricultores da Penha.

4.3 Características sócio-econômicas e relações de gênero expressas no trabalho das mulheres envolvidas com a maricultura

As categorias de análise para este estudo, definidas de acordo com os procedimentos metodológicos, foram agrupadas em dois grandes blocos: gênero/relações de gênero e trabalho. Para que se possa conhecer quem são e como vivem/sobrevivem as mulheres envolvidas com a maricultura em Florianópolis, Penha, Governador Celso Ramos, Palhoça e São Francisco do Sul foram analisados dados quantitativos referentes às características sócio-econômicas dessas mulheres. Estes dados foram obtidos através do questionário aplicado pela própria pesquisadora.

No que diz respeito à categoria gênero/relações de gênero, foram analisados os indicadores: responsabilidades no lar, divisão sexual do trabalho, participação em movimentos políticos/sociais e em reuniões/assembleias nas Associações.

Quanto à categoria trabalho, observou-se os indicadores: tipo, natureza e condições de trabalho da mulher maricultora.

Com base na análise documental, nas observações, no diário de campo e nas entrevistas semi-estruturadas, a análise se faz a seguir.

4.3.1 Caracterização sócio-econômica das mulheres envolvidas com a maricultura participantes das Associações

Para que se possa conhecer quem são as mulheres envolvidas com a maricultura e que participam das Associações de maricultores nos cinco municípios em que a Federação das Associações dos Maricultores (FAMASC) possui entidades filiadas, fez-se necessário uma busca pelas características sócio-econômicas através de pesquisa exploratória.

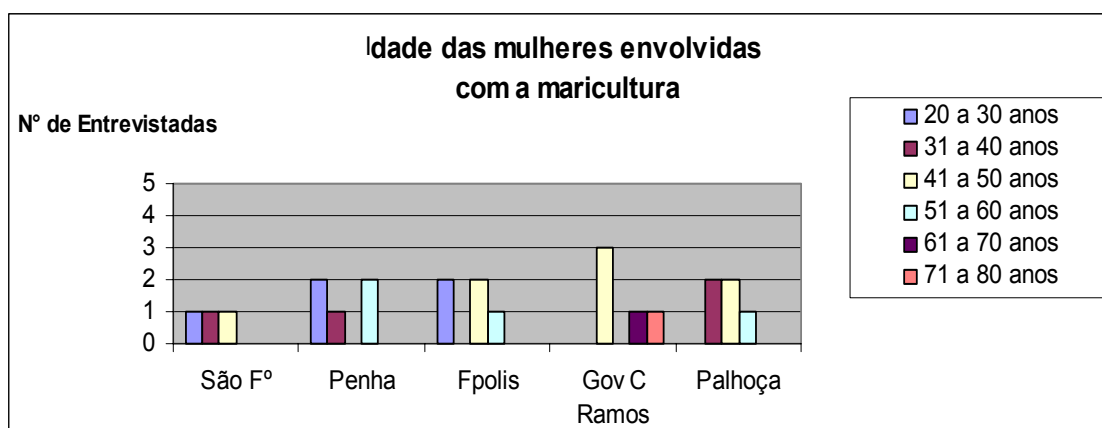
As mulheres que trabalham no cultivo dos moluscos possuem as mais variadas idades, desde da faixa etária dos 20 aos 30 anos até as que possuem mais de 60 anos. No caso das vinte e três maricultoras entrevistadas as faixas etárias estão apresentadas a seguir na tabela 01 e gráfico 01.

Tabela 01: Idade das mulheres envolvidas com a maricultura nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça.

	Municípios									
	São F ^o		Penha		Fpolis		Gov C Ramos		Palhoça	
Entrevistadas	3		5		5		5		5	
Idade	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%
20 a 30 anos	1	33,33	2	40,00	2	40,00	0	0,00	0	0,00
31 a 40 anos	1	33,33	1	20,00	0	0,00	0	0,00	2	40,00
41 a 50 anos	1	33,33	0	0,00	2	40,00	3	60,00	2	40,00
51 a 60 anos	0	0,00	2	40,00	1	20,00	0	0,00	1	20,00
mais 60 anos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	40,00	0	0,00

Fonte: dados primários

Gráfico 01



Fonte: tabela 01

De acordo com os dados, a maioria das mulheres estão entre 41 e 50 anos. No município de Governador Celso Ramos foram encontradas mulheres mais velhas, com mais de 60 anos (uma com 61 anos e outra com 71 anos).

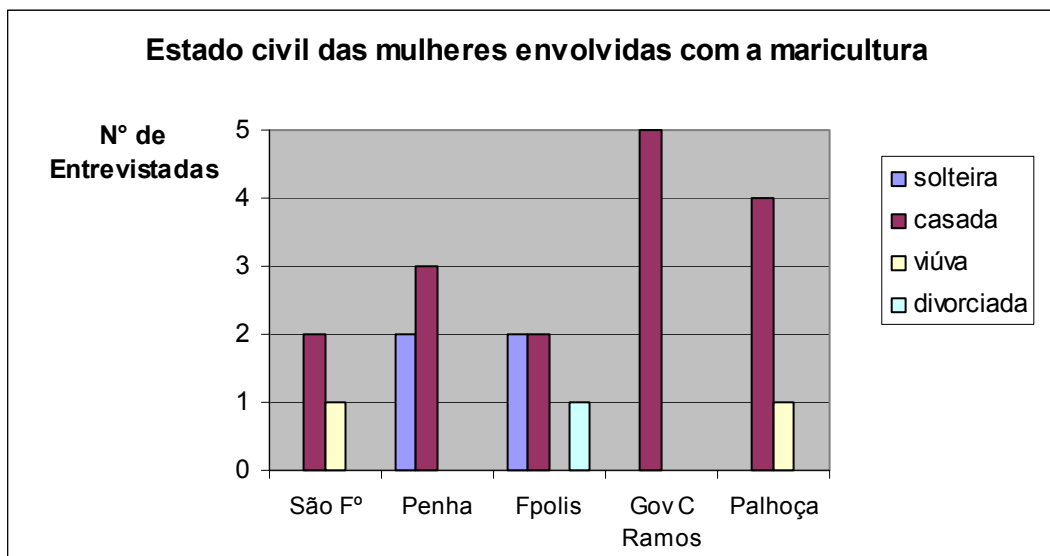
O estado civil das mulheres envolvidas com a maricultura nos cinco municípios em que a FAMASC possui entidades filiadas pode ser conferido na tabela 02 e gráfico 02:

Tabela 02: Estado civil das mulheres envolvidas com a maricultura nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça.

	Municípios									
	São Fº		Penha		Fpolis		Gov C Ramos		Palhoça	
Entrevistadas	3		5		5		5		5	
Estado Civil	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
solteira	0	0,00	2	40,00	2	40,00	0	0,00	0	0,00
casada	2	66,67	3	60,00	2	40,00	5	100,00	4	80,00
viúva	1	33,33	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	20,00
divorciada	0	0,00	0	0,00	1	20,00	0	0,00	0	0,00

Fonte: dados primários

Gráfico 02



Fonte: tabela 02

Essas mulheres, em sua grande maioria, são casadas com pescadores e ingressaram na maricultura como alternativa de renda à atividade pesqueira, pois nos dias de hoje, a pesca artesanal não é mais garantia para o sustento da família. Conforme comenta, de forma bastante enfática, a entrevistada 04 do município de Penha:

glória a Deus que veio essa maricultura, porque senão os pescadores todos estavam passando fome. Porque tu pode ver, não tem mais peixe, mais camarão. Acabou tudo. Se não fosse a maricultura estavam todos passando fome.

Quanto ao número de filhos constatou-se que as moradoras do município de Governador Celso Ramos são as que os possuem em maior número. Nos demais municípios, a grande maioria das mulheres possui entre um ou dois filhos²⁰, conforme consta na tabela 03 e gráfico 03.

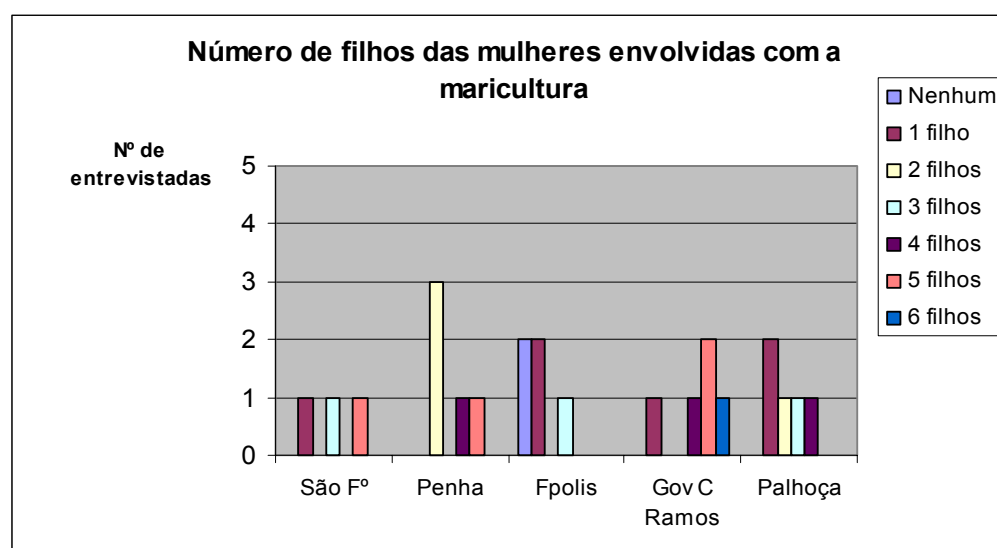
²⁰ Entretanto, outra informação pode ser obtida cruzando os dados referentes a idade e número de filhos das mulheres, pois se ainda são jovens elas podem ter mais filhos.

Tabela 03: Número de filhos das mulheres envolvidas com a maricultura nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça.

Entrevistadas	Municípios									
	São F°		Penha		Fpolis		Gov C Ramos		Palhoça	
	3		5		5		5		5	
Nº de Filhos	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Nenhum	0	0,00	0	0,00	2	40,00	0	0,00	0	0,00
1 filho	1	33,33	0	0,00	2	40,00	1	20,00	2	40,00
2 filhos	0	0,00	3	60,00	0	0,00	0	0,00	1	20,00
3 filhos	1	33,33	0	0,00	1	20,00	0	0,00	1	20,00
4 filhos	0	0,00	1	20,00	0	0,00	1	20,00	1	20,00
5 filhos	1	33,33	1	20,00	0	0,00	2	40,00	0	0,00
6 filhos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	20,00	0	0,00

Fonte: dados primários

Gráfico 03



Fonte: tabela 03

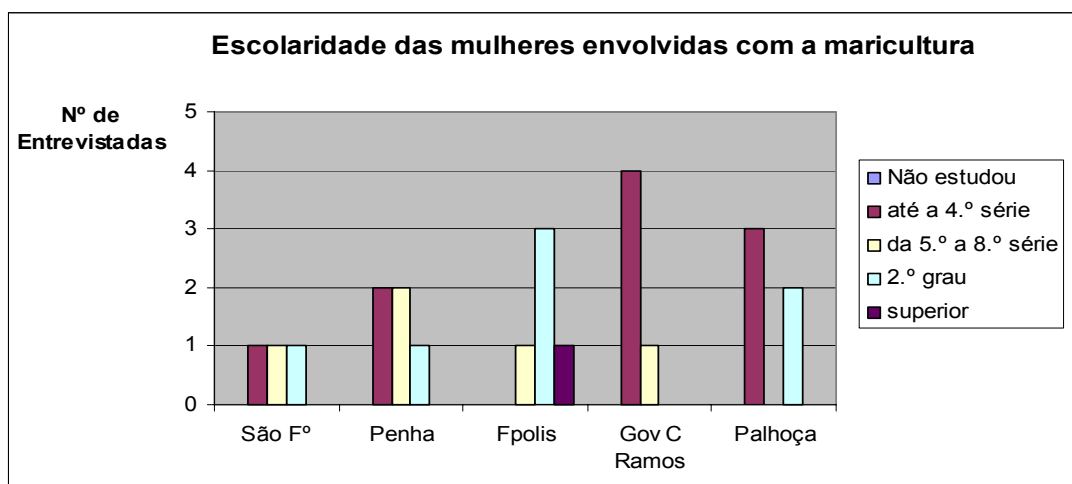
As mulheres entrevistadas envolvidas com a maricultura, em sua grande maioria – 65,2% (15 entrevistadas) - possuem o ensino fundamental. O município de Governador Celso Ramos possui o nível de escolaridade mais baixo, conforme pode ser visto na tabela 04 e no gráfico 04.

Tabela 04: Escolaridade das mulheres envolvidas com a maricultura nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça.

	Municípios									
	São F ^o		Penha		Fpolis		Gov C Ramos		Palhoça	
Entrevistadas	3		5		5		5		5	
Escolaridade	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%
Não estudou	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
até a 4.º série	1	33,33	2	40,00	0	0,00	4	80,00	3	60,00
da 5.º a 8.º série	1	33,33	2	40,00	1	20,00	1	20,00	0	0,00
2.º grau	1	33,33	1	20,00	3	60,00	0	0,00	2	40,00
superior	0	0,00	0	0,00	1	20,00	0	0,00	0	0,00

Fonte: dados primários

Gráfico 04



Fonte: tabela 04

Dentre as entrevistadas, somente duas, ou seja, 8,7%, possuem algum curso de formação. Em São Francisco do Sul há uma mulher que concluiu o curso de técnico em contabilidade e em Florianópolis, uma formada, em nível superior, em Farmácia. A que possui curso técnico diz que prefere a maricultura como atividade porque *“na maricultura a gente não tem patrão e acaba ajudando o marido em uma coisa que é pra gente”* (ENTREVISTADA 03). Já em Florianópolis, a entrevistada 01, que é formada em Farmácia diz que aderiu a maricultura pela qualidade de vida e pelo amor ao trabalho no mar.

Segundo Souza (2003), muitas pessoas vão para o setor informal movidas principalmente pelo desejo de não ter patrão, pois o emprego assalariado, muitas vezes, expõe o trabalhador a diversas formas de pressão e até de prepotência por parte dos chefes e patrões.

Nos cinco municípios em que a FAMASC conta com Associações filiadas, a grande maioria das mulheres entrevistadas – 60,9% (14) - não têm experiência profissional. Somente 39,1% (9 entrevistadas) possuem algum tipo de experiência fora dos afazeres domésticos. As experiências profissionais, para 17,4% (4) das mulheres que trabalham ou trabalharam fora de casa, são relacionadas com a atividade pesqueira, conforme consta a seguir.

Município	Experiência profissional
São Francisco	1 balconista de loja
Penha	1 pescadora aposentada
Florianópolis	1 balconista 1 promotora de vendas 1 micro empresária
Governador Celso Ramos	2 pescadoras aposentadas 1 trabalha em uma peixaria
Palhoça	1 diarista

Quadro 04: Experiência profissional das mulheres envolvidas com a maricultura nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça.

Constata-se que no município de Governador Celso Ramos, tradicional por sua atividade pesqueira, as mulheres, de alguma maneira, encontravam-se em contato com a pesca antes de se envolverem com a maricultura.

Quando à elas foi perguntado “qual a sua atividade profissional?”, somente 30,4% (7) das mulheres afirmam ser maricultoras, provavelmente pela dificuldade encontrada

pela mulher pescadora/aqüicultora no reconhecimento de seu trabalho diário como atividade produtiva, tema este debatido recentemente pelo Ministro da Pesca, José Fritsch, no I Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca e Aqüicultura, em dezembro último. Além disso, o fato de não possuírem um vínculo contratual, formal de trabalho também dificulta o reconhecimento de sua profissão.

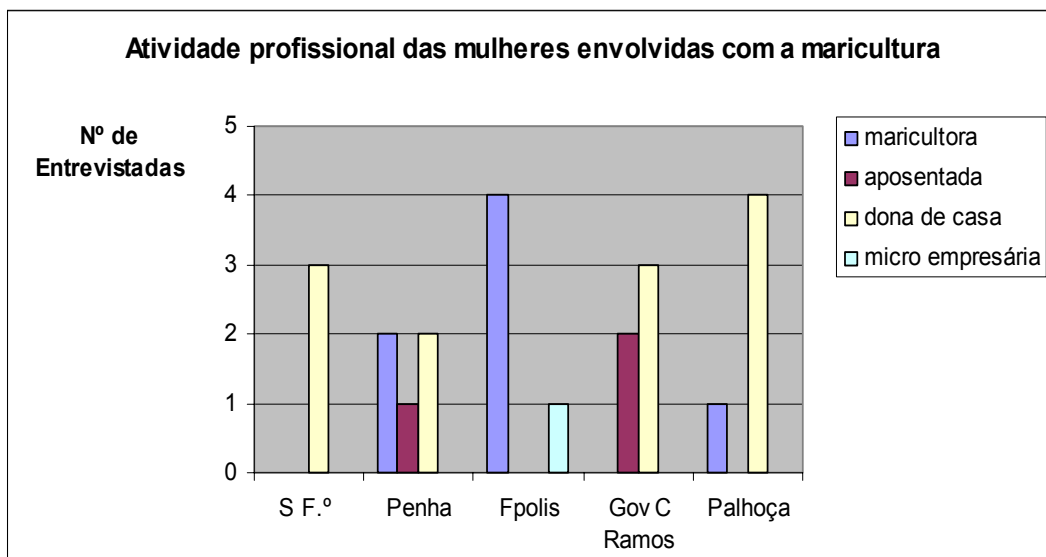
A atividade profissional mais respondida foi a de “dona de casa”, com 52,2% (12) das mulheres entrevistadas nos cinco municípios. Conforme consta na tabela 05:

Tabela 05: Atividade profissional das mulheres envolvidas com a maricultura nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça.

	Municípios									
	S F.º		Penha		Fpolis		Gov C Ramos		Palhoça	
Entrevistadas	3		5		5		5		5	
Atividade profissional	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
maricultora	0	0,00	2	40,00	4	80,00	0	0,00	1	20,00
aposentada	0	0,00	1	20,00	0	0,00	2	40,00	0	0,00
dona de casa	3	100,00	2	40,00	0	0,00	3	60,00	0	0,00
micro empresária	0	0,00	0	0,00	1	20,00	0	0,00	0	0,00

Fonte: dados primários

Gráfico 05



Fonte: tabela 05

Segundo Bruschini (1985), para as mulheres que se dizem ‘apenas donas de casa’ e que são classificadas pelas estatísticas como inativas, o cotidiano nem por isso se torna mais suave. Segundo a autora, estudos mostram que as esposas gastam mais horas nos afazeres domésticos do que a jornada regular de trabalho, mesmo que elas disponham de auxílio, seja ele remunerado ou proveniente de rede de parentesco e vizinhança.

Oito mulheres, ou seja, 34,8% das entrevistadas, possuem outro trabalho além da maricultura. Estes, considerados socialmente “tipicamente femininos” (trabalhos manuais como: criveira, artesã, confecção de tarrafa, diarista, vendedora de uma marca conhecida de cosméticos). A exceção fica por conta da entrevistada que possui uma micro empresa²¹. A entrevistada que trabalha esporadicamente em uma peixaria não trabalha como vendedora. As suas atividades são limpar peixe e descascar camarão, atividades manuais que exigem a destreza e habilidade das mãos femininas.

Segundo Carola (2002), cada sociedade define o que é ser homem e o que é ser mulher, ou seja, as qualidades do masculino e do feminino são definidas socialmente. Por

²¹ A micro-empresária possui uma loja de artigos para pesca (linha, anzol, bóia), aberta em uma porta da garagem de sua casa.

isso, o que predomina são os aspectos culturais e não os biológicos. Neste sentido, para o autor, a idéia de espaço fora de casa é ‘naturalmente’ do homem, e o espaço doméstico é ‘naturalmente’ da mulher. Essa construção sociocultural a partir das diferenças biológicas entre os sexos masculino e feminino podem ser confirmadas na tabela 05.

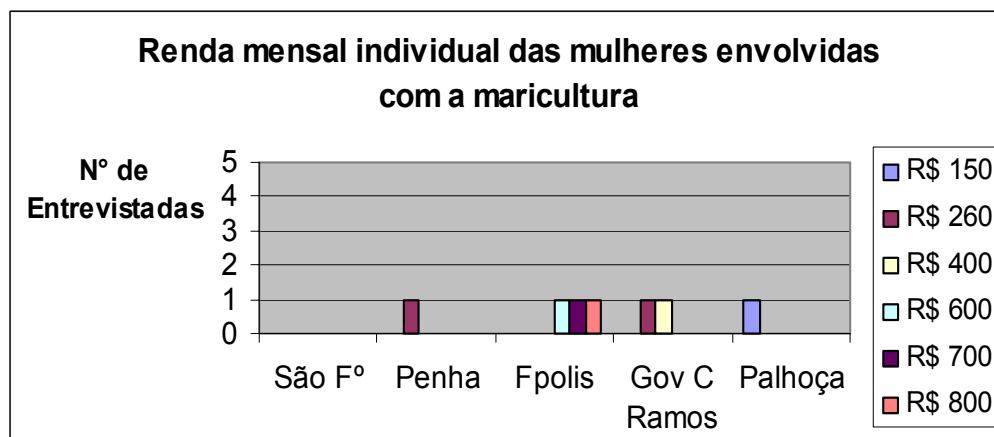
Por não possuírem outra forma de renda, a maioria das mulheres entrevistadas, 69,6% (16), não possui renda mensal individual. Somente 30,4% (7) das mulheres envolvidas com a maricultura nos cinco municípios possuem renda mensal individual. A maior concentração de renda se apresenta no município de Florianópolis, onde há uma micro empresária envolvida e duas mulheres que gerenciam sozinhas seus cultivos. Nos demais municípios, a renda não ultrapassa R\$ 400,00. A renda individual pode ser vista na tabela 06 e no gráfico 06.

Tabela 06: Renda mensal individual das mulheres envolvidas com a maricultura nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça.

	Municípios				
	<i>São F^o</i>	<i>Penha</i>	<i>Fpolis</i>	<i>Gov C Ramos</i>	<i>Palhoça</i>
Entrevistadas	3	5	5	5	5
Renda mensal (INDIVIDUAL)	n ^o	n ^o	n ^o	n ^o	n ^o
R\$ 150	0	0	0	0	1
R\$ 260	0	1	0	1	0
R\$ 400	0	0	0	1	0
R\$ 600	0	0	1	0	0
R\$ 700	0	0	1	0	0
R\$ 800	0	0	1	0	0

Fonte: dados primários

Gráfico 06



Fonte: tabela 06

Para Galeazzi (2002), as mulheres se inserem na atividade econômica em clara desvantagem à força de trabalho masculina. A autora aponta ainda que quando ocupadas, a desigualdade ainda se expressa, principalmente pela segregação ocupacional e pela remuneração inferior. Às mulheres cabem ocupações de mais baixo status, com menores oportunidades de desenvolvimento e ascensão ocupacional e seus rendimentos do trabalho são significativamente mais baixos do que dos homens.

A renda mensal familiar não pode ser considerada fixa, pois como dizem as próprias maricultoras, tem meses em que há muita venda e em alguns, não há nenhuma. *“Varia muito conforme a procura do molusco. No verão aumenta muito. Agora está muito difícil de vender. Faz uns quatro meses que a gente não vende nada. Tem vezes que no verão a gente vende mil dúzias por semana”* (ENTREVISTADA 03- FLORIANÓPOLIS).

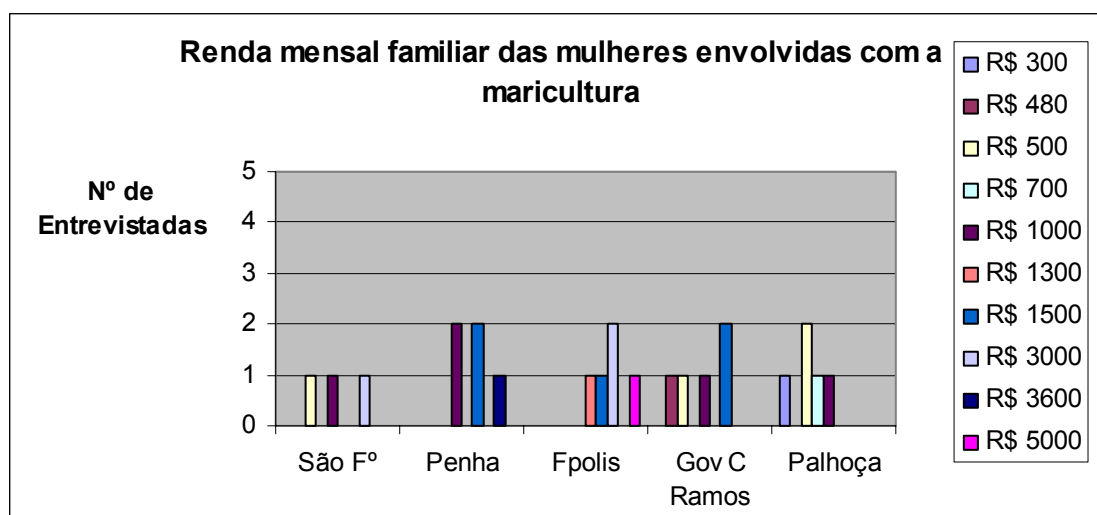
A renda familiar também é muito diferenciada de acordo com o município. Nos lugares em que há o cultivo de ostras, a renda se mostra maior, como nos casos de Florianópolis e Penha. A renda mensal familiar pode ser visualizada na tabela 07 e no gráfico 07.

Tabela 07: Renda mensal familiar das mulheres envolvidas com a maricultura nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça.

	Municípios				
	São F ^o	Penha	Fpolis	Gov C Ramos	Palhoça
Entrevistadas	3	5	5	5	5
Renda mensal (FAMILIAR)	n ^o	n ^o	n ^o	n ^o	n ^o
R\$ 300	0	0	0	0	1
R\$ 480	0	0	0	1	0
R\$ 500	1	0	0	1	2
R\$ 700	0	0	0	0	1
R\$ 1000	1	2	0	1	1
R\$ 1300	0	0	1	0	0
R\$ 1500	0	2	1	2	0
R\$ 3000	1	0	2	0	0
R\$ 3600	0	1	0	0	0
R\$ 5000	0	0	1	0	0

Fonte: dados primários

Gráfico 07



Fonte: tabela 07

A análise da renda familiar das mulheres entrevistadas envolvidas com a maricultura repercute uma renda baixa, pois as famílias geralmente são numerosas. A

maricultora que possui renda familiar de cinco mil reais, exceção frente às demais, dispõe do salário do marido e do filho que são militares.

No que diz respeito à participação das entrevistadas em cursos promovidos pela FAMASC, treze (56,5%) das vinte e três entrevistadas já participaram de algum curso. As outras dez (43,5%) justificam que não participaram por falta de tempo ou pelo horário em que o curso era dado. *“Eu não tenho tempo, tô sempre trabalhando no mar.. é descascando marisco, cozinhando... não dá tempo”* (ENTREVISTADA 05 – GOVERNADOR CELSO RAMOS).

As opiniões das mulheres que já participaram de algum curso são sempre boas. *“O curso foi bom, muito bom, maravilhoso”* (ENTREVISTADA 03 – PENHA). *“Eu acho ótimo os cursos. Que venha sempre mais, porque a gente sempre tá aprendendo”* (ENTREVISTADA 01 – FLORIANÓPOLIS). *“O curso é muito bom. Eu queria que tivesse mais, com mais horários”* (ENTREVISTADA 01 – SÃO FRANCISCO DO SUL). Assim como a entrevistada 02 da Penha, que fala em ter mais cursos disponíveis *“é muito bom. Se tivesse mais variedade e quantidade seria melhor”*.

No entanto, no município de Palhoça a entrevistada 04, que já participou dos cursos de artesanato em conchas e embalagens, teceu a seguinte crítica *“os cursos são legais, mas a gente não tem como continuar a fazer o artesanato porque a gente não tem venda. Não adianta ficar fazendo e não ter ninguém para comprar. A gente aprende e pára”*. Ela se refere à falta de turistas e lugares para comércio na região da Enseada do Brito.

Conforme a presidente da Federação, os cursos são realizados igualmente em todos os municípios, não havendo preocupação prática com o mercado local, são “pacotes fechados”.

Esses cursos promovidos pela FAMASC, desenvolvidos através dos projetos, visam à conscientização das mulheres maricultoras na geração de renda através do “lixo”, dos

resíduos sólidos (conchas) descartados pela maricultura. Com os cursos de artesanato em conchas, muitas mulheres resgataram a auto-estima e desenvolveram o potencial criativo, conforme observação da própria pesquisadora.

As peças são de uma beleza inigualável. São feitos presépios com casca de marisco, flores, ímãs de geladeira, guirlandas e o que mais a imaginação mandar. A técnica é transmitida pela professora de artesanato, cabendo às mulheres desenvolver e aperfeiçoar cada vez mais o que lhes foi ensinado.

4.3.2 Relações de gênero expressas no trabalho das mulheres envolvidas com a maricultura

As entrevistadas dos municípios de Florianópolis, Governador Celso Ramos, São Francisco do Sul e Penha, quando questionadas sobre as responsabilidades dentro do lar, não exitaram em responder que elas próprias são responsáveis por tudo, desde as compras no mercado, compras em geral, serviços bancários, pagamentos de contas, levar as crianças na escola e participar da reunião da escola de seus filhos.

As que já tem os filhos crescidos afirmam que só não levam mais na escola nem participam mais das reuniões da escola porque não há necessidade, mas na época em que as crianças eram pequenas, a responsabilidade era delas também *“quando meus filhos eram pequenos, só eu levava, agora só não levo as crianças no colégio porque já estão grandes. Pagamento de contas, essas coisas da casa, é tudo eu. Nada passa pela mão dele”*, como a entrevistada 01 de Governador Celso Ramos. *“Negócio de banco, vender, cobrar, comprar algo pra casa, é tudo comigo mesma”* confirma a entrevistada 03 de Florianópolis. *“Tudo isso aí é a gente que faz mesmo, porque marido a gente tem só pra*

dizer que tem, o marido é pescador, então toda a responsabilidade da casa é a mulher que tem que dar jeito” acrescenta a entrevistada 05 de Governador Celso Ramos.

No município de Penha, a entrevistada 03 possui a seguinte opinião *“toda a vida eu fui o homem e a mulher da casa, o meu marido quase não se envolve. Eu sou o homem e a mulher da casa”*. Já no município de Palhoça, duas das cinco entrevistadas disseram que o marido é o responsável por tudo em casa, *“tudo aqui é o meu marido que faz”*, conforme relata a entrevistada 03. A entrevistada 02 diz que *“filho na escola eu não levo porque é grande, quem é responsável por tudo aqui é o meu marido”*.

No que diz respeito à responsabilidade pelas atividades domésticas, as entrevistadas riam ao responder *“sou eu, claro!”* conforme entrevistada 01 do município de Penha. A entrevistada 04 de Governador Celso Ramos acrescenta *“além do serviço do marisco, a gente tem que se virar de qualquer jeito mesmo”*.

Dentre as entrevistadas 39,1% (9) assumem a responsabilidade das tarefas sozinhas, 30,5% (7) possuem ajuda da filha e 8,7% (2) da mãe. As que possuem condições financeiras um pouco melhor recebem ajuda de uma diarista uma vez por semana (13% - 3 entrevistadas). Em pouquíssimos casos, 8,7% (2), o marido ajuda nas tarefas rotineiras do lar.

As falas das entrevistadas corroboram com Hirata (2002b), que enfatiza que mesmo havendo uma repartição do trabalho doméstico, esta tem um caráter restrito, não atingindo o âmbito das responsabilidades domésticas, que continuam a ser atribuídas exclusivamente às mulheres.

Dados como estes confirmam as colocações de Holzmann (2002), sobre as esferas de atividades que comportam trabalhos e tarefas considerados apropriados para um ou outro sexo e que estão definidas em qualquer sociedade. Segundo Bruschini (1985), o trabalho da mulher passou a ser entendido como parte integrante e indispensável das

estratégias familiares de sobrevivência. É o que se percebe na maricultura, onde a mulher acumula as tarefas e responsabilidades do lar com atividades “complementares” que o marido não dispõe de habilidade (por se tratarem de atividades manuais) e/ou tempo para tal.

Assim como em muitas outras atividades, a divisão sexual do trabalho é uma questão proeminente na maricultura. Ao serem questionadas se existe distinção entre homens e mulheres na execução do trabalho a primeira resposta foi “*eu acho que não, é tudo igual*” (ENTREVISTADA 01- PALHOÇA). A entrevistada 02 do mesmo município confirma e acrescenta “*eu acho que é tudo igual, mas tem coisas como debulhar que são os homens que fazem, porque eu acho que é muito pesado pra mim. Se eu quisesse fazer, eu faria, mas é muito pesado*”. As demais falas do município de Palhoça deixam claro que o trabalho é dividido entre trabalho de homem e trabalho de mulher.

aqui a gente tem mulheres que trabalham o dia todo lá fora²². Nunca vi ninguém comentar, nunca vi. Eu tenho pena dessas mulheres que trabalham lá fora. Eu digo: ai quem pudesse ajudar a tirar ela daquela vida, porque é muito pesado, sacrificado. É coisa pra homem mesmo (ENTREVISTADA 03- PALHOÇA).

A entrevistada 04 divide a mesma opinião²³ “*até inclusive aqui tem **mulheres que trabalham como se fossem homens**, eu é porque tenho medo de ir lá fora*” (ENTREVISTADA 04- PALHOÇA). E ainda “*ultimamente **tem até mulher trabalhando na marisqueira**, só que eu não adapto muito bem lá não, eu acho que é muito pesado lá no mar, **eu prefiro trabalhar em casa, remendando as redes***” (ENTREVISTADA 05- PALHOÇA).

²² O trabalho “lá fora” significa trabalhar no mar, na marisqueira (ou campo de cultivo).

²³ Cabe aqui ressaltar que além da expressão da divisão sexual do trabalho histórica e culturalmente construída, essas mulheres expressam também uma preocupação com o risco da atividade marítima, influenciadas por condições atmosféricas que ocasionam mar agitado, vento, chuva, frio.

Assim como no município de Palhoça, Governador Celso Ramos, São Francisco do Sul, Penha e Florianópolis as falas se corroboram sobre a distinção na execução do trabalho “*tem bem pouco. Só quando é para tirar as bolsas, **quando é para tirar do mar, que é pesado e a gente não pode levantar. Isso é dos homens. Mas para carregar a gente ajuda. Aqui é bem pouca mulher que ajuda, não são todas**” (ENTREVISTADA 01- GOVERNADOR CELSO RAMOS). “*A gente se ajuda igual. Claro que tem serviços mais pesados que a gente não faz, né? Eles fazem. Mas quando a gente pode ajudar a gente ajuda. Todo mundo faz tudo. **Se precisar, os homens também descascam**” (ENTREVISTADA 02- SÃO FRANCISCO DO SUL). “*Eu conheço **uma mulher aqui que trabalha até lá fora, ela trabalha com os homens e graças a Deus ela é muito respeitada**” (ENTREVISTADA 04- Penha).***

Nessas falas fica claro que a mulher tem que ajudar no cultivo dos moluscos mesmo que o trabalho seja pesado (muscular) e que os homens só descascam o marisco “quando precisar”.

A distinção entre trabalho de homens e trabalho de mulheres já foi considerada como expressão e capacidades inatas aos indivíduos, diferentes em homens e em mulheres, nos quais argumentos de ordem biológica serviram como justificativa da divisão sexual do trabalho, legitimando-a como um processo natural (HOLZMANN, 2002).

A entrevistada 05 de Florianópolis não exitou em responder que “*os homens ainda vêm a mulher como sendo diferente no trabalho. **Acham que a maricultura não é trabalho de mulher**”.* Verifica-se uma classificação, uma valoração social historicamente construída sobre o que é e o que não é trabalho de mulher, corroborando autoras como Souza (2000) e Guimarães (1995). E ainda:

eu acho que trabalha igual. A gente sabe fazer o trabalho. A mulher consegue fazer o trabalho que os homens fazem. Agora se há

discriminação, há. Tem homem que não gosta que a mulher ajude. Eles ficam olhando meio atravessado, sempre acham um defeito, nunca tá certo. Mas a mulher tem capacidade (ENTREVISTADA 02-FLORIANÓPOLIS).

Conforme Bruschini (1985), em qualquer análise sobre o trabalho da mulher, um aspecto crucial é o da sua posição na divisão social e sexual do trabalho, definida, prioritariamente, conforme suas funções biológicas, condicionando-a a ocupar posições subalternas na hierarquia produtiva.

Para Hirata (2002b), corroborando a opinião das entrevistadas, enquanto a atribuição social das responsabilidades domésticas e familiares continuar a recair sobre as mulheres, as bases em que se sustenta a divisão sexual do trabalho não estarão ameaçadas nos seus fundamentos.

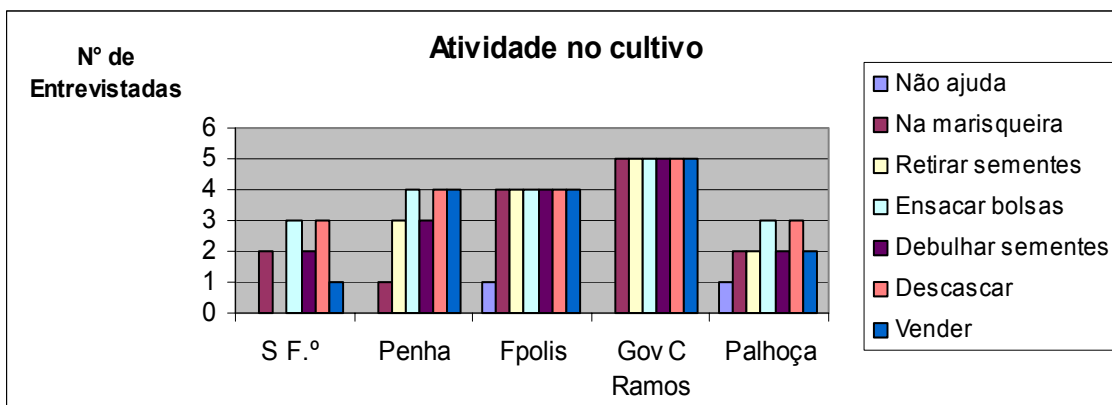
No que diz respeito à participação no trabalho de cultivo, todas as entrevistadas prontamente afirmaram que ajudam. Entretanto, somente no município de Governador Celso Ramos as mulheres responderam que realizam todas as atividades relacionadas ao cultivo dos moluscos, conforme consta a seguir:

Tabela 08: Atividade no cultivo referente aos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça.

	Municípios									
	S F.º		Penha		Fpolis		Gov C Ramos		Palhoça	
Entrevistadas	3		5		5		5		5	
Atividade no cultivo	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Não ajuda	0	0,00	0	0,00	1	20,00	0	0,00	1	20,00
Na marisqueira	2	66,67	1	20,00	4	80,00	5	100,00	2	40,00
Retirar sementes	0	0,00	3	60,00	4	80,00	5	100,00	2	40,00
Ensacar bolsas	3	100,00	4	80,00	4	80,00	5	100,00	3	60,00
Debulhar sementes	2	66,67	3	60,00	4	80,00	5	100,00	2	40,00
Descascar	3	100,00	4	80,00	4	80,00	5	100,00	3	60,00
Vender	1	33,33	4	80,00	4	80,00	5	100,00	2	40,00

Fonte: dados primários

Gráfico 08



Fonte: tabela 08

Apenas duas entrevistadas afirmaram não ajudar no cultivo. A entrevistada de Palhoça que não participa do cultivo destaca que “*eu ajudo em casa, remendando saco, remendando a rede, essas coisas*” (ENTREVISTADA 05- PALHOÇA). A outra, residente na localidade do Ribeirão da Ilha, em Florianópolis, diz que só ajuda no cultivo quando tem muita entrega para fazer²⁴.

A distinção entre trabalho de homens e trabalhos de mulheres, conforme Holzmann (2002), já foi considerada como expressão e capacidades inatas aos indivíduos, sendo diferentes em homens e em mulheres. Para o autor, argumentos de ordem biológica serviram como justificativa da divisão sexual do trabalho, legitimando-a como sendo um processo natural. No entanto, a divisão sexual do trabalho é um dos aspectos das relações sociais entre homens e mulheres.

Assim, a existência de trabalho de homens e de trabalho de mulheres, conforme constatado nas falas das entrevistadas, expressa não as possibilidades e capacidades naturais de quem deve executá-los, mas a assimetria nas relações entre os sexos, definidoras da submissão das mulheres aos homens (HOLZMANN, 2002).

²⁴ A entrevistada não ajuda diariamente no cultivo porque possui uma micro-empresa (loja de artigos para pesca).

Como se pode verificar, as tarefas que requerem dedos ágeis e paciência são consideradas femininas, enquanto que a força muscular é significado de masculinidade.

As mulheres, de alguma maneira, ajudam no cultivo tanto no mar como em terra. No entanto, somente 8,7% (2 entrevistadas) são remuneradas individualmente pelo trabalho realizado. Estas cuidam sozinhas do cultivo no Ribeirão da Ilha em Florianópolis. A maioria arrebatadora, 91,3% (21), não recebe pelo trabalho. Conforme a entrevistada 01 de Governador Celso Ramos *“o dinheiro vai todo para o monte, nós não separamos, é tudo da família”*.

O destino da renda proveniente do cultivo vai todo para os gastos da casa e para a manutenção do próprio cultivo - reinvestimento. Somente uma entrevistada de Florianópolis afirmou que o dinheiro fica para os seus gastos pessoais, pois o marido ganha bem.

A grande maioria das entrevistadas não apresenta participação em algum tipo de movimento social, grupo ou Associação – 60,9% (14). Somente 39,1% (9) participam, sendo que maioria dessas participa de grupos formados pela Igreja. Caracterizando que em diversos momentos a mulher se retirou dos assuntos públicos e a sua vida se concentrou por completo no interior da família (DÜRKHEIM, 1977).

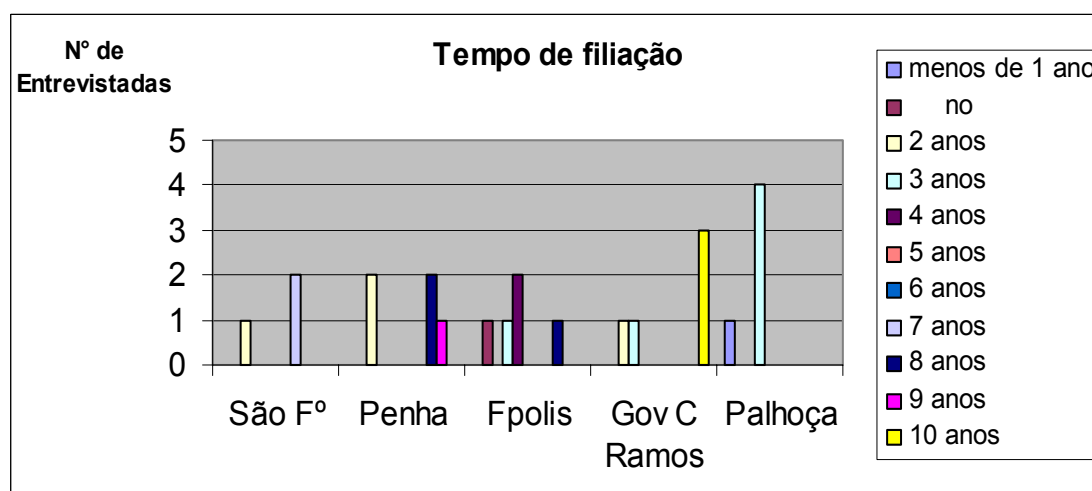
O tempo de filiação das mulheres nas Associações de maricultores é muito variado, conforme consta na tabela 09 e no gráfico 09.

Tabela 09: Tempo de filiação nas associações de maricultores nos municípios de São Francisco do Sul, Penha, Florianópolis, Governador Celso Ramos e Palhoça.

Entrevistadas	Municípios									
	São F ^o		Penha		Fpolis		Gov C Ramos		Palhoça	
	3		5		5		5		5	
Tempo na associação	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%
menos de 1 ano	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	20,00
1 ano	0	0,00	0	0,00	1	20,00	0	0,00	0	0,00
2 anos	1	33,33	2	40,00	0	0,00	1	20,00	0	0,00
3 anos	0	0,00	0	0,00	1	20,00	1	20,00	4	80,00
4 anos	0	0,00	0	0,00	2	40,00	0	0,00	0	0,00
5 anos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
6 anos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
7 anos	2	66,67	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
8 anos	0	0,00	2	40,00	1	20,00	0	0,00	0	0,00
9 anos	0	0,00	1	20,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
10 anos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	60,00	0	0,00

Fonte: dados primários

Gráfico 09



Fonte: tabela 09

Em Governador Celso Ramos encontram-se as mulheres com mais tempo na Associação de maricultores. Na localidade da Enseada do Brito, município de Palhoça, há uma entrevistada que participa somente há seis meses. Isto porque seu marido faleceu e ela continuou como associada.

Mesmo verificando que o tempo nas Associações é bastante elevado, a participação das mulheres em reuniões e assembléias ainda é muito restrita. Somente 21,7% (5) das entrevistadas afirmaram participar de todas as reuniões, 34,8% (8) participam de algumas reuniões. As demais, 43,5% (10) disseram não participar de nenhuma.

As relações de gênero se expressam claramente neste quesito, conforme as falas das entrevistadas. *“Quem vai é o meu marido. Ele que me diz o que acontece lá”* (ENTREVISTADA 03- PALHOÇA). *“Eu nunca participei. Até essa última que teve agora eu quis ir, mas aí meu marido falou: ‘não, não, deixa que eu vou’. Então daí ele foi e eu não participei não”* (ENTREVISTADA 03- PENHA). *“Quando acontece as reuniões só vai homem. Se a gente for e falar alguma coisa... nas assembléias nunca vão todos os associados, só vai meia-dúzia e dessa, se for uma mulher, Deus me livre!”* (ENTREVISTADA 05- PENHA). *“Não perco uma. Quando é uma reuniãozinha só para homem, é o meu marido que vai, mas quando mulher pode ir, eu vou”* (ENTREVISTADA 02- GOVERNADOR CELSO RAMOS).

Falas como essas corroboram o fato de que as atividades das mulheres limitam-se ao espaço privado, cabendo a elas a guarda dos filhos e as tarefas rotineiras. Já os homens, ao contrário, desenvolvem suas atividades no espaço público, fora do lar (RABELO, 1997).

Para Arendt (2003), a distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas. Segundo Perrot (1988), existe a exclusão das mulheres no espaço político, em larga medida inseparável do espaço público.

Nas Associações constata-se o domínio masculino sobre as mulheres. Este domínio, naturalizado nas falas das entrevistadas, reforçando o pensamento de Bourdieu (2003) quando diz que os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos

dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais. É dessa forma que acontece com as maricultoras entrevistadas.

Quanto à participação em reuniões e assembléias, a entrevistada 04 de Governador Celso Ramos levanta outra questão: além das relações de gênero, há as relações de poder, independente de serem homens ou mulheres.

quando eu sou convidada, quando os outros me avisam eu vou né? Ai eu participo, mas quando eu não sei... às vezes a presidente liga pra um membro da Associação só, aí esse liga para os outros e esquece da gente. Tem várias pessoas aqui que não participam das reuniões²⁵.

O que se vê contradiz que a economia solidária apregoa, pois segundo Nobre (2003), é um terreno privilegiado para o exercício de novas práticas e para proporcionar vivências de igualdade e de autonomia para as mulheres. O sentimento de exclusão pode ser claramente visto na fala da entrevistada.

Mesmo quando a associada representa um membro da diretoria da Associação de maricultores de sua localidade, a discriminação por ser mulher ainda se faz presente.

nas reuniões a gente é vista assim de lado. Porque o pescador e o maricultor são machistas. Não sei se é a cabeça deles que já é preparada pra isso e eles são machistas. Eles nunca aceitam que a mulher seja da diretoria, que a mulher fale mais alto que eles, que a mulher saiba mais que eles. Eles acham que estão ficando menos machos por isso. Então eu acho que existe ainda muito isso. Porque eu vejo por mim. Quando eu falo alguma coisa nas reuniões, eles sempre olham assim, tem uma turma que me paparica, tem outra que me olha de lado. Tem muito homem que já está com a cabeça preparada, que sabe que a mulher pode fazer o serviço deles. E tem aquela outra turma machista, que ainda não está com a cabeça preparada para isso, entendesses? (ENTREVISTADA 03- FLORIANÓPOLIS).

²⁵ Questiona-se, a partir desta colocação, por que há várias pessoas que não participam? Surgem hipóteses tais como: essas pessoas contrariam as opiniões do presidente? São pessoas críticas? Não são da “panelinha”?

Conforme Gebara (2000), o gênero significa também um modo de ser no mundo, um modo de ser educado (ou educada) e um modo de ser percebido (ou percebida), condicionando o ser e o agir de cada um.

No município de Penha, os acontecimentos se repetem. Quando uma mulher decide participar ativamente das assembleias, ela sofre discriminação, conforme a entrevistada 02,

uma vez eu levantei pra falar alguma coisa e eles ficaram tudo me olhando. Eu fiquei vermelha que nem um camarão. Eles não aceitam idéias de mulheres. Se torna ruim se a gente quer ir na Associação. Se a gente quer dar uma opinião, da gente eles não aceitam.

Para Gebara (2000), a categoria gênero está ligada à noção de poder. Conforme se constata na fala das entrevistadas, o poder é distribuído de modo desigual entre os sexos. Os homens participam ativamente das reuniões e assembleias, pois são relacionados ao uso do poder (VIANNA, 1998).

A entrevistada 01 de Florianópolis define claramente essa relação de poder. Segundo ela *“as mulheres ainda acham que a maricultura é trabalho de homem. Geralmente, quando elas trabalham na maricultura, elas não são a cabeça, estás entendendo? Elas estão por trás dos maridos”*.

Além da relação de gênero expressa nas Associações de maricultores nos cinco municípios, na localidade de Ganchos, em Governador Celso Ramos, as entrevistadas tecem críticas à Associação, dizendo-se “cansadas” e insatisfeitas, conforme se pode verificar nas seguintes falas, algumas delas com conotação explícita de desolação. *“Costumava ir nas reuniões, mas nós andamos tanto, batalhamos tanto para conseguir algo para nós, mas não conseguimos nada. Já cansei. Acho que nem vale mais a pena”* (ENTREVISTADA 01). E ainda:

não tem mais ninguém participando de mais nada, a Associação agora está parada, tem muita gente aí que não tá mais nem pagando, porque ninguém vê nada, eles não explicam mais nada.. diz a presidente que ano novo coisas novas, quero ver (ENTREVISTADA 05 – GOVERNADOR CELSO RAMOS).

A entrevistada 03 comenta ainda o fato de que no município de Governador Celso Ramos não é necessário fazer parte da Associação para se obter algum benefício, a não ser viajar.

*já fui em bastante reunião, hoje não. Sei lá, nós estamos sempre atrás da Associação. O pessoal da Epagri tá sempre atrás da gente, sempre perguntando do que a gente precisa. A Associação tá muito errada, eu acho que Associação deve ser só para quem é associado, e aqui não é assim, **qualquer um tem vantagem**. Aí a gente paga e se não pagasse seria a mesma coisa. A gente vai na reunião, paga, faz tudo certinho, aí no ano passado pedimos uma licença, eu acho que em primeiro lugar a Associação, aí a presidente veio com a licença para todos os maricultores, não só para os associados. Todos aqui têm direitos iguais. **A Associação a gente só tem direito se tiver um passeio**, aí são todos os associados em primeiro lugar. **Mas eu não queria fazer parte da Associação só para passear**. Aí eu não sei, até hoje eu não entendo essa Associação. É uma coisa assim que não anda, e ninguém entende nada (ENTREVISTADA 03- GOVERNADOR CELSO RAMOS).²⁶*

Falas como estas contradizem a idéia de que as sociedades e seus modos de organização voltados para satisfazer as necessidades individuais e coletivas devem contribuir não como meios de enriquecimento, mas como meios de contribuição para a vida e para o progresso da humanidade (CATTANI, 2003).

Segundo Souza (2003), as organizações presentes na economia solidária parecem ser transformadoras de mentalidades. Para o autor, nos empreendimentos solidários ocorrem outros ganhos, diferentes do econômico em si, tais como auto-estima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo. No entanto, o que se verifica no município de Governador Celso Ramos é exatamente o inverso.

²⁶ Além da visível irritação com a Associação essa entrevistada demonstra desconhecer os objetivos da Associação de Maricultores de seu município.

4.3.3 O trabalho das mulheres na maricultura

O trabalho na maricultura é pesado e sacrificado. Além do esforço físico despendido para a realização das tarefas, as mulheres que trabalham na maricultura, após o dia no cultivo, ainda cumprem outra jornada: o cuidado da casa. *“Pela manhã eu cuido da casa e à tarde eu cuido da salga. Eu que faço tudo. Eu cuido da casa, eu cuido de criança e de tarde eu vou para a salga”* (ENTREVISTADA 01- PENHA).

Na maricultura, o trabalho geralmente é em equipe, salvo as entrevistadas que cuidam de seus cultivos sozinhas, conforme a entrevistada 05 de Florianópolis, *“o meu é individual, faço tudo sozinha, não tenho com quem dividir o trabalho, só eu que cultivo. O cultivo é meu”*.

As entrevistadas disseram preferir que o trabalho seja em equipe. De acordo com a entrevistada 01 do município de São Francisco do Sul *“eu acho que o trabalho em equipe é mais animado. É melhor pra gente trabalhar. Parece que vai mais, que é melhor. Porque sozinha não rende”*. Constata-se aqui a corroboração dos princípios da economia solidária, que desenvolve empreendimentos com trabalho coletivo (SINGER, 2000).

Das mulheres entrevistadas, somente poucas disseram haver espaço para a criatividade no seu trabalho, como a entrevistada 03 de Governador Celso Ramos,

uma vez ninguém deixava crescer o marisco no tamanho certo, aí eu pensei num varal com uma redinha bem fininha que a gente tinha. Isso não deu muito certo, mas a gente experimentou.

O que predomina no trabalho das mulheres maricultoras são as tarefas repetitivas onde não há espaço para a concepção, o planejamento, a criatividade. Uma das características do taylorismo, segundo Harvey (1993), é a separação entre concepção, controle e execução. O que pode ser constatado conforme as falas a seguir.

Em São Francisco do Sul, a entrevistada 02 disse que “*nessa parte aí é mais o meu marido. **Eu nessa parte aí** [criatividade] **não participo muito, de dar idéias, sabe?**”.*

Outra entrevistada complementa “*acho que **idéia de mulher é meio difícil eles aceitarem, mas pode acontecer. Mas se caso a mulher tiver uma idéia que os homens vêem que dá certo, aí pode**” (ENTREVISTADA 03- SÃO FRANCISCO DO SUL).*

Ou ainda, “*a gente pode ter novas idéias sim, principalmente na gastronomia e no artesanato (...) no campo de cultivo **quem tem idéias novas é o meu marido e o meu filho**” (ENTREVISTADA 04- PENHA).*

Relatos como estes explicitam a submissão das mulheres em relação aos demais associados e a separação do trabalho mental do trabalho manual, intimamente associado com as relações de gênero: concepção/criatividade/planejamento com os homens e execução com as mulheres.

As próprias mulheres acham comum que novas idéias para o cultivo venham de seus maridos/filhos. Situações como essas, deixam cada vez mais em evidência o fato de que o mundo do trabalho foi socialmente construído como masculino, conforme Venosa (1994) enfatiza. O espaço da mulher para ser criativa restringe-se à tarefas consideradas tipicamente femininas, como na gastronomia e no artesanato.

O trabalho no cultivo dos moluscos, tanto de ostras como de mexilhões, ainda apresenta a divisão das tarefas, herança do padrão de produção taylorista/fordista (LARA, 2002), conforme as entrevistadas:

eu trabalho onde a gente chama de salga. Tem uma mesa em que a gente seleciona as sementes e seleciona o marisco graúdo para descascar, desconchar. Tem uma panela em que a gente ferve água e cozinha o marisco nessa água. Aí eu coloco na mesa e as descascadeiras vão desconchando. Aí eu peso cada marisco, eu lavo, coloco em caixinha, escorro a água que fica e depois eu fecho na seladeira. Coloco em bandeja e coloco no freezer para congelar. Na parte das cordas para as sementes, são quatro homens que trabalham. Eles selecionam as sementes pequenas e colocam nos canos e levam à

noite, no finalzinho da tarde para plantar. Quando eu termino meu trabalho, já são oito e meia da noite e ainda tem a limpeza da salga que é por minha conta (ENTREVISTADA 01- PENHA).

os homens trazem as lanternas. O meu marido, meu filho e o senhor que ajuda aqui a gente colocam as lanternas nas caixas, viram as caixas em cima da mesa e eu e minha filha selecionamos (ENTREVISTADA 03- FLORIANÓPOLIS).

eu faço de tudo um pouco. Eu sempre cato as sementes, eu ajudo a colocar na mesa, eu ajudo a limpar. Os homens ficam com as coisas mais pesadas, de lavar as estacas, buscar na marisqueira. A gente fica com a parte mais leve (ENTREVISTADA 03- GOVERNADOR CELSO RAMOS).

Para Arruda (2003), a “outra economia”, conceitualizada como “solidária”, possui a cooperação como modo privilegiado de relação sócio-econômica, ao invés da competição; o planejamento participativo do desenvolvimento, ao invés do espontaneísmo dos interesses corporativos; a solidariedade consciente como valor central, ao invés do egoísmo utilitário. Entretanto, depoimentos como o da entrevistada 05 do município de Penha contradizem essas noções e valores:

*eu acho que dá para ter novas idéias, só que eu acho que tem que ser em sociedade. **E aqui não tem sociedade.** Um faz uma coisa, outro faz outra. **Não tem aquela combinação.** Se todos os associados combinassem, mas ninguém combina, é cada um por si (...) E a maioria é tudo homem, e **o homem nunca vai aceitar a idéia da mulher.** E Deus o livre se vai uma mulher no meio de um monte de homem! Tá na boca do povo. Se vai uma mulher lá no meio dos homens, eles não querem saber, é opinião dos homens, não das mulheres. Eles não querem saber de opinião de mulher nenhuma. Pra eles são eles e pronto. Mesmo que seja uma idéia boa pra todos, se veio da boca de uma mulher, já é discriminada como ‘o teu negócio é queimar a barriga no fogão e esfriar no tanque’, aquelas coisas assim.*

Na localidade da Enseada do Brito, no município da Palhoça, a autonomia dos trabalhadores proporcionada pela economia solidária, segundo Nobre (2003), ainda precisa

ser trabalhada. Segundo a entrevistada 04 “*eu não posso te explicar porque as idéias aqui já são determinadas pela Associação. Já vem determinado o que é para fazer*”.

As condições em que essas mulheres trabalham agradam a grande maioria por ser em contato direto com a natureza e por não ter patrão, conforme a entrevistada 03 do município de Penha:

é agradável porque tu não tá trabalhando num lugar que tem gente te perturbando, entendesses? Tu trabalhas até a hora que tu queres, sai a hora que quer, porque ali o trabalho é teu. É agradável porque só de pensar que tás trabalhando num lugar que não tem incomodação, ele já se torna agradável.

No entanto, quando se fala em remuneração, desgaste físico, local adequado, todas possuem a mesma opinião, ou seja, faltam condições de água e luz para a realização do trabalho, na maioria das vezes há a necessidade de levar trabalho para casa, pois o rancho não tem estrutura física adequada.

olha, eu, se dissessem para eu ficar direto lá embaixo no cultivo, eu ficava. Porque somos só nós naquele canto. A gente escuta passarinho. Eu gosto muito de trabalhar apesar das condições do rancho serem precárias. A única coisa que tem é água, porque até hoje a prefeitura não liberou a luz. Foi negada luz pra todo mundo e pra nós também lá no rancho. É difícil, porque a gente tem que lavar a ostra com o lava jato. Tem que trazer a ostra pra casa pra poder lavar e depois poder levar pro restaurante. Carregar todo esse peso se já podia sair de lá já limpa (ENTREVISTADA 03- FLORIANÓPOLIS).

Um dos desafios da economia solidária, segundo Arruda (1998), é fazer com que todos os cidadãos tornem-se capazes de ter o suficiente para garantir sustentavelmente um nível digno de sobrevivência própria e da sua família. Para uma das entrevistadas da localidade do Ribeirão da Ilha, em Florianópolis,

as questões financeiras são precárias. Tem muita propaganda a respeito da maricultura, tem muita gente na época de campanha que vai para a

televisão dizer que vai ajudar a maricultura, é tudo mentira. Nada vem (...) a maricultura não é nada como eles falam aí. 'ah porque quem cultiva tá ganhando horrores...' não é bem assim. Não é como eles falam. É outra realidade, é muito difícil (ENTREVISTADA 03-FLORIANÓPOLIS).

As piores condições de trabalho referem-se à retirada das sementes. Em Governador Celso Ramos, os maricultores ainda vão para os costões em busca de sementes. Há o risco de ferimentos, de escorregar nas pedras. A periculosidade da atividade se agrava ainda mais com condições climáticas adversas. A entrevistada 01 possui a seguinte opinião:

é tudo bom. Tudo gente ótima. Só que agora não dá mais para ir pras pedras tirar semente. Seria melhor se a Associação tivesse trazido as sementes que eles prometeram. Porque a gente é de idade, aí não dá para continuar com o marisco. Ir no costão é tão ruim. É muito perigoso. Já vi gente aí tudo lanhado, coisa mais feia!.

Questões como falta de uma sede²⁷ para trabalhar e a falta de saneamento também se fazem presentes, segundo os relatos:

eu acho que é um ambiente agradável porque a gente tá fazendo aquilo ali com gosto. Mas eu acho que no nosso município aqui em Ganchos a gente deveria ter um lugar, um cantinho ali na praia pra gente poder trabalhar. Podia ser um cômodo pequeno, com uma mesa grande, um tanque grande de água com uma torneira, porque a gente está trabalhando aqui e não está num lugar adequado pra trabalhar, já eu a gente tem Associação, a Associação deveria conversar com o prefeito e pegar um cantinho aí na praia, um lugar que a gente pudesse trabalhar sossegado, sem que nada incomodasse, como uma trovoada, uma chuva (ENTREVISTADA 04- GOVERNADOR CELSO RAMOS).

aqui pra nós as condições são boas. Só acho que a gente tem que melhorar é quanto ao local adequado. Aqui a gente não tem rede de esgoto, aí a água da pia, do tanque vai todo pro mar e pro marisco. Seria bom se tivesse um tratamento. E só acho que pra ficar melhor a gente deveria continuar descascando como a gente costumava fazer, mas a gente não pode descascar porque o ambiente não é considerado

²⁷ As cinco Associações estudadas não possuem sede. As reuniões acontecem no salão paroquial, na Associação de pescadores.

adequado, então a gente tem que tirar o marisco e vender com casca (ENTREVISTADA 04- PALHOÇA).

A decisão de não descascar mais o marisco na localidade da Enseada do Brito, em Palhoça, é devido à falta de condições adequadas de higiene e limpeza, determinadas pela Vigilância Sanitária. Aos maricultores foi feito um comunicado das normas pela Associação.

Teoricamente, nas Associações que visam desenvolver a economia solidária, as decisões são compartilhadas por todos os membros. Entretanto, quando questionadas sobre quem dirige e quem toma as decisões mais importantes da Associação, todas as entrevistadas responderam que é o/a presidente da Associação. Algumas, mesmo afirmando que o presidente é o responsável pela Associação, dizem que para que uma decisão seja tomada *“tem o presidente e tem os conselheiros. Eles se reúnem, fazem reuniões. Quando tem um tema que eles querem discutir, querem aprovar, eles chamam os associados, a gente vota. As decisões são sempre em conjunto”* (ENTREVISTADA 01-PENHA).

Segundo Lisboa (2003), o elemento central da economia solidária é a solidariedade. E é em torno da mesma que é construído o amplo projeto político da nova sociedade. Contradizendo o autor, a entrevistada 05 do município de Penha, deixa claro que:

quem toma as decisões é o presidente. Com eles não tem acordo. Eles fazem uma reunião, aí eles botam uma proposta para ser analisada, aí tu dá a tua opinião, mas quem decide... tá certo que quem vai tomar a decisão final é o presidente, mas tem a panelinha do presidente.. se tens uma idéia boa, não podes dar a tua opinião, porque a panela já está formada. Eles não querem a tua opinião, eles querem a deles. A Associação é uma fachada. Eles não sabem se reunir, formar um grupo. É sempre a mesma patota. Pode ter cem pessoas ali, mas são sempre os mesmos. A mesma patota sempre.

A entrevistada 04 de Governador Celso Ramos expõe que as decisões mais importantes são tomadas pela presidente. E que *“a comunidade também deveria participar, só que a comunidade não participa. Pode até ser que a presidente passe alguma coisa para os outros, mas eu não fico sabendo de nada”*. Ainda no mesmo município, a entrevistada deixa claro que *“quem toma decisão é sempre a presidente. Ai reúne os homens”* (ENTREVISTADA 02- GOVERNADOR CELSO RAMOS).

Mesmo nas Associações, que pregam igualdade e solidariedade, as mulheres são excluídas de certas atividades políticas decisivas. Para Rosaldo (1979), seus papéis como esposas e mães são associados a poderes e prerrogativas inferiores aos dos homens. De alguma forma há o domínio masculino.

Apesar de se sentirem esquecidas e discriminadas pelas Associações, a maioria das mulheres envolvidas com a maricultura se sente realizada com o trabalho exercido, conforme evidenciam em suas falas:

“Sou uma pessoa realizada no que eu faço. Nem se me pagassem mil reais eu não trabalharia no centro da cidade. Não saio daqui nunca. Ir pro centro, pegar ônibus, viver estressada...” (ENTREVISTADA 05- FLORIANÓPOLIS).

“Quando eu deito na cama, quando eu vou dormir que eu lembro que o dia foi bem produtivo, que é um progresso pra gente, que é o futuro que a gente está plantando, aquilo me satisfaz e eu digo Graças a Deus. E amanhã será um outro dia melhor ou igual a esse” (ENTREVISTADA 01- PENHA).

“Eu gosto também porque estou em casa, e estou vendo os meus filhos, dou banho neles, dou lanche na hora certa. Então estou sempre em conjunto, casa e trabalho. Acho que se eu trabalhasse em outro lugar seria diferente” (ENTREVISTADA 01- PENHA).

As mulheres se sentem realizadas principalmente pela proximidade com o lar. Segundo Bruschini (1994), a atividade informal, sem jornadas regulares de trabalho, costuma facilitar o arranjo necessário entre família e trabalho, embora não dê acesso a garantias trabalhistas.

A realização das mulheres entrevistadas envolvidas com a maricultura contradiz com as condições adversas e precárias de trabalho a que se submetem como: falta de um local adequado para o manejo dos moluscos, falta de água e luz nos ranchos, desgaste físico e muscular com o peso das lanternas, precariedade no beneficiamento dos moluscos. Constata-se que essas mulheres possuem outros valores além da remuneração. A vivência familiar, a proximidade com o lar e com a natureza fazem com que o sentimento de realização seja comum entre elas.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O tempo está se esgotando. Assim, somente uma alternativa radical ao modo estabelecido de controle da reprodução do metabolismo social pode oferecer uma saída da crise estrutural do capital”.

Istvan Mészáros

Como decorrência do processo de reestruturação produtiva e diante do crescente desemprego, quer pela introdução de novas tecnologias, quer pelos modernos modelos de gestão ou outras conseqüências da competitividade global, a maricultura se torna uma importante fonte de geração de emprego e renda dos excluídos do sistema produtivo tradicional, particularmente dos pescadores artesanais.

A maricultura começou a se desenvolver em Santa Catarina na década de 1990 com o incentivo da Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, o Estado se caracteriza por ser um pólo produtor de ostras da espécie *Crassostrea gigas* e de mexilhões da espécie *Perna perna*.

Esta pesquisa se propôs a investigar as características sócio-econômicas das mulheres envolvidas com a maricultura, participantes da Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina e a expressão das relações de gênero no trabalho, abrangendo os municípios de Florianópolis, São Francisco do Sul, Penha, Governador Celso Ramos e Palhoça. Acredita-se que os objetivos da pesquisa foram plenamente alcançados, apesar das dificuldades e algumas limitações no decorrer de seu desenvolvimento.

O número de entrevistadas e as participações nos cursos de artesanato promovidos pela Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina nos cinco municípios possibilitaram uma compreensão da realidade vivida por essas mulheres.

As mulheres envolvidas com a maricultura, em sua grande maioria, são casadas com pescadores, e ingressaram na atividade de cultivo dos moluscos com a finalidade de ajudar seus maridos e complementar a renda familiar.

O grau de escolaridade das entrevistadas é muito baixo. Apenas uma entrevistada residente no município de Florianópolis completou o ensino superior e uma em São Francisco do Sul concluiu um curso técnico. A maioria das entrevistadas estudou até a 4ª série, completando o ensino fundamental.

As mulheres que possuem outro trabalho além da maricultura encontram-se em “guetos” tipicamente femininos (SOUZA, 2000), que envolvem o cuidado do lar, como no caso da diarista e habilidades manuais, como bordadeira, criveira, artesã. Salvo pela micro-empresária residente em Florianópolis. A renda individual dessas mulheres que possuem outro trabalho é muito baixa, não ultrapassando os R\$ 800,00.

A renda mensal familiar apresenta grande variação nos municípios pesquisados. Nas localidades que se destacam com o cultivo de ostras, a renda familiar é maior do que as que cultivam mexilhões.

A grande maioria das mulheres não participa de outras Associações ou de algum tipo de movimento social e político. As que possuem algum tipo de participação, freqüentam grupos formados nas Igrejas.

Esta pesquisa está inserida em um campo de estudo denominado “economia solidária”, um movimento atual que tem crescido no mundo todo e tem suas raízes no chamado Socialismo Utópico. Entretanto, encontram-se forças e ações contraditórias atuando dialeticamente nesse espaço, proporcionando uma expansão diferenciada da Economia Solidária - por um lado oferecendo reais possibilidades de inserção social e geração de renda a milhares de trabalhadores excluídos do circuito formal da economia e, por outro, contraditoriamente, favorecendo o capitalismo através de práticas e ações de

sustentação do *status quo*, incluindo-se o sub-emprego, a precarização do trabalho e ainda carecendo de práticas organizativas mais concretas.

Quando se pensa em fazer uma pesquisa em uma atividade da economia solidária, logo vem em mente as falas dos autores como Lisboa (2003) e Singer (2002a), no qual consideram que o elemento central da economia solidária é a solidariedade e que é em torno desta solidariedade que se constrói o projeto de uma nova sociedade.

Para o teórico mais entusiasta, Paul Singer, a economia solidária resgata a dignidade humana, o respeito próprio e a cidadania de homens e mulheres. Por ter seus princípios baseados em valores como igualdade e solidariedade, a economia solidária é considerada por Nobre (2003), como um terreno privilegiado para proporcionar vivências de igualdade e autonomia para as mulheres. No entanto, a realidade que se encontrou na maricultura não é bem essa. Embora se reconheça que possibilita o surgimento de formas diferenciadas de produção, ainda não se tem elementos suficientes para afirmar se conduziria a uma transformação efetiva da sociedade.

Nesta pesquisa, constatou-se que, assim como ocorre na maioria das organizações baseadas no modo de produção capitalista, a mulher é deixada de lado das atividades consideradas como mais importantes. Mas, quando o assunto é o cuidado com o lar, as responsabilidades ficam com as mulheres. Pouquíssimas entrevistadas responderam que recebem ajuda do marido, confirmando Hirata (2002), quando diz que a repartição do trabalho doméstico tem um caráter restrito, não atingindo o âmbito das responsabilidades domésticas, que continuam a ser atribuídas exclusivamente às mulheres.

Com elas também ficam as atividades que requerem maior paciência, destreza e habilidade, como as de descascar e separar os moluscos. Aos homens são atribuídas as atividades mais pesadas, que exigem maior força muscular, como a ida à marisqueira. As poucas mulheres que vão ao cultivo buscar os moluscos disseram sentir discriminação, no

olhar ou nas falas dos maricultores da comunidade que acham que a maricultura não é trabalho para mulher.

Constata-se que certas entrevistadas têm consciência de que estão alijadas de procedimentos do trabalho que envolvem a criatividade e a participação. As demais, no entanto, incorporaram as características da divisão sexual do trabalho como se isto fosse “natural”.

Determinadas tarefas são consideradas “leves” e “delicadas”, sendo próprias às mulheres, e outras “pesadas”, vistas como adequadas ao trabalho masculino. Na atividade da maricultura as tarefas consideradas como “leves” causam grande desgaste físico e dores musculares das mulheres que ficam horas a fio debruçadas sobre as pencas de marisco, “desconchando-os” sem luvas nas mãos, o que provoca, muitas vezes, dores e ferimentos.

Considera-se, portanto, a indubitável alocação de papéis sociais, onde normalmente são atribuídas determinadas capacidades e habilidades para homens e mulheres, onde existe uma tendência a se “naturalizar” e “universalizar” instituições e papéis, de modo a torná-los relativamente fixos, e, com isso, inibir sua contestação e, dessa forma, garantir a perpetuação do sistema (STOLCKE *apud* CAVALCANTI et al., 1998).

Esse estudo reforça a constatação que no imaginário social firmam-se crenças que prescrevem às mulheres os trabalhos de menor visibilidade social, de maior suportabilidade aos ritmos repetitivos e velozes.

Os cuidados requeridos com o beneficiamento (“desconche”) bem como os trabalhos de limpeza e seleção exigem o contato manual e um apurado senso estético. Nesse sentido, passam a ser tarefas socialmente definidas como femininas, que são especializadas e extremamente importantes da perspectiva da circulação de produtos frescos no mercado.

O comportamento nas Associações de maricultores, ainda reflete o modelo patriarcal de estrutura familiar, no qual o homem – chefe da casa – possui autoridade quase absoluta, restando às mulheres, um papel mais restrito e tradicional. Pouquíssimas mulheres participam das reuniões e assembléias das Associações. As decisões mais importantes ainda são tomadas pelos homens. A participação política delas nas decisões estratégicas é praticamente nula.

Fatos como estes concretizam a reprodução da dominação masculina mesmo em uma economia cujos princípios norteadores são a igualdade e a solidariedade. Entretanto, não se pode deixar de mencionar que o trabalho de reprodução esteve (está) garantido por três instâncias principais: a família, a Igreja e a Escola, e que a ideologia de gênero procede através da naturalização das diferenças que foram socialmente construídas e culturalmente reproduzidas.

Mesmo constatando a existência de cooperativas e formas associativas, o individualismo marca as relações intra e interorganizacionais, dificultando a organização dos maricultores. Esta baixa integração nas Associações, conforme concluiu Gramkow (2002), tende a provocar, a longo prazo, o enfraquecimento da atividade bem como pode comprometer a sobrevivência das unidades de produção e beneficiamento.

Existem realmente economias solidárias e ‘economias solidárias’. Tanto podem representar uma alternativa à produção capitalista, mas dentro ainda do sistema e do mercado, mais como alternativas ao desemprego e ao subemprego, quanto podem também significar experiências de fato alternativas ao capitalismo, ensaiando novos valores e novas formas de sociabilidade entre as pessoas, que escapam ao mundo do trabalho, mas atingem todas as esferas de relações sociais.

Cabe às Associações de maricultores saber distinguir em que tipo de economia solidária estão inseridas. Os presidentes das Associações de maricultores precisam se

conscientizar do poder que exercem no fortalecimento das comunidades locais. Ao estarem inseridas na “outra economia” têm como objetivo primordial promover a diversidade de culturas humanas e modos de vida e, a partir dessa diversidade, construir projetos em comum na forma de consensos negociados através de diálogos.

Cabe aqui ressaltar que realizar esta pesquisa foi gratificante para a mestrandia. Conhecer outra realidade, fora do circuito acadêmico e das empresas capitalistas, realidade esta vivenciada por essas mulheres guerreiras foi tão extraordinário que se torna difícil de descrevê-la em simples folhas de papel.

Mais gratificante ainda é saber que de alguma forma, esta dissertação, que procurou pautar-se em uma análise crítica da realidade, vem a contribuir para que essas mulheres tomem consciência do que acontece em sua volta, em suas vidas, espera-se também, que as Associações repensem o seu conceito de igualdade e solidariedade, usufruindo assim, dos princípios coletivistas difundidos há muito tempo por Saint-Simon, Owen e Fourier.

Não se pode deixar de mencionar neste trabalho que a EPAGRI, como coordenadora atuante da maricultura, tem mantido e conduzido a atividade de forma a beneficiar e preservar o sistema familiar de cultivo. Caberia aos pequenos produtores, a promoção efetiva de ações associativas, focalizando o conjunto da atividade, para que a maricultura possa se fortalecer sob a coordenação e condução dos próprios maricultores, na determinação de políticas e benefícios conjuntos (GRAMKOW, 2002).

Fica como sugestão uma maior integração das entidades que apóiam a maricultura catarinense, tais como a UFSC, a FAMASC e a EPAGRI, procurando superar possíveis divergências políticas e partidárias para que juntas possam representar e atuar efetivamente em defesa dos interesses legítimos dos maricultores e maricultoras.

Uma integração maior com o Centro de Ciências Agrárias, professores e pesquisadores especificamente dos cursos de Engenharia de Aqüicultura e Tecnologia de

Alimentos da Universidade Federal de Santa Catarina, traria ações benéficas para a Federação por meio de seus projetos de extensão. Outros cursos da área sócio-econômica também poderiam contribuir para a divulgação/marketing, comercialização e distribuição da produção (moluscos e artesanato) e a própria gestão dos pequenos empreendimentos reunidos nas Associações. Os núcleos de pesquisa que já atuam nesse segmento da maricultura e da própria Economia Solidária e pequenos empreendimentos com formas alternativas de gestão.²⁸

A FAMASC possui como um dos seus objetivos a busca por uma sociedade diferente e melhor, corroborando com os objetivos da economia solidária. Mas para que este objetivo seja alcançado, outra sugestão é que a Federação, através de práticas de integração e não de intervenção, desperte a consciência de seus participantes no que diz respeito à construção de uma sociedade mais digna e socialmente mais justa. Aos maricultores, homens e mulheres, cabe uma maior reflexão sobre o papel da mulher na atividade da maricultura e a conscientização da necessidade de que participem efetivamente das Associações.

O tema dessa dissertação pode conduzir a novas discussões, podendo ampliar reflexões sobre o papel da mulher no trabalho da maricultura. Novas pesquisas podem ser realizadas a partir do tema em questão, para isso, sugere-se estudar a questão de gênero em uma perspectiva dialética, considerando que a questão de gênero é socialmente construída. A questão da qualidade de vida e o sentido do trabalho para as mulheres maricultoras, seriam temáticas interessantes, como também a realização de um estudo crítico sobre as relações de trabalho e as relações de poder na maricultura, considerando-se a dimensão “Gênero”.

²⁸ O Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho (NINEIT) desenvolve pesquisas e trabalhos de extensão nessa área.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva. Especialização flexível e gênero. **São Paulo em Perspectiva**, v.8, n.1, jan./mar. 1994, p. 52-57.

ABRAMO, Laís. ABREU, Alice Rangel de Paiva. Gênero e trabalho na sociologia latino-americana: uma introdução. In: ABRAMO, Laís. ABREU, Alice Rangel de Paiva (Org). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: ALAST, 1998.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO. **A comercialização na economia solidária**. São Paulo: CUT/SEBRAE, 2002.

ALAMINO, Lúcia Helena Medeiros. Saiba mais sobre a maricultura em Santa Catarina. 2003. Disponível em: <http://www.pmf.gov.br>. Acesso em 27/11/2004.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002a.

_____. O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia. **Serviço Social e Sociedade**. Ano XXIII, mar. 2002b. p. 107-120.

AQUINI, Ana Maria do Nascimento. **O trabalho e a construção da mulher na sociedade**. Dissertação [Mestrado em Educação] – Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, UFSC, 1993.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ARRUDA, Marcos. **O “feminino criador”**: socioeconomia solidária e educação. ANPED, 1998. Disponível em: <http://alternex.com.br/~pacs/text/socioeconomia.rtf>. Acesso em 03/09/2004.

BAUSBAUM, Leôncio. **Alienação e humanismo**. 6. ed. São Paulo: Global, 1985.

BLASS, Leila Maria da Silva. Trabalho e suas metamorfoses. In: IANNI, O. **Desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BRESCIANI, Luís Paulo. Flexibilidade e reestruturação: o trabalho na encruzilhada. **São Paulo em Perspectiva**, v.11, n.1, jan./mar. 1997, p. 88-97.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher e trabalho**: uma avaliação da década da mulher. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

_____. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, Laís. ABREU, Alice Rangel de Paiva (Org). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: ALAST, 1998.

_____. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOTI, Heleieth. MUÑOZ-VARGAS, Mônica (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

BRUYNE, P. et. al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CÂMARA, Cristina. CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In: ABRAMO, Laís. ABREU, Alice Rangel de Paiva (Org). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: ALAST, 1998.

CARBONARI, Paulo César. **Economia popular solidária**: possibilidades e limites. Seminário Regional Passo Fundo de Trabalho e Economia Popular e Solidária, Passo Fundo, dez. 1999. Disponível em: <http://milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/Carbonari.htm>. Acesso em 03/09/2004.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho**: um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina. Tese. [Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas] – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, UFSC, 2002.

CAROLA. Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história**: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). Florianópolis, UFSC, 2002.

CASTRO. Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

CATTANI, Antônio David. **Trabalho e autonomia**. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1996.

_____. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CAVALCANTI, Josefa Saete Barbosa. RAMOS, Juliana Vilar Ramalho. SILVA, Ana Cristina Belo da. O trabalho feminino na agricultura de exportação. As trabalhadoras na viticultura. In: ABRAMO, Laís. ABREU, Alice de Paiva (Org.). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: Alast, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria e criatividade. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DAVEL, Eduardo. ALCADIPANI, Rafael. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **RAE**, v, 43, n. 4, out./dez. 2003, p. 72-85.

DIEESE. A situação das mulheres em mercados de trabalho metropolitanos. **Boletim Dieese**, encarte especial, mar. 2003.

DÜRKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

FREITAS, Henrique. et. al. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n. 3, jul./set. 2000, p. 105-112.

FONSECA, Tania Mara Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GALEAZZI, Irene. **As mulheres no mercado de trabalho**. 2002. Disponível na internet: http://www.observatorio.rs.gov.br/textos/Texto_Irene.doc. Acesso em 24 de agosto de 2004.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GELINSKI, Carmem. RAMOS, Ivoneti. Mulher e família em mutação: mecanismos de apoio para o trabalho feminino. **Cadernos em Economia**, Coordenadoria de Mestrado em Economia Industrial, n. 1, Florianópolis, UFSC, 2003.

GEUSS, Raymond. **Teoria crítica: Habermas e a escola de Frankfurt**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1988.

GITAHY, Leda. Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 1, jan./mar. 1994, p. 144-153.

GRUPO KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. São Paulo: Conrad, 2003.

GUIMARÃES, Valeska Nahas. **Novas tecnologias de produção de base microeletrônica e democracia industrial: estudo comparativo de casos na indústria mecânica de Santa Catarina**. Tese [Doutorado em Engenharia de Produção] – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, UFSC, 1995.

GUIMARÃES, Valeska Nahas. KOROSUE, Aline. **Formas alternativas de gestão: estratégias inovadoras de sobrevivência das organizações e dos trabalhadores? um estudo multisetorial no Estado de Santa Catarina**. Relatório de Pesquisa. Florianópolis: Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho, 2000.

GÜTTLER, Antônio Carlos. **A colonização do Saí (1842-1844)**. Dissertação [Mestrado em História] – Curso de Pós-Graduação em História. Florianópolis, UFSC, 1994.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE**, São Paulo, v. 35, n. 2, mar./abr., 1995a, p. 57-63.

_____. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE**, v. 35, n. 3, mai./jun. 1995b, p. 20-29.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

GRAMKOW, Alessandra. **Redes e parcerias organizacionais**: a experiência da maricultura catarinense. Dissertação – [Mestrado em Administração] – Curso de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, UFSC, 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

HIGONNET, Anne. Mulheres e imagens: representações. In: DUBY, Georges. PERROT, Michelle. (Org.). **História das mulheres no ocidente**: volume 4: o século XIX. Porto: Afrontamento, 1991.

HIRATA, Helena. **Sobre o “modelo” japonês**: automatização, novas formas organizacionais e relações de trabalho. São Paulo: USP, 1993.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho?** um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002a.

_____. Reorganização das produção e transformações do trabalho: uma nova divisão sexual? In: BRUSCHINI, Cristina. UNBEHAUM, Sandra (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: 34, 2002b.

HEERDT, Mauri Luiz. **Autogestão**: a radicalização da gestão participativa – buscando compreender as experiências de economia popular solidária e os mini projetos alternativos no Estado de Santa Catarina. Dissertação [Mestrado em Engenharia de Produção] – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis, UFSC, 2001.

HOLZMANN, Lorena. Divisão sexual do trabalho. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

IANNI, Octavio. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n.1, jan./mar. 1994, p. 2-12.

ICHIKAWA, Elisa Yoshie. SANTOS, Lucy Woellner dos. O simbolismo do jogo: percepções da mulher diante da competitividade organizacional. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n. 3, jul./set. 2000, p. 99-104.

KAUFMANN, Josef Nicolas. Turbulências no mundo do trabalho. Quais são as perspectivas? **Serviço Social e Sociedade**. Ano XXIII, mar. 2002. p. 30-52.

KOVÁCS, Ilona. Empresa flexível: problemas sociais do pós-taylorismo. In: PEREIRA, António Garcia. et. al. (Org). **Globalizações: novos rumos no mundo do trabalho**. Florianópolis, UFSC, SOCIUS, 2001.

LAFARGUE, Paul. **Direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec, 2000.

LARA, Luiz Fernando. **Os impactos da reestruturação produtiva sobre o trabalho**: um estudo de caso na percepção dos trabalhadores em uma empresa do setor de bens de capital. Dissertação. [Mestrado em Economia] – Curso de Pós-Graduação em Economia, Florianópolis, UFSC, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, Márcia de Paula. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão de mão-de-obra. In: MATTOSO, Jorge. (Org). **O mundo do trabalho**: crise e mudança no final do século. São Paulo: Página Aberta, 1994.

LIEDKE, Elida Rubini. Trabalho. In: CATTANI, Antonio David. (Org). **Dicionário Crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. Petrópolis, Vozes: 2002.

LISBOA, Armando de Melo. **Economia solidária, economia barroca**: a emergência da socioeconomia solidária na América Ibérica. Tese. [Doutorado] – Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, UTL, 2003.

MACHADO, Márcia. **Maricultura como base produtiva geradora de emprego e renda**: estudo de caso para o distrito de Ribeirão da Ilha no Município de Florianópolis – SC – Brasil. Tese [Doutorado em Engenharia de Produção]- Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, UFSC, 2002.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. TODESCHINI, Remígio. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de (Org). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MARX, Karl. **O capital**: edição resumida. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. Cap. V. In: **O capital**. Crítica da economia política. Livro 1. O processo da produção do capital, vol. 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. Trabalho estranhado. **Idéias**, Campinas, 9(2) / 10(1), p. 455-472, 2002-2003.

MATTAR, Fauze Nagib. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATTOSO, Jorge. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. In: OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa de. MATTOSO, Jorge Eduardo (Org). **Crise e trabalho no Brasil**: modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.

MATTOSO, Jorge Eduardo. Trabalho sob fogo cruzado. **São Paulo em Perspectiva**, 8 (1): 13-21, jan./mar. 1994.

MENELEU NETO, A. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, F. (Org). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 1996.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOSER, Anita. **A nova submissão**: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre: Edipaz, 1985.

NOBRE, Miriam. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

NÚCLEO TEMÁTICO DE GÊNERO. **Gênero: de onde vens, para onde vais?** CUT: Escola Sul, caderno não datado.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? In: **RBCS**, n. 19, vol. 4, 1989, p. 5-20.

OLIVEIRA, Elaine Cristina de. **Flexibilização da produção e reflexos sobre o mundo do trabalho**: um estudo comparativo de casos no setor têxtil de Santa Catarina. Dissertação [Mestrado em Administração] – Curso de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, UFSC, 2002.

PEDRO, Joana Maria. GROSSI, Miriam Pillar. Apresentação. In: Pedro. Grossi (Org). **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis, Mulheres, 1998.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PENA, Maria Valéria Junho. LIMA, Elça Mendonça. Lutas ilusórias: a mulher na política operária da primeira república. In: BARROSO, Carmem. COSTA, Albertina Oliveira. **Mulher, mulheres**. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 1983.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POSTHUMA, Anne Caroline. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. In: ABRAMO, Laís. ABREU, Alice Rangel de Paiva (Org). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: ALAST, 1998.

PROJETO RECOMEÇAR – CUT. **Trabalho e sociedade**. Caderno 2. Florianópolis: Escola Sul CUT, 2001.

RABELO, Giani. **Trabalho arcaico no moderno mundo da moda**. Dissertação [Mestrado em Educação] – Curso de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, UFSC, 1997.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

RAZETO, Luís. **O papel central do trabalho e a economia de solidariedade**. Santiago, Chile, 1998. Disponível em: <http://alternex.com.br/~pacs/text/razeto.html> Acesso em: 03/09/2004.

RIBAS, Clarilton Cardoso. Educação, ética e gênero no toyotismo. In: AUED, Bernadete (Org). **Educação para o (des)emprego**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

RIBAS, Clarilton. MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Economia solidária: atualização e reforço da (des) ordem neoliberal. **Plural**, ano 9, n. 13, dez. 2003, p. 22-31.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.

RIZEK, Cibele. LEITE, Marcia. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. In: ABRAMO, Laís. ABREU, Alice Rangel de Paiva (Org). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: ALAST, 1998.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RONCONI, Luciana Francisco de Abreu. **Gestão social e economia solidária: desafios para o serviço social**. Dissertação [Mestrado em Serviço Social] – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Florianópolis, UFSC, 2003.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist. LAMPHERE, Louise. (Org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROSSMAN, Gretchen. RALLIS, Sharon. **Aprendendo no campo**: uma introdução à pesquisa qualitativa. Thousand Oaks: Sage, 1996.

ROY, Lise. **O modo de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva**. Campinas, SP: Alínea, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. **Do artesanal ao industrial**: a exploração da mulher: um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. Posfácio: conceituando o gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth. MUÑOZ-VARGAS, Mônica (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

SALERNO, Mário Sérgio. Modelo japonês, trabalho brasileiro. In: HIRATA, Helena (Org.). **Sobre o “modelo” japonês**: automatização, novas formas organizacionais e relações de trabalho. São Paulo: USP, 1993.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 11. ed. São Paulo: Best Seller, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SÁVTCHENKO, P. **O que é trabalho?** Moscou: Progresso, 1987.

SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges. PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente**. v. 4: o século XIX. São Paulo: EBRADIL, 1991.

SILVA, Lorena Holzmann da. Divisão sexual do trabalho. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SILVA, Cristiani Bereta da. **As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher”**: relações de gênero e subjetividades no devir MST-1979-2000. Tese [Doutorado em História] – Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, UFSC, 2003.

SIMÃO, Vilma Margarete. **Desemprego e sobrevivência**: alternativas de trabalho. Blumenau: FURB, 2000.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002b.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Antônia Egídia de. **Gênero no contexto da reestruturação produtiva**: algumas dimensões esquecidas. Dissertação [Mestrado em Administração] – Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, UFSC, 2000.

SOUZA, André Ricardo de. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

TEIXEIRA, Aloísio. **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. São Paulo: Record, 2002.

THIOLLENT, Michel. Problemas de metodologia. In: FLEURY, Afonso. VARGAS, Nilton. (Org.). **Organização do trabalho**: uma abordagem interdisciplinar: sete casos brasileiros para estudo. São Paulo: Atlas, 1983.

TRIGO, Rosa Amália Espejo. **As transformações do mundo do trabalho**: a experiência de funcionários de uma empresa pública em processo de privatização. Dissertação [Mestrado em Psicologia] – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFSC, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UMBELINO, Valmor João. **Sócio-economia solidária e educação popular**: contradições e perspectivas. Dissertação [Mestrado em Educação] – Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, UFSC, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VENOSA, Roberto. O gênero do trabalho emocional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 1, jan./mar. 1994, p. 58-63.

VIANNA, Cláudia. Entre o desencanto e a paixão: desafio para o magistério. In: BRUSCHINI, Cristina. HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Horizontes plurais**: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: FCC: Ed. 34, 1998.

VIEGAS, Moacir Fernando. **Reconstituição da força de trabalho para a reestruturação produtiva**: tecnologia, qualificação e conhecimentos tácitos dos trabalhadores. Tese. [Doutorado em Educação] – Curso de Pós-Graduação em Educação nível Doutorado, Porto Alegre, UFRGS, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: EDUSP, 1987.

WOOD, Stephen. Toyotismo e/ou japonização. In: HIRATA, Helena (Org). **Sobre o modelo japonês**: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo, Edusp, 1993.

ANEXOS

ANEXO 01

Roteiro de entrevista

Município:

Associação que pertence:

Nome (opcional):

1- Idade:

2- Tempo na associação

3- Estado civil:

4 – Até que série da escola você estudou?

() não estudei

() até a 4.º série

() da 5.º a 8.º série

() 2.º grau

() superior - Curso

5 – Qual a sua atividade profissional?

6- Você tem outro trabalho além da maricultura?

7- Quais os três últimos lugares que trabalhou?

8- Qual sua renda mensal?

9- Quanto é a renda mensal familiar?

10- Já participou de algum curso promovido pela FAMASC?

() não

() sim . Qual?

Qual a sua opinião sobre o curso?

11- Tem filhos? Quantos?

12- Quem realiza as atividades domésticas?

13- Você possui ajuda para as tarefas de casa?

não. Faço todo trabalho sozinha

sim. Quem ajuda?

14- Você é responsável por algumas das atividades abaixo?

compras no mercado

compras em geral

serviços bancários

pagamentos de contas

levar as crianças na escola

participar das reuniões da escola de seus filhos

15- Você participa de algum grupo ou associação?

não

sim igreja mulheres grupo de mães outro. Qual?

16- Na atividade da maricultura, você ajuda no cultivo?

não

sim na marisqueira – ou campo de cultivo

retirando sementes

ensacando as bolsas

debulhando sementes

descascando o produto

vendendo o produto

17- Você é remunerada pelo trabalho realizado?

sim. de que forma? em dinheiro

() outra forma de remuneração. qual?

Qual o destino de sua renda?

() o dinheiro vai para os gastos da casa () o dinheiro fica para meus gastos pessoais

() outro. Qual?

18- Você acha que existe distinção/separação entre homens e mulheres na execução do trabalho? Comente sobre isso

19- Você pode ser criativa no trabalho realizado? Comente sobre isso (ter novas idéias, criar coisas novas)

20- Você tem liberdade e autonomia para a realização de seu trabalho na Associação?
Comente

21- Seu trabalho é individual ou em equipe? O que você acha a respeito disso?

22- O que você acha das suas condições de trabalho? (remuneração é boa? Local é agradável?)

23- O ambiente de trabalho é agradável?

() sim. Explique

() não. Por que?

Descreva detalhadamente o que você faz (o seu trabalho) e como faz?

24- Quem dirige a associação?

25- Você participa das reuniões e assembléias?

Quem toma as decisões mais importantes da Associação?

26- Quem representa a associação em eventos, reuniões externas?

27- Como você se relaciona com as outras mulheres participantes da Associação?

28- Você sente prazer/realização no trabalho que faz?

ANEXO 02

Fotos do curso de artesanato em conchas ministrado no município de Penha



ANEXO 03

Fotos da produção das peças de artesanato no município de Penha



ANEXO 04

Fotos da produção das peças de artesanato no município de Penha



ANEXO 05

Fotos da produção das peças de artesanato no município de Penha

